

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

GISELE FERREIRA KRAVICZ

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NOS JORNAIS *ONLINE*
ENVOLVENDO ADOLESCENTES EM PONTA GROSSA**

**PONTA GROSSA
2013**

GISELE FERREIRA KRAVICZ

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NOS JORNAIS *ONLINE*
ENVOLVENDO ADOLESCENTES EM PONTA GROSSA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientador: Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior.

Co-orientação: Dr^a. Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros.

PONTA GROSSA

2013

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

K91 Kravicz, Gisele Ferreira
As representações sociais sobre a
violência nos jornais online envolvendo
adolescentes em Ponta Grossa/ Gisele
Ferreira Kravicz. Ponta Grossa, 2013.
152f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Constantino
Ribeiro de Oliveira Junior.
Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Solange
Aparecida Barbosa de Moraes Barros.

1.Representações sociais. 2.Violência.
3.Adolescentes em conflito com a lei.
4.Jornais online. I.Oliveira Junior,
Constantino Ribeiro de. II. Barros,
Solange Aparecida Barbosa de Moraes. III.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.

CDD: 362.7

TERMO DE APROVAÇÃO

GISELE FERREIRA KRAVICZ

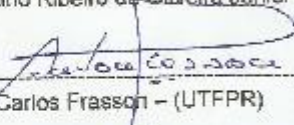
"AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NOS JORNAIS ONLINE ENVOLVENDO ADOLESCENTES EM PONTA GROSSA".

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

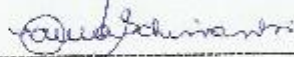
Assinatura pelos Membros da Banca:



Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior - (UEPG) - Presidente



Dr. Antonio Carlos Frasson - (UTFPR)



Dra. Édina Schimanski - (UEPG)

Dra. Lenir Ap. Mainardes da Silva - (UEPG) - Suplente

*Dedico este trabalho a minha querida
mãe **Carmélia** e a minha irmã **Gilda**.*

(In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, a força que comanda o universo e a nossa existência na terra.

Agradeço a **minha família**, a **minha querida e terna mãe** que não pode me acompanhar nos momentos mais importantes da minha vida, mas está sempre comigo. Ao **meu pai** pelo apoio e presença constante. Aos **meus irmãos**, em especial ao **Marcelo** por todo o companheirismo, partilha e pela contribuição durante o processo deste trabalho.

Ao meu orientador professor **Constantino Ribeiro de Oliveira Junior** que me orientou no decorrer desta pesquisa. E em meio aos encontros e desencontros me fez repensar minhas certezas e a refletir minhas dúvidas. Agradeço por todo aprendizado.

A professora **Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros**, minha co-orientadora pelo carinho que sempre teve por mim, pelo incentivo e apoio na realização deste trabalho, minha admiração!

A professora **Édina Schimanski** e ao professor **Antônio Carlos Frasson** pelas contribuições e apontamentos feitos na Banca de Qualificação e que foram essenciais para dar continuidade a este trabalho.

Ao professor **Marcelo Engel Bronosky** e ao professor **Hein Leonard Bowles** pelas contribuições desta pesquisa.

A Professora **Jussara, Adriana** e aos **funcionários e todos os professores** que contribuíram não somente para a pesquisa, mas também pelos conhecimentos e pelos diferentes olhares.

Aos **amigos e colegas** de mestrado que dividiram comigo as inquietações, alegrias, dúvidas e principalmente me ajudaram em algum momento do curso.

A minha **formação e a prática profissional** na área de Serviço Social, a qual impulsionou sempre minhas escolhas acadêmicas, a refletir e ter um olhar crítico frente à realidade social.

Agradeço também pela minha força de vontade, dedicação e persistência que tive no decorrer desta caminhada, foi um sonho acalentado!

“Violência gera violência, como nós sabemos, mas também gera receita para a indústria da violência, *que vende-a como espetáculo* e torna-se um objeto de consumo”.

Eduardo Galeano

RESUMO

Palavras, imagens e ideias ao se relacionarem e serem compartilhadas pelos sujeitos criam uma realidade. É no âmbito da comunicação que as representações sociais se configuram como um elemento presente nas relações sociais, constituindo uma realidade social. A partir deste pressuposto a presente dissertação tem por objetivo compreender como os jornais locais *online*: *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã* representam e discutem as matérias referentes à violência praticada pelos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, no ano de 2011, na cidade de Ponta Grossa (PR). Utilizou-se como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais (TRS) para a construção do objeto de pesquisa, que são as representações sociais dos jornais *online* sobre a violência. O caminho metodológico tem como ponto de partida a pesquisa qualitativa, e, para a tabulação dos dados, utilizou-se a pesquisa quantitativa. A catalogação dos jornais *online* foi realizada, sendo catalogadas 65 matérias sobre a violência envolvendo os adolescentes em conflito com a lei no ano de 2011. Para a análise dos dados, utilizou-se como instrumento de pesquisa a análise de conteúdo, a partir da frequência dos dados, em conjunto com as matérias dos jornais, elencando categorias, sendo estas desveladas à luz do referencial teórico – a TRS. Conclui-se que as representações sociais presentes nos jornais *online* que apresentam as matérias referentes à violência envolvendo os adolescentes são marcadas por uma centralização nas discussões policiais, caracterizando uma descontextualização das matérias. A violência é associada ao ato infracional, de modo que violência e crime são vistos como sinônimos, o que tende a estereotipar os adolescentes. As representações sociais, de ambos os jornais possuem as mesmas formas de abordar e discutir a violência, com pouca divergência entre eles.

Palavras-chave: Representações sociais. Violência, adolescentes em conflito com a lei, jornais *online*.

ABSTRACT

When words, images and ideas are related and then shared by subjects, they create a reality. It is the context of communication that social representations take shape as elements which are present in social relations, thereby constituting a social reality. On such presupposition, this thesis aims at gaining an understanding of how the local online newspapers *Diário dos Campos* and *Jornal da Manhã*, in the city of Ponta Grossa, Paraná (Brazil), addressed issues related to “violence” committed by male teenagers in conflict with the law throughout the year of 2011. The Theory of Social Representations (TSR) was adopted as a theoretical framework, in order to reconstruct the object of research, namely, the social representations of online newspapers. From a methodological point of view, qualitative research was the starting point, and the data were then tabulated following a quantitative research. A total of 65 online newspaper reports on violence committed in 2011 by male teenagers in conflict with the law were catalogued. The analysis of the data was developed in accordance with the research procedure of content analysis, taking into account the frequency of the data in the aforementioned newspapers, and, hence, setting up categories, which were then addressed in light of the Theory of Social Representations (TSR). In its conclusion, the thesis attests that, generally, the social representations in the online newspapers with the law limit the discussion to police issues, thereby discontextualizing the events. Besides, violence is associated with infractional acts, so that violence and crime are seen as synonymous, and this creates a stereotype for these teenagers. Also, social representations have the same way to approach and discuss violence, with little divergence between them.

Key-words: violence, teenagers in conflict with the law, online newspapers, social representations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Fluxograma referente ao atendimento socioeducativo.....	65
FIGURA 2	– Imagem da atuação Policial.....	99
FIGURA 3	– Cenário do crime e a vítima.....	100
FIGURA 4	– Apresentação do cenário.....	101
FIGURA 5	– Mapa da cidade de Ponta Grossa- divisão dos bairros.....	125

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	–	Contagem populacional por faixa etária e sexo 2010.....	45
QUADRO 2	–	Formulário de codificação para análise dos dados quantitativos dos jornais.....	51
QUADRO 3	–	Tipos de delitos.....	66
QUADRO 4	–	Título das matérias dos jornais analisados.....	84
QUADRO 5	–	Análise comparativa dos jornais locais.....	134

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Demanda atendida pelo PEMSE em 2011.....	46
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANDI	Agência Nacional de Notícias dos Direitos da Infância
CENSE	Centro de Sócio-Educação
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DC	Diário dos Campos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JM	Jornal da Manhã
LA	Liberdade Assistida
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial de Saúde
PM	Polícia Militar
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PEMSE	Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
RD	Obrigação de Reparar o Dano
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
SGD	Sistema de Garantias de Direitos
SECJ	Secretaria de Estado da Criança e Juventude
SINASE	Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TNC	Teoria do Núcleo Central
TRS	Teoria das Representações Sociais
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: FONTE DE INSPIRAÇÃO.....	18
1.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	18
1.1.1 O processo de Ancoragem e Objetivação.....	28
1.1.2 Teoria do Núcleo Central (TNC).....	33
1.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SOCIEDADE.....	35
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA E AS RELAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA	42
2.1 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....	42
2.1.1 O cenário de Ponta Grossa.....	42
2.1.2 Abordagem metodológica.....	47
2.2 A VIOLÊNCIA.....	54
2.2.1 A mídia frente ao medo e a violência.....	57
2.2.2 Crime e violência.....	64
2.2.3 A violência a partir das discussões na imprensa.....	68
2.2.4 Adolescência e violência.....	74
2.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NOS JORNAIS.....	76
2.3.1 A violência apresentada pelos jornais locais.....	78
2.3.2 Denominações e termos utilizados para definir os adolescentes.....	84
2.3.3 Discussão com dados e legislações específicas sobre a violência..	87
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS JORNAIS.....	93
3.1 A PESQUISA.....	93
3.2 CARACTERÍSTICAS DAS MENSAGENS NOS JORNAIS.....	94
3.2.1 Seção.....	94
3.2.2 Gênero.....	95
3.2.3 Imagens.....	97
3.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS MENSAGENS SOBRE A VIOLÊNCIA.....	101
3.3.1 A conotação da mensagem.....	102
3.3.2 Conteúdo da Mensagem.....	104
3.3.3 O ato infracional.....	115
3.3.4 Denominações atribuídas ao adolescente.....	119
3.3.5 Motivações da violência.....	123
3.4 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS JORNAIS	124
3.4.1 Território da violência.....	124
3.4.2 Quem fala sobre a violência nos jornais.....	127
3.4.3 Dados utilizados para contextualizar a violência.....	132

3.4.4	Análise comparativa das matérias nos Jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã.....	133
	CONCLUSÃO.....	136
	REFERÊNCIAS.....	139
	ANEXOS: NATUREZA DOS ATOS INFRACIONAIS EM PONTA GROSSA.....	149

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como ponto de partida a formação acadêmica no curso de Serviço Social associada à prática profissional voltada à área da criança e do adolescente.

A priorização pelo tema da mídia impressa surgiu a partir das inquietações suscitadas no decorrer do Curso de Especialização em Mídia, Política e Atores Sociais, realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no ano de 2009. Para a conclusão do curso elaborou-se um artigo intitulado: O “abandono materno” a partir da abordagem na mídia impressa em Ponta Grossa – Paraná¹. No decorrer da pesquisa, ao realizar a catalogação do material empírico, observou-se que, além de a mulher que “abandona” a criança ser visivelmente estigmatizada, algumas matérias, que tinham como foco os adolescentes envolvidos em alguma situação de violência, denotavam uma profunda aversão, isto é, os adolescentes eram condenados, discriminados e repudiados pelos leitores que tinham acesso às matérias.

A partir, então, esta constatação, a de como os jornais enfocavam esses adolescentes, é que se objetivou a necessidade desta pesquisa. Para Luna a realidade: “[...] a ser pesquisada é infinitamente maior, mais complexa e mais diversificada do que qualquer formulação didática da atividade do pesquisador [...]” (1999, p. 12).

Assim, seria necessário delimitar os sujeitos que seriam o foco da pesquisa. A princípio, centrava-se o olhar nas exposições feitas pelos leitores dos jornais locais, porém recorria-se a dificuldade de delimitar uma realidade que é ampla, complexa e diversificada. Além disso, tinha-se a compreensão de que empiricamente os leitores que postam, dependendo da matéria, podem tornar a discussão pessoal, e, portanto, haveria um desvio dos propósitos da pesquisa.

Se por um lado, os leitores têm uma percepção da realidade, individual ou coletiva, ao se pronunciarem sobre determinado caso que envolve os adolescentes, do mesmo modo os jornalistas responsáveis por escrever, editar e veicular as matérias, também detêm um enredo, um discurso e representações ao informar estas matérias. Devido a essa necessidade de delimitação, foram eleitos sujeitos da

¹ Orientado pelo Professor Dr. Ivan Jairo Junckes, professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral. Possui graduação em Psicologia, mestrado e doutorado em Sociologia Política.

pesquisa, os que escrevem as matérias dos jornais locais, sendo que o enfoque central da pesquisa são as representações sobre como os jornais noticiam a violência cometida pelos adolescentes. Desta maneira, a partir das matérias de jornais, observou-se que as mensagens não apenas atendiam a função de informar como também se configuram em um espaço para influenciar os sujeitos leitores.

E nesse contexto, buscando um meio para realizar a leitura da realidade, optou-se pela fundamentação teórico-metodológica dada pela Teoria das Representações Sociais (TRS), a qual veio ao encontro desta pesquisa.

Neste ano de 2013, a TRS completa 52 anos de existência e se configura como um campo amplo, possuindo um caráter interdisciplinar na medida em que abrangem diferentes práticas profissionais: psicologia, saúde, ciências sociais, economia, história, religião, antropologia, dentre outras. É a partir do estudo das representações sociais que objetos podem ser desvelados, tendo a psicologia social como um instrumento para a compreensão dos fenômenos sociais.

E o estudo das representações sociais contribuiu, neste trabalho, para refletir sobre os processos constitutivos das representações sociais, e também contribuiu com o pensamento social sobre a violência, pois enquanto um fenômeno multifacetado, a violência pode envolver diferentes sujeitos e manifestar-se de diferentes formas e está presente na sociedade. Deste modo, aliar as representações sociais ao estudo da violência, possibilita compreender que a violência se constitui como um elemento presente nas relações sociais, tornando-se uma expressão da “questão social”.

Para que as matérias ganhem um espaço nos jornais, os jornalistas podem pautar o ato infracional cometido pelos adolescentes a partir das rebeliões em instituição de internamento, porque presenciaram o ato infracional, por meio de denúncias advindas de outros sujeitos, ou até mesmo por denúncias que pretendem apontar os maus tratos contra o adolescente que cometeu um ato infracional. (ANDI, 2012). Independente da forma de apreensão de um determinado acontecimento, é necessário que os jornais, quando se tratado adolescente em conflito com a lei, tenham como parâmetro a Doutrina de Proteção Integral².

²A Doutrina de Proteção Integral surgiu a partir da resolução elaborada na Convenção dos Direitos da Criança (1989) em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente e fundamenta-se na compreensão de que a criança e o adolescente são sujeitos em desenvolvimento. Deste modo, deve garantir e preservar os direitos e deveres de forma prioritária.

Apresentadas essas considerações iniciais, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo –*Representações sociais: Fonte de inspiração* - aproxima-se das compreensões sobre a Teoria das Representações Sociais sua estrutura e função no processo de sentidos. Além dos elementos que constituem os processos de ancoragem, objetivação e Teoria do Núcleo Central (TNC) ³ que contribuíram no processo de significações. Ainda neste capítulo, são esboçadas considerações acerca das representações sociais e sociedade. Os teóricos utilizados que contribuíram com a aproximação do objeto de estudo são: Moscovici (2003), Marková (2006), Abric (1998), Moreira e Oliveira (1998), Jovchelovitch (2002), Jodelet (2001), Guareschi (2005, 2010) e Bauman (2009).

No segundo capítulo *Metodologia da pesquisa e as relações da violência na Mídia* expõe-se a metodologia da pesquisa e a contextualização dos argumentos metodológicos, isto é, como se realizou o processo de delimitação temporal e espacial. Para aproximação do fenômeno de violência, e as relações deste com a mídia, é apresentada uma discussão sobre a violência e as relações desta com a mídia, enfocando questões como a adolescência, o medo e o crime. Este capítulo se configura o foco central deste trabalho a partir das discussões sobre a violência. Neste capítulo, são apresentadas as matérias dos jornais locais a partir dos fragmentos, centrando-se apenas como estes compreendem e discutem a violência. Após esta abordagem, adentra-se ao estudo da violência a partir dos autores que possibilitam discutir as manifestações da violência enquanto um fenômeno multifacetado como Lavoratti e Costa (2007), Michaud (1989), Minayo (1994), Novo (2006), Bauman (2009). Os autores utilizados para referenciar o caminho metodológico foram Munhoz (2006), Franco (2008), Bardin (2011).

No terceiro capítulo - *Análise das representações sociais nos jornais em Ponta Grossa* apresentam-se as discussões metodológicas da pesquisa e a análise de dados, tendo como procedimento de pesquisa a análise de conteúdo. A análise foi realizada a partir das matérias apresentadas pelos jornais locais. Possui um caráter qualitativo, embora utilizou-se dos dados quantitativos a partir da frequência.

³A Teoria do Núcleo Central de acordo com Arruda (2002) se caracteriza como uma segunda corrente a qual possibilita uma compreensão sobre os elementos centrais das representações sociais. A terceira abordagem, refere-se a Escola de Genebra, tendo como representante Wilhem Doise, a qual retoma o processo de ancoragem e os determinantes sociais como fundamentais para a compreensão das representações sociais. É importante compreendermos que estas abordagens psicossociológica não são antagônicas, mas nascem e complementam a TRS.

As análises presentes neste capítulo apontam para a descontextualização das matérias repercutindo nas representações sociais apresentadas pelos jornais. Além disso, contribui para reforçar as imagens estereotipadas do adolescente como violento, criminoso e o responsável pela violência.

Essas discussões sobre como os jornais locais representam o adolescente em conflito com a lei tornam-se pertinentes à medida que essas representações possuem uma ampla repercussão na sociedade. E considerando-se que, essas representações são partilhadas, compartilhadas e reforçam os valores, crenças e se constituem histórica e culturalmente como uma forma de compreensão da realidade, questiona-se: “Como a violência é apresentada e discutida?”. Tal questionamento permanece em aberto, para que possa instigar o leitor, e, portanto, propiciar um debate a partir dos elementos, isto é, o processo de objetivação, ancoragem e familiaridade presentes nas representações sociais dos jornais locais.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: FONTE DE INSPIRAÇÃO

Na busca pela compreensão de como os jornais locais Diário dos Campos e Jornal da Manhã representam e comunicam as matérias referentes à violência praticada pelos adolescentes, faz-se necessário primeiramente compreender a Teoria das Representações Sociais como fonte de inspiração de um elemento que se faz presente na realidade social e que oferece uma fundamentação teórico-metodológica para compreender como a violência, a partir das matérias dos jornais online, é apresentada e discutida.

Neste capítulo, discute-se o que são as representações sociais, sua estrutura e função no processo de significações. A partir do referencial teórico de autores como Moscovici, Marková, Abric, Arruda, Guareschi dentre outros, pois esses autores têm trabalhado com a Teoria das Representações Sociais e podem, portanto, colaborar com as discussões pertinentes ao objeto de estudo.

1.1A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Compreende-se que os jornais comunicam e socializam uma percepção da realidade pela qual expressam representações sociais. Mas o que são representações sociais?

A Teoria das Representações Sociais tem sua origem na Sociologia a partir das representações coletivas elaboradas pelo sociólogo Émile Durkheim (1858-1917).

Para Durkheim, a natureza humana possui um dualismo entre corpo e mente e, portanto, indivíduo e sociedade. As representações individuais, de acordo com Durkheim diferem-se das representações coletivas. Estas se relacionam aos fenômenos psicológicos e neurológicos, resultando da natureza física e biológica dos sujeitos e, deste modo, diferem de sujeito para sujeito. (MARKOVÁ, 2006, p.176-177).

A partir deste dualismo, formulado por Durkheim, as duas formas diferentes da psicologia: a individual e a social, as representações individuais seriam o resultado da natureza física e biológica do sujeito, sendo variável e pessoal.

Enquanto as representações coletivas, ao contrário, são fenômenos que nascem coletivamente no meio social e são socialmente aceitas e compartilhadas na sociedade, e portanto, “[...] são fatos sociais e formam uma realidade social, da mesma maneira que os fatos físicos formam realidades físicas.” (MARKOVÁ, 2006, p. 177).

Durkheim, buscando estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma, defendeu a ideia de separar as representações individuais das coletivas. Deste modo, as representações individuais seriam um campo da psicologia enquanto as representações coletivas seriam objeto da sociologia.

As representações coletivas, a partir de Durkheim possuem estas características – as de serem produzidas coletivamente pela sociedade e também de serem impostas pela sociedade aos sujeitos. Além disso, se caracteriza como uma teoria sociológica do conhecimento, capaz de realizar uma interface entre a cultura e a sociedade.

O termo *social* era utilizado por Durkheim tanto para designar os sistemas sociais quanto para se referir aos sistemas culturais, não havendo diferenciação entre eles; Marková expõe:

[...] através das representações coletivas nas sociedades pré-modernas, Durkheim foi capaz de estudar as representações coletivas nas formas que eram mais transparentes à sua observação. Nestas sociedades, as relações interpessoais e institucionais pareciam menos complexas do que na época do próprio Durkheim. (2006, p. 178).

Para Durkheim, as categorias básicas do pensamento originam-se na sociedade. Desta forma, o conhecimento tem como ponto de partida a experiência social. As representações coletivas não são apenas a soma das representações individuais, mas um conhecimento que é estabelecido e contribui para a criação do coletivo, isto é, o social se sobrepõe ao individual.

A realidade social para Durkheim é criada por fatos sociais e a sociedade impõe aos sujeitos restrições e normas. Para os sujeitos que não se inserem nesses padrões, a sociedade estabelece sanções. Durkheim compreende que fatos sociais são externos aos sujeitos e tornam-se institucionalizados. Além disso, os processos de constituição das representações coletivas também são internalizados pelos sujeitos. (MARKOVÁ, 2006).

As representações coletivas e o conhecimento social são estáticos no pensamento de Durkheim, à medida que colaboravam na compreensão de qualquer sociedade. Uma questão que Durkheim não conseguiu explicar refere-se às relações entre as representações coletivas e as estruturas sociais complexas da sociedade moderna. Para Marková (2006), Durkheim contribui produtivamente para o conhecimento ao transformar as representações coletivas em algo visível na realidade social e por outro lado deixou uma tarefa inacabada.

Esta contribuição da teoria das representações coletivas de Durkheim influenciou as ciências e foi significativa tanto para a sociologia como para a psicologia, porém esta teoria quase desapareceu por completo da sociologia francesa. (MARKOVÁ, 2006, p. 187).

Somente a partir da década de 60, Serge Moscovici retomou os estudos sobre as representações coletivas a partir da Psicologia Social⁴, que “[...] articula o social e o psicológico como um processo dinâmico, que permite compreender a formação do pensamento social e pronunciar as condutas humanas.” (BONFIM; ALMEIDA, 1992, p. 77). A união entre Sociologia e Psicologia Social, possibilitou a psicossociologia do conhecimento a partir das discussões de Serge Moscovici (1961) na sua tese *La psychanalyse, son image et son public*⁵, que o autor propõe um conceito sobre as representações sociais a partir do pensamento do senso comum, no conhecimento e na comunicação. A TRS marca uma profunda mudança no eixo das pesquisas relacionadas à Psicologia Social e de acordo com Arruda:

[...] operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo (2002, p. 129-130).

De acordo com Arruda (2002, p. 130-131), o espaço científico pode ser apreendido a partir dos procedimentos formais, linguagem e hierarquia interna, que se constituem na ciência e a qual procura trabalhar com a maior objetividade

⁴ A Psicologia Social surgiu a partir do século XX, sendo uma área da psicologia que tem por objetivo o estudo do comportamento e da interação humana. A partir dos estudos da representação social estabelece uma mudança nas pesquisas realizadas em Psicologia Social, a qual esteve voltada a perspectiva behaviorista, baseada no estudo do comportamento. A contribuição da corrente francesa para a Psicologia Social esta na relação entre o psicológico e o social, elementos implícitos e explícitos no comportamento o qual forneceu explicações para as condutas (BONFIM; ALMEIDA, 1992, p. 79-80).

⁵ Tradução: A Psicanálise, sua imagem e seu público (tradução da autora).

possível, enquanto o espaço consensual se constrói e (re)constrói na conversação informal, na interação e na vida cotidiana. Ambos os espaços são essenciais para a vida humana, sendo que as representações sociais edificam-se, com mais frequência, na esfera consensual. Entretanto as duas esferas (científica e consensual) não se esgotam, sendo que no universo consensual não há limites, todos os sujeitos podem falar sobre qualquer assunto. O espaço consensual abordado por Moscovici (2003, p. 50) estabelece que neste ambiente “[...] a sociedade é uma criação visível, continua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano.” Já no universo científico, ou reificado, a sociedade adquire diferentes papéis e a atribuição está nas competências constituídas:

[...] a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito, seu direito de trabalhar ‘como médico’, ‘como psicólogo’, ‘como comerciante’, ou de se abster desde que ‘eles não tenham competência na matéria. (MOSCOVICI, 2003, p. 52).

Portanto, é no universo reificado que os sujeitos que redigem as matérias se encontram. Independente da sua colocação no jornal, desde o editor, comentarista, redator ou o repórter, esses sujeitos podem selecionar, atribuir significados, manter uma objetividade e é neste espaço que as representações sociais são criadas.

Quando se depara com os seguintes títulos: “Polícia apreende drogas com menores⁶” ou “Rapaz morre esfaqueado⁷” a veracidade pode ser atribuída pela qualificação de quem escreve a matéria e pela posição e autoridade que o jornal ocupa. Os jornais se tornam um órgão institucionalizado, pois eles “[...] capacitam as pessoas a compartilharem um estoque implícito de imagens e de idéias que são consideradas certas e mutuamente aceitas.” (MOSCOVICI, 2003, p. 51).

Embora o sujeito que escreve a notícia faça parte de um espaço reificado, nem todos os assuntos que se apresentam no cotidiano condizem com sua competência. Isto exige, muitas vezes, a busca em outros universos reificados pela compreensão daquilo que se apresenta na realidade. Este pode ser um caminho escolhido pelo sujeito. Outro caminho é sair do seu universo reificado e voltar para o

⁶Título da matéria veiculada pelo Jornal Diário dos Campos.

⁷Título da matéria veiculada pelo Jornal da Manhã.

consensual conforme nos coloca Arruda onde “[...] não há fronteiras, todos podem falar de tudo [...]” (2002, p. 130).

Quando a violência é abordada nos jornais, estes podem possibilitar uma compreensão tanto do que é, suas causas e como este processo foi constituído buscando a fala de um especialista (esfera reificada). Isto pressupõe na compreensão de que a violência é um fenômeno histórico e socialmente constituído, o qual é um elemento multifacetado. Outra questão que também pode ser trazida à tona são as diferentes compreensões do fenômeno da violência, condensando sua subjetividade, opiniões pessoais e valores individuais ou sociais (enquanto sujeito que escreve), construindo uma forma de ver a violência a qual pode reforçar a valorização do senso comum na constituição e compreensão do conhecimento sobre a violência (esfera consensual).

De acordo com Moscovici os contrastes entre estes dois universos possuem um impacto psicológico, à medida que o limite que os separa divide a realidade coletiva e a realidade física. Estes dois universos possibilitam que as representações sociais possam restaurar a consciência coletiva, fornecendo uma explicação a partir dos interesses imediatos dos sujeitos. Há uma concisão, portanto, entre o sujeito que pensa e o objeto que se apresenta na realidade.

Sobre essa relação entre o representar e o objeto Jodelet apresenta que:

[...] representar ou se representar corresponde a um ato do pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria etc.; Não há representação sem objeto. Quanto ao ato de pensamento pelo qual se estabelece a relação entre sujeito e objeto, ele possui características em relação a outras atividades mentais (perceptiva, conceitual, mnemônica etc). (2001, p.22-23).

Por isso, a TRS tem como ponto de partida a compreensão de que sujeito e objeto estão interligados, não há separação. O objeto existe mediante a relação que se estabelece com um sujeito, quando o sujeito realiza atribuições ao objeto (exprime ideias, valores, opiniões), o (re)criando e o (re)construindo perante a realidade. Pois, conforme expõe Abric:

O objeto está inscrito num contexto ativo, sendo este contexto concebido pela pessoa ou grupo, pelo menos parcialmente, enquanto prolongamento do seu comportamento, de suas atitudes e das normas às quais ele se refere. (1998, p. 27).

A partir desta relação entre sujeito e objeto, que se tem como sujeito aquele que escreve a matéria, isto é, os jornalistas; e o objeto pode ser definido a partir daquilo que é exposto e discutido por estes sujeitos nos jornais – as representações sociais sobre a violência. Deste modo, o sujeito que redige a matéria fornece um olhar sobre o objeto que se apresenta na realidade. Este olhar possibilita traduzir suas ideias, valores e aquilo que atribui como uma verdade propriamente dita. Portanto, ao conceber o objeto – a violência, o sujeito, subjetivamente, fornece uma atribuição do que a violência representa para ele e também a partir do contexto em que está inserido – a sociedade. Este contexto em que o objeto está inserido, conforme expõe Abric (1998), reflete o comportamento, as atitudes e as normas, isto é, como se comportar diante da violência, qual atitude se deve tomar para aqueles que a cometem e o que é legalmente imposto enquanto norma na sociedade.

As representações sociais entre sujeito e objeto mantêm uma relação mútua, relação que constitui uma realidade, a qual é representada, reapropriada e também reestruturada, tornando a própria realidade. Esta abordagem confere também uma nova forma de compreender a realidade social. As representações sociais podem ser definidas como “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 2001, p. 22).

A partir da realidade representada, a qual é reapropriada, é que os sujeitos constituem a realidade. Toda representação, como reforça Abric é “[...] uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito.” (1998, p.27-28). Esta realidade permite aos sujeitos compreenderem a realidade a partir dos seus referenciais, condutas e atitudes, possibilitando-se encontrar nesta realidade. A representação, portanto, não é simplesmente um reflexo estático da realidade, mas sim uma organização que possui um significado. O significado depende dos fatores contingentes que abrangem o contexto imediato, as situações e também dos fatores globais que incluem o contexto social, os determinantes sociais, os valores e a história do sujeito ou do grupo (ABRIC, 1998, p. 27-28).

Nos jornais, estabelecendo uma relação com o objeto de estudo, pode-se verificar os fatores contingentes e os fatores globais. Os fatores contingentes perpassam as representações sociais que momentânea e circunstancialmente impõe fornecer uma explicação significativa para a realidade que se apresenta. Os fatores globais podem ser visualizados nos jornais a partir do lugar que este ocupa

na sociedade, e por serem um meio de comunicação institucionalizado, os jornais refletem valores quer do contexto em que vive como também da história do sujeito que escreve a notícia. A violência, a partir dos aspectos globais pode assumir diferentes nuances, desde traduzir tanto o pensamento constituído, que se faz presente na sociedade, como também refletir o que foi apreendido pelo sujeito durante sua trajetória de vida.

É a partir desta compreensão, de que a representação social possui um significado, é que ela serve como um parâmetro para a interpretação da realidade que está diretamente relacionada com os sujeitos, possibilitando determinar como devem se comportar e agir. Promove ainda, uma orientação que antecipa o processo de reconhecimento de como o sujeito deve agir nas relações sociais e cotidianas.

Deste modo, as representações sociais possuem as seguintes funções expostas por Abric: a) função do saber: as representações sociais têm a capacidade de fomentar uma explicação sobre a realidade a partir do conhecimento prático; b) função de orientação: à medida que o sujeito, a partir das representações sociais pode interpretar a realidade e portanto, possibilitando uma orientação na forma de agir; c) função justificadora: tem por finalidade explicar e justificar as atitudes a partir de uma dada situação, permitindo apoiar-se em determinadas posições abdicando de outras. (1998, p. 28-30).

Essas funções, apresentadas por Abric (1998), intrinsecamente fazem parte das representações sociais que permeiam as matérias de jornais, o fenômeno da violência possui uma explicação a partir de uma abordagem prática – a violência é narrada a partir dos conhecimentos prévios dos sujeitos e também dos sujeitos que são contatados pelos jornais para elaboração das notícias.

Posteriormente, a função de orientação permite ao mesmo tempo fornecer uma explicação da realidade e estabelecer um elo entre as representações sociais. Deste modo, a orientação permite direcionar como os sujeitos devem pensar. Por fim, a função justificadora propõe preservar, direcionar ou enfatizar justificando a violência. A função justificadora presente nas representações sociais possibilita estabelecer uma diferenciação social, contribuindo para estereotipar os sujeitos que cometem a violência.

A partir destas funções, as quais permeiam as representações sociais, Moscovici (2003) enfatizou o papel que as representações sociais exercem na

formação das condutas. Elas preparam para a ação a partir da forma de pensar e conceber determinado objeto e influem no comportamento, isto é, direcionam a ação dos sujeitos, conforme ele expõe:

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro da sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (2003, p. 37).

De acordo com Moscovici (2003, p. 20-21), as representações sociais possuem a habilidade de compreender um dado objeto e também orientam os sujeitos na capacidade de definição. Neste processo de interação entre o sujeito e o objeto presente nas representações sociais é que se pode constatar que representações sociais não são criadas por sujeitos isolados, porém:

[...] elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

Desta forma, cada sujeito busca dar sentido ao mundo que o cerca, compreendendo-o e socializando-o por meio dos interesses da vida cotidiana. Para Jovchelovitch o sujeito “[...] constrói, na sua relação com o mundo, um novo mundo de significados.” (2002, p. 78).

Para Moscovici (2003), a função das representações sociais também fornece uma explicação sobre os acontecimentos e objetos, restaurando a consciência coletiva, a qual se torna acessível a qualquer um, e vai ao encontro dos interesses imediatos. Para sintetizar, expõe Jodelet que as representações sociais são “[...] fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social.” (2001, p. 21).

As representações sociais também são prescritivas, isto é, elas impõem uma ordem, uma força sobre o que deve ser pensado, sendo “[...] uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.” (MOSCOVICI, 2003, p. 36). A prescrição supõe todo um conhecimento operacional, instituído pela história de vida, valores, características culturais e sociais que procura dar respostas prontas para o que é questionado.

A força que se faz presente nas representações sociais tem o potencial de controlar, de acordo com Moscovici “[...] a realidade de hoje através da de ontem e

da continuidade que isso pressupõe.” (2003, p. 38). Em outras palavras, por mais tênue e ingênua que possam ser as ideias, conceitos e compreensões sobre determinado objeto, estes constituem a realidade e como tal, tornam-se concretos. Esta ação concreta pressupõe que representações sociais são construtivas.

É por meio do estudo das representações sociais que se compreende a dinâmica na interação dos sujeitos. Os jornais desempenham um papel fundamental na formação de representações sociais, sendo definidos três elementos proposto por Moscovici (2003): difusão, propagação e propaganda. A difusão pode ser compreendida a partir da transmissão da fonte até o receptor. A função da difusão esta em produzir opiniões. Assim, os jornais ao contatarem com os especialistas, policiais, delegados e demais sujeitos envolvidos para a realização da matéria, produzem opiniões a cerca do que é exposto.

A propagação refere-se à assimilação de outros saberes que estão previamente estabelecidos e possibilita a formação de atitudes. Esta influencia o comportamento, preparando-o para a ação, conduzindo, modificando ou reconstruindo estes comportamentos. A cada situação de violência ou ato infracional envolvendo os adolescentes, previamente já está estabelecido no imaginário social uma orientação de como pensar esta situação.

Por fim, a propaganda consiste em uma forma de comunicação presente nas relações sociais, sendo estas antagônicas, isto é, expressa as diferenças entre bom e mau, certo e errado, gera as incompatibilidades e as oposições. A função da propaganda forma estereótipos na medida em que divide as questões em dois polos opostos. (BONFIM; ALMEIDA, 1992).

É a partir destas questões: difusão, propagação e propaganda que se compreende que a comunicação realizada pelos jornais não são um processo neutro, pois à medida que os jornais comunicam e discutem as representações sociais, estas são criadas, funcionando de acordo com Moscovici:

[...] como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhantes àqueles métodos de controle ‘comportamental’ e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão dirigidos. (2003, p. 54).

Desta forma, Moscovici tem como ponto de partida que: “[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade.” (2003, p. 54). A familiaridade supõe estabelecer, a partir das

situações cotidianas, um padrão e uma referência para serem medidos e julgados. É no espaço consensual, que os sujeitos sentem-se protegidos e evitam qualquer espécie de embate. Esta suposta segurança estabelece e reforça os conhecimentos adquiridos pela tradição. Além disso, propicia que as relações estabelecidas nestes espaços detenham sempre a familiaridade, e, portanto, aquilo que é decretado pela história seja das sociedades ou dos sujeitos devem vir ao encontro com o que é pensado e aceito. Moscovici enfatiza:

Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas outra coisa completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso. (2003, p. 55).

Esta referência também equivale para as situações de não-familiaridade. Aquilo que não nos é familiar, isto é, qualquer situação incomum, torna-se passível de ser tipificado e avaliado. O sentimento de não-familiaridade advém quando não há fronteiras e ou as convenções desaparecem:

[...] estas pessoas são como nós e contudo não são como nós; [...] e preocupam e incomodam exatamente porque estão aqui, sem estar aqui; eles são percebidos, sem ser percebidos; sua irreabilidade se torna aparente quando nós estamos em sua presença; quando sua realidade é imposta sobre nós [...]. (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Este mesmo processo observa-se diante dos casos de violência. Quando um adolescente comete um ato infracional violento, por exemplo, este adolescente mesmo sendo um sujeito comum a qualquer sujeito enquanto ser humano ultrapassa as fronteiras do que é permitido e instituído pela sociedade. O sentimento de indignação advém do não reconhecimento daquilo que é considerado como atributos humanos e, portanto, normais a todos. Assim, os jornais buscam tornar familiares estas representações sociais sobre a violência. Esta familiaridade em apresentar estes adolescentes dotados de uma natureza violenta, adquire vivacidade à medida que novos atos envolvendo os adolescentes podem surgir. Arruda expõe:

A representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel. (2002, p.134).

Pode-se constatar, portanto, é que a relação entre as representações sociais dos jornais e a violência se constitui como um elemento de compreensão das relações sociais no atual contexto. A violência configura-se como uma das demandas que compõe a questão social. A questão social pode ser compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista como a pobreza, as injustiças, a exclusão social, a discriminação e a criminalização. Dentre as manifestações da violência, a violência estrutural tornou-se um fenômeno generalizado na sociedade, imposta, muitas vezes, aos segmentos que possuem poder aquisitivo inferior e apreendido como uma realidade à parte. Esta realidade é, muitas vezes, negada pela sociedade como um elemento presente em todos os segmentos. Quando esta violência se materializa e “invade a realidade” desses dos sujeitos, instaura-se o medo coletivo.

A violência passa a não se restringir a espaços físicos, gênero, idade ou condição social, ela é encontrada na cidade em que se vive, no jornal que se lê diariamente, no portão das residências. Essa proximidade como uma realidade que é, muitas vezes, negada, dividida e não familiarizada pelos sujeitos, provoca medo. Medo do que é diferente, do que corrompe a ordem, e, portanto, de acordo com Moscovici “[...] a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que ‘não é exatamente’ como deveria ser, nós instintivamente, a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida.” (2003, p. 56).

É a partir deste elemento de ordem estabelecida que se mantém um pensamento social que prioriza automaticamente a convenção e a memória acima da razão. É a partir deste ato que se enraíza nos sujeitos determinadas representações sociais, que além de serem compartilhadas por diferentes sujeitos, também estabelecem o que pensar e como se deve agir na realidade. Para que um objeto não familiar seja transformado em familiar, isto é, além da familiarização, há dois processos pelos quais as representações sociais são criadas: ancoragem e objetivação que serão tratados a seguir.

1.1.1 O processo de Ancoragem e Objetivação

A **ancoragem** é outro processo de classificação, familiarização e reconhecimento. Por meio da ancoragem é que o sujeito fornece um sentido a um determinado objeto, aproximando-o das compreensões que possui. Classificar, de

acordo com Moscovici, “[...] significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe.” (2003, p. 63).

Para Arruda é a forma pela qual: “[...] o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto.” (2002, p. 136).

Ambos os processos – o de objetivação e o da ancoragem - possuem o potencial de estabelecer uma realidade que é, ao mesmo tempo, conhecida, e de acordo com Jovchelovitch “[...] institucionalizada e, paradoxalmente, deslocam aquela geografia de significados já estabelecida, que as sociedades, na maior parte das vezes, lutam para manter.” (2002, p. 82). Portanto, em primeiro lugar, possibilitam tornar o familiar em não familiar, permitindo uma compreensão e interpretação aos fenômenos e, em segundo lugar, após a constituição das representações sociais, tornam-se socialmente funcionais na sociedade, isto é, se reproduzem e dão espaço para que novas representações sejam criadas.

Este processo de ancoragem também é verificável ao abordar as matérias de jornais que enfocam a violência envolvendo os adolescentes em ato infracional, quando se constata que a forma de descrever a notícia visa a estabelecer o adolescente como um sujeito violento. A ancoragem que se faz presente a partir dessas formas de contextualizar a violência incide, muitas vezes, nas narrativas sensacionalistas, isto é, priorizando a violência, e não a sua causa.

As representações sociais em torno desta questão possuem a ancoragem como um processo classificatório, intuindo intrinsecamente um rótulo, uma denominação, uma forma de apresentar os adolescentes e, para isto, se utilizam de diferentes formas de apresentá-los como: menores, assassinos, bandidos etc.

Para Moscovici, o ato da representação social é “[...] fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.” (2003, p. 62). A classificação, enquanto um sistema que busca definir o que é ou não permitido perante um grupo de sujeitos, possibilita que o mesmo se utilize de modelos, padrões e protótipos que definam esse grupo ao qual pertencem e selecionem também modelos que possam definir outros grupos de sujeitos aos quais não pertencem. Deste modo, quando uma situação, fato ou acontecimento é exposto em um jornal, esses modelos e protótipos são trazidos à tona por meio de uma

representação. Esta representação se instala no imaginário social e permite classificar as situações.

Categorizar um sujeito é exposto por Moscovici como o ato de “[...] escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele.” (2003, p. 63). Este paradigma⁸ exerce uma profunda marca na memória, quando é necessário julgar ou comparar, pois serve de referência. No caso das notícias presentes nos jornais, este modelo de categorizar os adolescentes se apresenta de forma generalizante e assim “[...] se torna, como se realmente fosse, co-extensiva a todos os membros dessa categoria.” (MOSCOVICI, 2003, p. 65).

A **ancoragem** funciona como um elemento que busca tanto generalizar ou particularizar, visando classificar um objeto a partir das suas características como normal ou anormal, assim sendo:

[...] é impossível classificar sem, ao mesmo tempo dar nomes. Na verdade, essas são duas atividades distintas. Em nossa sociedade, nomear, colocar um nome em alguma coisa ou em alguém, possui um significado muito especial, quase solene. Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas [...]. (MOSCOVICI, 2003, p. 66).

A **objetivação** é outro processo e pode ser compreendido quando um objeto abstrato é materializado, tornando-se acessível ao senso comum. Em outras palavras, a objetivação é o processo pelo qual um conceito ou fenômeno “[...] se torna expressão de uma realidade vista como natural.” (ORDAZ; VALA, 1998, p. 88).

Para Jovchelovitch, a objetivação possibilita: “[...] condensar significados diferentes – significados que frequentemente ameaçam, significados indizíveis, inescutíveis – em uma realidade familiar.” (2002, p. 82).

O **processo de objetivação** possui três elementos: construção seletiva, esquema figurativo e a naturalização, apresentados por Bonfim e Almeida o qual em conjunto com o processo de ancoragem contribuirá para a análise dos dados.

A **construção seletiva** é o momento no qual o sujeito detém as informações sobre um fenômeno ou objeto. (1992, p. 85-86). Este processo refere-se também ao processo cultural adquirido pelo sujeito, e possibilita que ele e o grupo possam agregar conhecimento de um determinado objeto, tendo como ponto de partida o

⁸ O paradigma pode ser definido a partir do conjunto de conhecimento pré-estabelecido que tem por objetivo possibilitar um modelo, um padrão que oriente o sujeito na realidade.

contexto, a história de vida e os valores dos sujeitos. Deste modo, os jornais selecionam, recortam e filtram as informações que irão transmitir. A construção seletiva também pode ser compreendida a partir das matérias de jornais, pois ocorre por meio da descontextualização de algumas notícias, isto é, o sujeito que escreve a matéria pode selecionar alguns elementos e renunciar a outros, pois é orientado pelos valores, atitudes e motivações que correspondem a sua história de vida.

O **esquema** ou **núcleo figurativo** refere-se aos aspectos que são apreendidos pelos sujeitos e vão ao encontro do que é aceito perante a sociedade, configurando-se num esquema figurativo. O sujeito busca tornar familiar um determinado objeto a partir das ideias que possui deste objeto. Para Moscovici o núcleo figurativo é “[...] um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias.” (2003, p. 72). O núcleo figurativo apresenta-se como a essência da representação social, à medida que este gera uma imagem sobre um determinado objeto. Para Arruda este “[...] objeto que era misterioso foi devidamente destrinchado, recomposto, e agora torna-se algo efetivamente objetivo, palpável, passa a nos parecer natural.” (2002, p. 136). O núcleo figurativo pode ser apreendido a partir do discurso exposto pelo jornal, isto é, como este jornal expõe as notícias sobre a violência? Esta exposição, muitas vezes, condiz com o que é socialmente (ou pode ser aceito) por uma parcela da sociedade.

O último elemento é a **naturalização**, a qual ocorre quando o núcleo figurativo passa a fazer parte do senso comum, isto é, os fenômenos e objetos são qualificados de acordo com os critérios presentes na sociedade. O sujeito não observa que sua forma de pensar e agir possui elementos que não são seus, mas do outro, e assume para si como sendo um elemento de sua própria criação. É a partir do processo de naturalização que as representações sociais tornam-se materializadas. A naturalização é o momento em que as representações sociais se cristalizam. Exemplo deste processo é quando os jornais utilizam termos para denominar os adolescentes como *menor*, *criminoso*, dentre outras formas, as quais estão associadas à criminalidade e, portanto, naturalizam-se essas expressões, e com elas, as representações em torno do processo da criminalização dos adolescentes que cometem alguma violência. Assim, “[...] a sociedade faz uma seleção aqueles aos quais ela concede poderes figurativos, de acordo com suas crenças e com o estoque preexistente de imagens.” (MOSCOVICI, 2003, p. 72).

Portanto, os jornais locais também são instrumentos que possuem a capacidade de criar, recriar ou manter representações sociais, à medida que se reforça o que está estabelecido como paradigma na sociedade. Essas repetições presentes no discurso dos jornais sobre a violência e, especialmente, quando esta envolve os adolescentes, passam a ser utilizadas como um padrão, fornecendo uma compreensão instantânea da realidade, de acordo com Moscovici quando:

[...] a imagem ligada à palavra ou a idéia se torna separada e é deixada solta em uma sociedade, ela é aceita como uma realidade, uma realidade convencional, clara, mas de qualquer modo uma realidade. (2003, p. 73).

Somando-se, neste trabalho, a Moscovici, como uma referência para compreender a TRS, outro autor é Pedrinho Guareschi. Para Guareschi (2010), as representações sociais podem se referir tanto a uma teoria como a um fenômeno, sendo uma teoria sobre os saberes sociais, pois estuda os fenômenos das representações sociais que abrangem os conhecimentos produzidos “*na e pela vida cotidiana*.” (2010, p. 78).

O fenômeno das representações sociais se caracteriza a partir de duas questões principais: a primeira é a de que as representações sociais são funções psíquicas, isto é, mentais. A segunda é a de que as representações sociais constituem-se como “realidades sociais”.

Deste modo, as representações sociais estão diretamente vinculadas à construção do conhecimento, sendo esse conhecimento socialmente construído e compartilhado. Pode-se questionar o porquê de algumas representações se tornarem mais cristalizadas que outras na sociedade. Sperber apud Guareschi (2002) expõe que algumas representações sociais são transmitidas lentamente pelas gerações e são chamadas de *tradições*. Outras representações sociais que pertencem à cultura moderna difundem-se rapidamente, porém possuem vida curta e fazem parte do que se denomina “moda”. As representações sociais, quando criadas e reproduzidas, não são independentes, mas estão vinculadas com a concepção de mundo, sociedade e homem dos sujeitos.

Para Guareschi as representações sociais servem às pessoas tanto como meio de comunicação como também de orientação prática e reitera:

[...] o conhecimento passa a ser um processo de luta e persuasão no curso da história humana, não um processo de aprendizagem realizado pela

peessoa singular, que se supõe adquirir conhecimento através da informação privada, como é a concepção das teorias do conhecimento tradicional que, ou desprezam, ou constroem um mundo à parte do conhecimento e da comunicação comum. (2010, p. 89).

A Teoria das Representações Sociais, dessa maneira, oferece uma fundamentação teórica e metodológica para se compreender os fatos a partir de uma dada realidade. Deste modo, não há um consenso estabelecido no meio científico que defina um conceito pronto e acabado sobre as representações sociais. O que prevalece é que, a cada pesquisa realizada em torno da TRS, novos caminhos são dimensionados. Expõe Jodelet que a pesquisa “[...] contribui com uma pedra para a construção de uma ciência psicológica e social do conhecimento.” (2001, p. 41). A TRS continua sendo uma teoria em expansão que possibilita o estudo de diferentes objetos e seu avanço ocorre a partir das contribuições e aprofundamentos dos pesquisadores, o que se verá a seguir com a Teoria do Núcleo Central.

1.1.2. Teoria do Núcleo Central (TNC)

A Teoria do Núcleo Central (TNC) tem como pressuposto que toda representação está organizada em torno de um núcleo central. Este núcleo central pode ser constituído por um ou mais elementos, fornecendo à representação um significado. De acordo com Abric, o núcleo central é determinado,

[...] de um lado, pela natureza do objeto representado, de outro pelo tipo de relação que o grupo mantém com este objeto e enfim, pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo. (1998, p. 31).

Pode-se, portanto, caracterizar o núcleo central a partir das matérias apresentadas pelos jornais como o conjunto de informações, que dominam as crenças, opiniões e valores construídos historicamente e atribuídos a determinados objetos.

O núcleo central de uma representação possui duas funções basilares denominadas por Abric (1998) como *função geradora* e a *função organizadora*. A *função geradora* é o elemento que cria ou transforma em representação, e este elemento é responsável por dar um significado, um valor. A função organizadora

consiste em unificar e estabilizar as representações sociais a partir do núcleo central. O núcleo central se caracteriza pelo conjunto de informação, valores, crenças e atitudes, e se subdivide em sistemas: centrais e periféricos. Para Arruda:

A representação social, contudo, além de ser estudada como campo estruturado, também pode ser focalizada como núcleo estruturante, no qual o campo é abordado como campo semântico, conjunto de significados isolados por meio de diferentes métodos de associações de palavras. Trata-se de identificar as estruturas elementares que constituem o cerne do sistema da representação em torno das quais ele se organiza – um sistema constituído pelos seus elementos centrais e periféricos. (2002, p. 140),

Ambos os sistemas têm por finalidade de um complementar o outro. O sistema central constitui as crenças, atitudes e valores historicamente associados ao objeto; o sistema periférico constitui as características individuais presentes no contexto imediato ao objeto (SÁ, 1996, p. 50-58).

A função do núcleo central para o estudo das representações sociais está na importância de conhecer o objeto que é representado. Além disso, a partir do núcleo central algumas questões que são contraditórias nas representações sociais tais como: as representações sociais são ao mesmo tempo estáveis e dinâmicas, rígidas e flexíveis; e ainda, que embora possuam um caráter consensual, possuem aspectos que denotam fortemente diferenças entre os sujeitos. É com a compreensão dessas contradições que a teoria do núcleo central vem contribuir, fornecendo o entendimento de que a representação social é uma entidade unitária, e portanto, é “[...] regida por um sistema interno duplo, em que cada parte tem um papel específico mas complementar ao da outra.” (SÁ, 1996, p. 72).

Dessa maneira, pode-se supor que, a partir das matérias veiculadas nos jornais, as representações sociais perpassam, ao mesmo tempo, os aspectos históricos, sociais e ideológicos presentes na sociedade, e que mantêm uma memória coletiva. Mas detêm a característica do consensual, ou seja, a partir dos sujeitos que se relacionam com a notícia adquire uma homogeneidade, que possibilita circulação e a propagação de determinada representação social. Uma vez que as notícias dos jornais podem tanto contribuir para a construção de novas representações sociais sobre a violência dos adolescentes como também reforçar representações sociais presentes e instauradas na sociedade.

Representações sociais são instrumentos importantes para conhecer a dinâmica das relações sociais e como estas são orientadas e colocadas na

sociedade. Entre as contribuições dos estudos sobre representações sociais, pode-se apresentar a função da comunicação, sendo um instrumento que envolve os sujeitos nas relações sociais e são mediatizadas pela linguagem (BONFIM; ALMEIDA, 1992, p. 81).

As representações sociais são uma forma de compreensão e comunicação sobre algo que se sabe. Expõe Arruda:

[...] ao ser produção simbólica destinada a compreender e balizar o mundo, ela provém de um sujeito ativo e criativo, tem um caráter cognitivo e autônomo e configura a construção social da realidade. A ação e a comunicação são seu berço e chão: delas provém e a elas retorna a representação social. (2002, p. 142).

A importância de compreender a dinâmica das representações sociais está na necessidade de compreender que imagens, falas, atitudes, e em questão, os jornais locais são meios que denotam representações, pois traduzem uma forma de pensar e conceber a realidade a partir da sociedade, uma vez que:

As condições de produção da representação afirmam com veemência a marca social das representações, assim como seu estatuto epistemológico marca a sua função simbólica, e os processos e estados, o seu caráter prático. Vemos dessa forma como a representação social encadeia ação, pensamento e linguagem nas suas funções primordiais de tornar o não-familiar conhecido, possibilitar a comunicação e obter controle sobre o meio em que se vive, compreender o mundo e as relações que nele se estabelecem. (ARRUDA, 2002, p. 142).

É a partir do contexto social presente nas representações sociais que não se pode deixar de abordar as relações que estas mantêm com a sociedade.

1.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A SOCIEDADE

As representações sociais têm como ponto de partida o fato de que é nas relações sociais que se determina a maneira pela qual o homem pode conceber e agir na realidade. Entretanto, como ocorre este processo? Para responder a esta questão, parte-se do pressuposto de que o homem é um ser biológico, um ser com características genéticas que compõem a espécie humana. Esse homem se transforma em um homem não apenas por manter características, enquanto espécie, mas a partir da unidade social que estabelece com o mundo. Esta unidade social supõe pensar em um processo de hominização, isto é, tornar-se homem, “[...]”

ele se hominiza (grifo da autora) através do patrimônio humano objetivamente acumulado no mundo social, humanamente construído [...].” (WAMBIER, 2000, p. 08).

Este *processo de hominização* é decorrente das relações sociais que o homem estabelece com outros homens. O homem, como um sujeito social, apropria-se, isto é, busca assimilar aquilo que é construído, pensado e que o orienta a uma ação na realidade social. O homem também é um ser genérico, na medida em que atua no mundo criando e recriando, e para tal é necessário que a generacidade estabeleça “[...] a consciência da existência em seu mundo, ainda que seja seu pequeno mundo.” (WAMBIER, 2000, p. 11). É a partir da consciência de se estar inserido em um mundo e da busca de uma relação com ele que a comunicação restaura um sentido imediato de ligação entre o sujeito e o mundo. O ato de comunicar aquilo que pensa e sente impõe exteriorizar uma percepção da realidade que pode ser partilhada, reproduzida ou negada por outros sujeitos, e portanto:

[...] para apropriar, assimilar, interiorizar o saber das gerações adultas; para adquirir saber, deve-se primeiramente possuir percepção humana, determinadas atitudes sentimentais e o pensamento linguístico. O caráter social do homem contém, pois, dois fatores: o homem só pode ser o que é o pelo contato com outros homens e o indivíduo só pode se tornar homem, assimilando o que foi criado pelos indivíduos que precederam e que estão a sua volta. (WAMBIER, 2000, p. 14).

Partindo desse processo de assimilação e apreensão da realidade é que os jornais se inserem, são responsáveis por veicular as notícias e acontecimentos socializando e apropriando do que foi historicamente construído. O jornal, portanto, comunica e socializa uma percepção da realidade que expressam representações sociais.

A sociedade, enquanto um espaço de socialização, predispõem que os sujeitos possam interagir e estabelecer relações sociais por meio da linguagem e da apropriação daquilo que foi historicamente construído, uma vez que embora o sujeito possa pensar e agir, construir um mundo novo de significados, este mesmo sujeito também foi formado por elementos já estabelecidos. Ao nascer o sujeito encontra um ambiente pronto, formado por valores, tradições, regras e padrões, previamente estabelecidos, do como deve agir e se comportar na sociedade. Para Fromm:

Os indivíduos vivem numa sociedade que lhes dá os modelos já de antemão prontos, com a pretensão de fornecerem sentido às suas vidas. Na

nossa sociedade, por exemplo, diz-se-lhes que sejam bem sucedidos, que 'sejam um ganhador de seu pão', que criem suas famílias, que sejam bons cidadãos, que consumam as mercadorias e os prazeres, pois isso é que dá um sentido à vida. (FROMM, 1975 p. 359).

Esses modelos são formados pela família, pelo grupo de amigos, instituições e denotam, principalmente, os processos históricos que possibilitam a inserção dos sujeitos, atribuindo o quê e como viver em sociedade, e, portanto:

[...] assume-se que a sociedade desempenha um papel de equilíbrio na vida do indivíduo, pois ela reduz suas tensões e incertezas. Na realidade, esses pressupostos implicam a concepção de um indivíduo que é totalmente orgânico, junto com a concepção de uma sociedade que restringe seu papel ao de mediadora das necessidades dos organismos individuais. Dentro dessa concepção, a sociedade não é vista como o produto dos indivíduos, nem os indivíduos vistos como produtos da sociedade. (MOSCOVICI, 2003, p. 157).

Assim, compreende-se que o sujeito também é um ser singular e sua unicidade se faz presente na maneira de apreender a realidade, que ao mesmo tempo é constituída por si e pelo outro. O sujeito não pode, de acordo com Bauman:

[...] construir o mundo das significações e sentidos a partir do nada: cada um ingressa num mundo 'pré-fabricado', em que certas coisas são importantes e outras não são; em que as conveniências estabelecidas trazem certas coisas para a luz e deixam outras na sombra. (1998, p. 17).

Esse sujeito também é um produto da sociedade à medida que ela reforça aspectos como a individualidade e impõe pressões sociais para que esses se tornem atores, cumprindo papéis nos espaços em que se relacionam, pois:

[...] o objeto se apresenta para a nossa consciência depende de certas particularidades naturais e de certas particularidades presentes na consciência social daquele exato momento histórico. (WAMBIER, 2000, p. 34).

E é a partir desse contexto histórico que a sociedade de acordo com Moscovici:

[...] produz indivíduos de acordo com seus próprios princípios; dessa maneira pode ser comparada com uma 'maquina', que socializa e individualiza ao mesmo tempo. Sua maneira de agir consiste não apenas – como se acredita muitas vezes – em estabelecer uniformidades, mas também em manter e acentuar diferenças. (2003, p. 158).

E podem ser visivelmente encontradas nos discursos noticiosos dos jornais locais sobre os adolescentes envolvidos no ato infracional, mesmo que de modo intrínseco, uma culpabilidade individual, propondo no enredo da notícia estabelecer representações sociais que refletem os valores presentes na sociedade: o que é, ou não, aceitável:

[...] à medida que o indivíduo se torna social, assim também a sociedade adquire individualidade; é por isso que não existe apenas uma, mas muitas sociedades, que diferem uma das outras tanto por suas origens, como pelas características dos atores sociais que as compõem e as produzem. (MOSCOVICI, 2003, p. 158).

Essas diferenças, presentes nas sociedades, impõem formas diferentes de estabelecer uma relação com os princípios, valores, formas de pensar, agir, e também de coerção da sociedade para os sujeitos e dos sujeitos para a sociedade, em uma relação mútua. Deste modo, que a manutenção da ordem:

[...] significa um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita – de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis, alguns virtualmente impossíveis. (BAUMAN, 1998, p. 15).

Esta hierarquia, exposta por Bauman (1998), potencializa a compreensão do como algumas manifestações da violência são assimiladas de formas diferentes, isto é, quando um sujeito comete uma violência em defesa de si ou de outro, embora seja legalmente responsável não causa tanta polêmica. Já uma violência ocasionada por um roubo, vingança, ou sem qualquer motivação aparente, é moralmente desprezível e visivelmente condenável, pela sociedade. De acordo com Moscovici:

Certamente existem poder e interesses, mas para serem reconhecidos como tais na sociedade devem existir representações e valores que lhes dêem sentido e, sobretudo, que se esforcem para que os indivíduos converjam e se unam através de crenças que garantam sua existência em comum. Isso tudo é guiado por opiniões, símbolos e rituais, isto é, por crenças e não simplesmente pelo conhecimento ou técnica. (2003, p. 173).

Isso significa que essas crenças, mantidas e reorganizadas pelas representações sociais, podem também influir na compreensão da vida, de como se deve comportar e agir, e também influenciará na manutenção das representações sociais, isto é, como pensar, transmitir e substituir essas representações. Pois, “[...] o

que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu.” (MOSCOVICI, 2003, p. 173).

As representações sociais são criadas na sociedade, não apenas para descrever uma realidade que se apresenta, estabelecendo uma relação entre a ideia e realidade, mas também para cumprirem a função, fundamental, que é a de explicar a relação dos fenômenos e romper com a separação do que é estranho e familiar. Para Moscovici:

Todo o desvio do familiar, toda ruptura da experiência ordinária, qualquer coisa para a qual a explicação não é óbvia, cria um sentido suplementar e coloca em ação uma procura pelo sentido e explicação do que nos afeta como estranho e perturbador. (2003, p. 207).

Pela dinâmica que a sociedade vivencia, manter em ordem requer estabelecer sempre novas formas de “anormalidades”, buscando diferenciar, rotular e dividir o que é estranho, e, portanto, tornando familiar a representação social não familiar. Conforme expõe Bauman:

Fazer alguma coisa em torno do estranho passa a ser o verdadeiro centro das preocupações com a organização. Os estranhos já não são rotina e, desse modo, os meios rotineiros de conservar as coisas puras não são suficientes. Num mundo constantemente em movimento, a angústia que se condensou no medo dos estranhos impregna a totalidade da vida diária – preenche todo fragmento e toda ranhura da condição humana. (1998, p. 21).

Esses “estranhos”, expressos na citação de Bauman, nos possibilitam compreender como a sociedade estabelece a diferença entre aquilo que pode ser familiar e não-familiar. Esses “estranhos” podem também fazer parte das representações sociais dos sujeitos que ocupam os meios de comunicação – os jornais - e são transferidas para as matérias, e, portanto, poderão reforçar que os adolescentes são violentos, pois violam a ordem.

Essa forma de constituir a matéria jornalística sobre o adolescente infrator acentua, também, um sentimento de insegurança, generalizante e coletiva, presente na sociedade, cristalizando as representações sociais, isto é, de que a violência existente na sociedade advém dos adolescentes em conflito com a lei. Não sou eu, enquanto sujeito, que fala que a violência se faz presente na sociedade, mas sim é o jornal. A posição que o jornal ocupa influi decisivamente nas constituições das

representações sociais a partir do universo reificado a que pertence. Pois para Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (2002, p. 17).

Nesse contexto, o jornal impõe uma forma de discurso que não é neutro e isento de uma orientação. Esse discurso incide nas diferentes esferas e práticas que compõem a vida humana e, principalmente, no processo de construção, reconstrução ou desconstrução das representações sociais e pode servir como instrumento para “[...] legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

As escolhas e condutas realizadas pelos sujeitos na sociedade impõem prescrever representações sociais em torno do status social ao qual o sujeito ocupa. As matérias são redigidas não apenas buscando a narrativa da violência cometida, mas de modo a que também vão nos fornecendo pistas sobre a colocação do indivíduo na sociedade. As matérias que relatam a violência realizada por adolescentes pertencentes a famílias de melhores condições sócio-econômicas, não é a mesma como a relatada acerca dos adolescentes que se encontram em uma situação de pobreza. Os acontecimentos que envolvem os adolescentes, que possuem um poder aquisitivo maior, são noticiados e visibilizados pelos jornais, muitas vezes, são descritos sutilmente. Há uma espécie de eufemismo que tende a orientar as representações sociais em torno de um possível desvio, deslize e incidente que levou a cometer o ato infracional.

As representações sociais em torno da pobreza também podem ser concebidas como um crime, de acordo com Bauman:

[...] empobrecer, como o produto de predisposições ou intenções criminosas – abuso de álcool, jogo de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado. (1998, p.59).

A pobreza se torna um elemento de ancoragem das representações sociais, pois impõe classificar, rotular e estabelecer uma familiaridade. Esta classificação reforça a necessidade factual de separação e distanciamento destes sujeitos

compreendidos como “violentos”. Pois, quando “[...] fazemos discriminação contra um grupo, expressamos não apenas nossos preconceitos sobre essa categoria, mas também a aversão ou desprezo a que eles estão indissoluvelmente ligados.” (MOSCOVICI, 2003, p. 184).

O grupo, na perspectiva de Moscovici inclui o grupo de pessoas que se relacionam entre si. As expressões que possibilitam categorizar e discriminar determinado grupo refere-se ao uso dos pronomes “nós” e “eles”. Explica Moscovici que “nós” relacionamos o grupo a que se pertence e “eles” são aqueles que pertencem a um grupo diferente, o qual não se faz parte, uma vez que:

[...] distância entre a primeira e a terceira pessoa do plural expressa a distância que separa o lugar social, onde nos sentimos incluídos, de um lugar dado, indeterminado ou, de qualquer modo, impessoal. Essa falta de identidade, que está na raiz da angústia psíquica do homem moderno, é um sintoma dessa necessidade de nos vermos em termos de ‘nós’ e ‘eles’; de opor ‘nós’ e ‘eles’; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro. (MOSCOVICI, 2003, p. 50).

Consequentemente, nos jornais locais, as expressões que buscam distinguir entre “nós” e “eles” estão presentes. O “nós” pode incluir a sociedade que estabelece normas e regras, porquanto “eles”, os adolescentes que infringiram a ordem, não estão incluídos no grupo socialmente aceito. Estes dois elementos podem ser visualizados na forma pela qual os acontecimentos são narrados nos jornais, pois para Jodelet, as representações sociais são primeiramente:

[...] vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energia social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. (2001, p. 32).

Essas representações, muitas vezes, impõem pensar uma realidade que é separada e dividida em dois mundos (bom e mau, justo ou injusto), sem dar conta de que ambos são concebidos, mantidos e reproduzidos no mesmo espaço social a que pertencem, isto é, a sociedade.

Deste modo, compreende-se que as representações sociais presentes nos jornais possuem uma dinâmica na sociedade, e a partir daí, no próximo capítulo, discorre-se sobre a temática violência.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA DA PESQUISA E AS RELAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA

2.1 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Apresenta-se, neste capítulo, a metodologia da pesquisa como esta foi construída, quais os procedimentos adotados e os argumentos metodológicos: delimitação espacial e temporal que tangem o objeto de estudo. Apresentou-se o cenário do município de Ponta Grossa, do Estado do Paraná, para a compreensão do território da pesquisa.

Neste capítulo, também se contemplou a discussão sobre o fenômeno da violência, a qual se torna uma categoria central neste trabalho, na medida em que ela se configura como um elemento propulsor das representações sociais nos jornais.

Como ponto de partida, adota-se a compreensão de que a violência é um fenômeno socialmente construído e de caráter histórico. Entretanto, busca-se a compreensão de como os jornais explicitam e discutem esta questão, pois ao publicarem as notícias sobre a violência, os jornais não apenas descrevem os fatos, mas intrinsecamente expõem seus valores diante de atos violentos. Deste modo, compreender a violência requer abordar as relações que esta mantém com a mídia e suas relações com os elementos que as compõe. Registram-se, neste capítulo, ainda, as matérias dos jornais sem que, no entanto, seja abordada a análise, quanti-qualitativa de seu conteúdo, a qual será apresentada no terceiro capítulo.

2.1.1 O cenário de Ponta Grossa

A violência é multifacetada e perpassa todos os segmentos sociais. Não há apenas um tipo de violência, mas sim uma multiplicidade de formas, que impõe pensar um termo genérico para a discussão da temática. Portanto, trata-se de aqui de violências. Deste modo, optou-se por escolher a violência envolvendo

adolescentes, isto é, quais as representações que os jornais possuem da violência envolvendo esses sujeitos a partir do ato infracional⁹.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece como parâmetro e dispõe no Art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (PARANÁ, 2004, p. 87).

Os adolescentes em conflito com a lei caracterizam-se como uma das questões amplamente discutidas atualmente, pois são frequentemente associados ao aumento da violência, possibilitando que as representações sociais em torno desta questão adquiram uma expressividade relevante na sociedade contemporânea.

O panorama nacional exposto por Waiselfisz (2012) aponta no livro “Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil” que há 26 homicídios para cada 100 mil habitantes. A violência apresentou um processo de disseminação e interiorização, “[...] de um reduzido número de cidades de grande porte para um grande número de municípios de tamanho médio ou pequeno.” (WASELFISZ, 2012, p. 238).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰ expõe que os sujeitos envolvidos são homens jovens, pobres, na faixa de 15 a 29 anos de idade. Para ANDI (2012) expõe alguns indicadores como a vulnerabilidade, extrema pobreza, baixa escolaridade, aliados aos baixos índices de desenvolvimento humano, acabam por expor esta demanda de adolescentes a violências e à criminalidade. Esses são, ao mesmo tempo, as principais vítimas e os principais agentes da situação de violência. O envolvimento dos adolescentes com a violência configura-se, portanto, como um elemento que possui dualidade de sentidos, isto é, se há um número elevado de adolescentes em situações de violências, eles também são vítimas das violências. Para Waiselfisz (2012), o homicídio de crianças e adolescentes aliado aos suicídios e acidentes de transporte cresceram nos últimos anos:

⁹ O ato infracional caracteriza-se por qualquer infração que o adolescente possa praticar. Esta infração é julgada pelo Juiz de Direito o qual estabelece as medidas sócio-educativas: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional.

¹⁰ Dados encontrados no site: www.ibge.gov.br/

43,3% das crianças e jovens são assassinadas; 27,2% morrem em acidentes de transporte; mais 19,7% em outros acidentes; essas 3 causas representam acima de 90% do total de mortes de crianças e adolescentes por causas externas. (2012, p. 13).

De acordo com o Levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República há, no Brasil, 58.764 de adolescentes que cumprem alguma medida socioeducativa no país. (ANDI, 2012).

No documento elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) “O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades”, de acordo com a Subsecretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, aponta que, no ano de 2009, havia, no Brasil, 7,8 mil de adolescentes cumprindo medida socioeducativa. A maioria era do sexo masculino (16,2 mil). (2011, p. 103). Os estudos revelam que estes adolescentes em conflito com a lei já tiveram alguma experiência com o uso de drogas, são advindos de famílias empobrecidas. Além disso, não tinham tido acesso às políticas públicas¹¹ fundamentais como educação, saúde e acesso a cidadania.

Para a ANDI (2012) o envolvimento do adolescente com a criminalidade corresponde já, há algumas décadas, 10% do total dos crimes. Esses dados refletem que a violência cometida pelos adolescentes, mediante o ato infracional, é inferior no Brasil. A preocupação constante em deter a criminalidade dos adolescentes, reflete uma perspectiva punitiva que busca, por meio de cerceamento da liberdade, dar invisibilidade às violências presentes na sociedade, e transferindo-as e/ou direcionando-as aos adolescentes.

A região sul do país de acordo com a ANDI (2012) ocupa o segundo lugar com 22,24% de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas totalizando 13.070 adolescentes. De acordo com o relatório de Gestão 2003-2010 da Secretaria de Estado da Criança e Juventude (atualmente extinta):

O Paraná conta hoje com um dos mais modernos modelos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei de todo o Brasil. Atualmente existem 19 Centros de Socioeducação para a execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade, distribuídos em 15 municípios. Em 2003, o Estado contava com apenas 520 vagas para atendimento a esses adolescentes. Ao final de 2010, o número de vagas teve um crescimento de 121%, chegando a 1.150 vagas. (SECJ, 2010, p. 09).

¹¹As políticas públicas são diretrizes e princípios que orientam o poder público, além disso de acordo com Teixeira podem ser definidas como “[...] regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.” (2002, p. 02).

Quando se trata deste trabalho, cidade de Ponta Grossa, *lôcus* da pesquisa, possui, de acordo com dados dos Cadernos Municipais 2012, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a população de 311.611 habitantes, dado referente ao ano de 2010. A faixa etária da população em que se encontram os adolescentes pode ser visualizada no quadro a seguir:

QUADRO 1- CONTAGEM POPULACIONAL POR FAIXA ETÁRIA E SEXO- 2010			
FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
De 10 a 14	14.479	13.994	28.473
De 15 a 19	14.392	14.078	28.470

Fonte: Dados do Caderno Estatístico Municipal de Ponta Grossa- dezembro 2012

O número de adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos é a maior na contagem populacional no que concerne às demais, o que caracteriza a população de Ponta Grossa como uma população jovem. Outro fator refere-se aos dados sobre o aumento de violência no município. Em Ponta Grossa, o número de adolescentes mortos cresceu 34% entre os anos de 2009 a 2010. A maioria das vítimas são homens, para cada 10 homens, apenas 01 é mulher. No período de 2010 a 2011, de acordo com dados da Décima Terceira Subdivisão de Ponta Grossa, houve uma redução de 73 para 57 casos de homicídios dolosos, porém a participação de adolescentes envolvidos nestas ocorrências não é citada.

Nos casos em que o adolescente está envolvido em alguma infração, isto é, em um ato infracional, ele é acompanhado pelo Programa de Execução de Medidas Socioeducativas (PEMSE), o qual atua em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa. Essa medida socioeducativa tem como parâmetro o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)¹² O PEMSE teve início no ano de 2003, atendendo os adolescentes envolvidos em ato infracional, conforme prevê o Estatuto da Criança e

¹²O SINASE surgiu a partir da resolução nº 119/2006 criada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). No ano de 2012 foi aprovada a Lei nº 12.594, a qual possibilitou algumas mudanças no atendimento e execução de medidas socioeducativas a adolescentes envolvidos em ato infracional.

do Adolescente. O PEMSE realiza três medidas: Obrigação de Reparar o Dano (RD)¹³, Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)¹⁴ e Liberdade Assistida (LA)¹⁵.

De acordo com os dados da ANDI (2012) o panorama nacional de adolescentes em conflito com a lei aponta que o número de adolescentes do sexo masculino (95%) é maior comparado ao do sexo feminino que possui apenas (5%). Em Ponta Grossa, de acordo com os dados levantados por Mendes (2012), o PEMSE atende um número maior de adolescentes do sexo masculino do que feminino, conforme o gráfico abaixo:

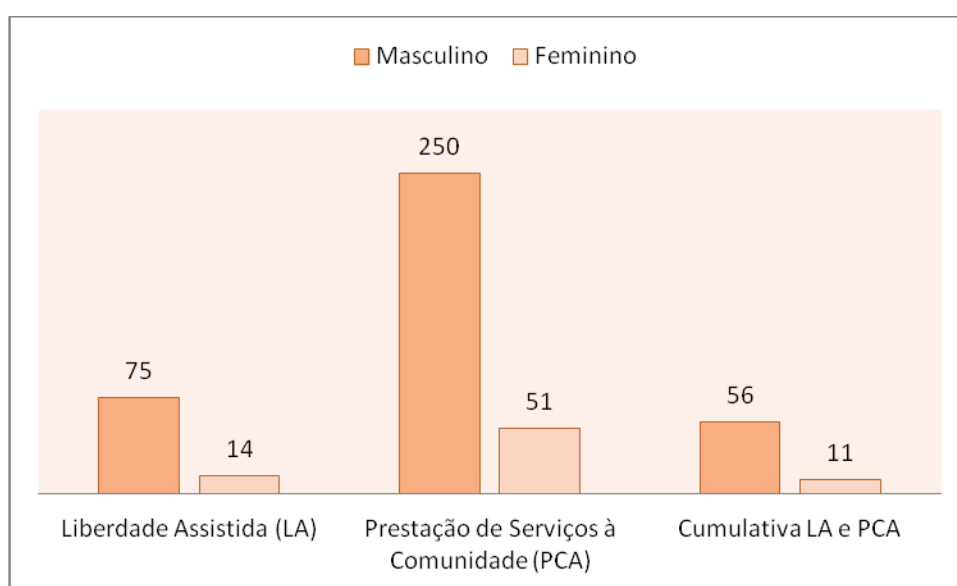


GRÁFICO 1 – Demanda atendida pelo PEMSE em 2011

Fonte: Adaptado de Mendes (2012).

A partir da apresentação desses dados pode-se delimitar o universo da pesquisa, observando que os adolescentes do sexo masculino possuem um envolvimento maior comparado as adolescentes do sexo feminino no município de Ponta Grossa.

¹³Esta previsto no Art. 116 do Estatuto da Criança e do Adolescente e mediante a um ato infracional que resulte em dano ao patrimônio o Juiz pode determinar que o adolescente repare o dano ou restitua a vítima. (ANDI, 2012).

¹⁴Previsto no Art. 117 do ECA o adolescente deve realizar serviços gratuitos e de interesse geral em organizações como entidades, hospitais, escolas e demais espaços que mantenham uma parceria com os órgãos responsáveis. Esta medida prevê 08 horas semanais, em turnos que não prejudiquem a frequência escolar e não ultrapasse 06 meses. (ANDI, 2012).

¹⁵Dispõe no Art. 118 do ECA e estabelece que este adolescente seja acompanhado por um orientador no prazo de 06 meses. Este orientador possui as incumbências de promover o acesso do adolescente e da família a programas da assistência social e realizar o acompanhamento deste na escola. (ANDI, 2012).

A delimitação temporal tem como ponto de partida os dados estatísticos, levantados a partir dos processos realizados pela Delegacia do Adolescente de Ponta Grossa¹⁶ que apontou a ocorrência de 409 atos infracionais no ano de 2010. Em 2011 o registro de atos infracionais aumentou para 562 casos. No ano de 2012, houve um aumento para 579 atos infracionais. A diferença entre os dados, no período de 2010 a 2011, apresenta um aumento de 153 atos infracionais, se comparado aos anos de 2011 e 2012, em que, neste último, houve apenas um aumento de 17 casos. Deste modo, optou-se por trabalhar com o ano de 2011 por entender que o aumento entre 2010 e 2011 parece significativo em função da quantidade de casos no que se refere ao ato infracional. Portanto, as matérias dos jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã foram selecionadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

A delimitação espacial incide nos dois formatos de publicação de notícias desses veículos de comunicação – a impressa e a *online* na cidade de Ponta Grossa (Jornal Diário dos Campos e Jornal da Manhã), dos quais foram selecionadas as matérias do formato *online*, ou seja, com base no sistema digital, disponíveis na internet por meio dos respectivos sites dos jornais. Essas matérias discutem a violência a partir do ato infracional no âmbito municipal.

O acesso aos meios digitais situa-se em um tempo e espaço e está relacionado a um contexto histórico e social contemporâneo. Dado esse contexto, justifica-se a escolha pelos jornais em sua versão *online*, uma vez que estes suportes se constituem como um recurso utilizado no mundo atual com o objetivo de conhecer os fatos e acontecimentos.

Outro argumento espacial, que incidiu na delimitação do município de Ponta Grossa como lócus da investigação aqui proposta, situa-se a partir da linha História, Cultura e Cidadania - do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)- cujo foco é o estudo do desenvolvimento histórico e cultural da sociedade brasileira e do espaço regional.

2.1.2 Abordagem metodológica

¹⁶ Estes dados constam em anexo.

A concepção metodológica adotada nesta pesquisa parte da compreensão de que a metodologia é um conjunto de técnicas, ações e atitudes que possibilitam a reconstrução da realidade (MINAYO, 1994). Para esta autora, a metodologia é a articulação dos instrumentos e técnicas aliado a forma de pensar e agir.

Para Luna, a metodologia é um importante instrumento, pois “[...] representa e apresenta os paradigmas de pesquisa vigentes e aceitos pelos diferentes grupos de pesquisadores, em um dado período de tempo.” (1999, p. 10). Definida a metodologia, é necessário direcionar o caminho do pensamento, isto é, o método a utilizado.

Nesta pesquisa a fundamentação teórico-metodológica foi a Teoria das Representações Sociais.

Feitas as escolhas metodológicas, e tomando-as por base, foi necessário um olhar para as matérias dos jornais, iniciando-se o processo de questionamentos. Sendo assim, o pesquisador adquire um papel importante no processo da pesquisa, pois a relação de aproximação da teoria à realidade exige que sejam feitas sucessivas perguntas ao objeto. Este processo requer que o pesquisador utilize conhecimentos que adquiriu, isto é, aquilo que já foi pensado e objetivado por outros teóricos, aliando esses conhecimentos as suas experiências a fim de que possa reconstruir o objeto.

Alerta Munhoz (2006) que o processo de apreensão da realidade não pode ser utilizado, limitando-se o pesquisador ao conhecimento que possui, isto é, que constitui sua bagagem teórica, pois “[...] em vez de procurar uma aproximação a mais fiel possível à realidade, limita-se a aproximar esta do referencial teórico com que a contempla.” (2006, p. 32).

É necessário que o pesquisador utilize os meios, técnicas e instrumentos que viabilizem o processo da pesquisa e possa garantir que a realidade indique o caminho que deve percorrer. Ao levantar as matérias dos jornais, os quais serviram de foco para esta pesquisa, é que se definiu a Teoria das Representações Sociais como a teoria base para compreender o objeto de estudo.

Com o intuito de que uma pesquisa possa ter credibilidade e ser fidedigna, é necessário ser o mais objetivo possível e, principalmente, ter esta objetividade ao realizar a análise dos dados. É fundamental que as escolhas metodológicas estejam definidas. Assim, a natureza desta pesquisa se direcionou para a pesquisa qualitativa, que também possibilita ao pesquisador aproximar-se do objeto de

estudo, tanto por meio da observação quanto pela descrição, o que impõe a construção e reconstrução contínua deste objeto. No decorrer deste trabalho, esforçou-se por realizar este processo de aproximação, descrevendo como a violência é representada e discutida pelos jornais locais.

A pesquisa quantitativa também foi utilizada, contudo, o que prevaleceu foi a pesquisa qualitativa, na medida em que os documentos (matérias dos jornais) possuem uma gama de conteúdos relacionados à questão da violência, e que traduzem formas de pensar e compreender a realidade.

A relação entre o pesquisador e os sujeitos na pesquisa impõe, ainda, situar o pesquisador como um mediador entre o conhecimento teórico e as matérias dos jornais apresentadas. Os sujeitos, por sua vez, expressam, nas narrativas das notícias, como compreendem a violência. Compreende-se que o pesquisador não pode manipular este conteúdo definindo o quê e como estes sujeitos representam as notícias. Por isso, a análise quantitativa será um subsídio utilizado para quantificar os dados presentes nos jornais, os quais serão interpretados a partir da pesquisa qualitativa. Queiroz expõe:

A visão quantitativa de um problema pesquisado e de seu universo se encontra, assim, claramente subordinada a visão qualitativa, que tanto a precede quanto a, segue. O cientista, chegando ao fim da exposição quantitativa, retorna à abordagem qualitativa. (1992, p. 22).

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo¹⁷. Esta se torna um instrumento que transpõe e contribui para a análise dos objetos de estudo das diferentes ciências humanas e sociais, para o sociólogo, o psicólogo, o jornalista, o historiador, dentre outros profissionais, a análise de conteúdo oferece uma técnica para análise das mensagens.

¹⁷ A análise de conteúdo surgiu no início do século XX nos Estados Unidos. De acordo com Bardin (2011), nesta época imperava o rigor científico. Este buscava analisar o material jornalístico, textos da psicanálise e como um instrumento de compreensão das propagandas. A partir da década de 60 a análise de conteúdo passou a ser utilizada por diferentes áreas. Os cientistas passaram a utilizar esse método na compreensão dos símbolos políticos. Na década de 1970, com o aumento do número de computadores e acompanhando as transformações e inovações da informática, a análise de conteúdo entra em uma nova fase de inovação metodológica ainda atuando no campo da comunicação, linguística, da análise de documentação, etc. (BARDIN, 2011).

Compreende-se a análise de conteúdo como “[...] um *conjunto de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.*” (BARDIN, 2011, p. 44).

Para Bardin (2011), é difícil definir a análise de conteúdo, haja vista que esta análise abrange um amplo território, e tudo que envolve a área da comunicação e as significações pode ser analisado.

Franco (2008) expõe que a análise de conteúdo é um procedimento da pesquisa, a qual pode ser definida a partir de um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que implica a utilização de procedimentos sistemáticos que tenham objetivos definidos, e descrição do conteúdo que é a mensagem.

Para Bardin (2011) a abordagem quantitativa baseia-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A análise quantitativa, por outro lado, pressupõe a elaboração de categorias, em que se observa a frequência, isto é, a ocorrência de um mesmo termo que possa se fazer presente nos jornais no que tange à violência praticada pelos adolescentes.

É importante ressaltar que se somente utilizada a abordagem quantitativa, esta poderia tornar frágil a análise dos dados, à medida que a frequência de elementos presentes nos jornais locais seria apenas demonstrada, sem uma interface que viabilizasse a compreensão desses dados. Desse modo, estaria comprometida a pesquisa, o que conduziria a uma simplificação do objeto de estudo.

A pré-análise é uma etapa da análise de conteúdo que visa a organização, buscando-se estabelecer os primeiros contatos com o material a ser analisado. É a fase em que se busca delimitar o tipo de documento, estabelecendo-se uma relação com ele, definido as hipóteses e objetivos, tendo como ponto de partida a leitura flutuante.

O processo de catalogação dos jornais foi realizado a partir da seção (em qual seção a matéria se encontrava) e por situações de violência publicadas pelos jornais (as violências veiculadas pelos jornais selecionadas nesta investigação, que envolviam, direta ou indiretamente, os adolescentes). Para selecionar essas matérias também se utilizou de algumas categorias que surgiram da análise prévia destes documentos. São elas: *menores, adolescentes, rapaz, criminosos, bandidos, garoto e infratores.*

A pré-análise possibilitou conhecer as matérias publicadas pelos jornais e também propiciou um momento de esta pesquisadora se deixar levar pelas

impressões, representações, sentimentos que poderiam surgir quando da sua leitura das narrativas jornalísticas.

O processo de codificação presente na análise de conteúdo busca transformar os dados *in natura* para uma forma sistematizada. Este processo possui as seguintes etapas, expostas por Fonseca Júnior (2005):

- O recorte (escolha das unidades de registro e de contexto que contribuem para o processo de categorização);
- A enunciação;
- O processo de categorização e o processo de inferência.

A enunciação refere-se ao modo quantitativo das unidades de registro que podem estabelecer: a) frequência enquanto repetição de uma ideia ou tema; b) o equilíbrio na quantidade, isto é, se os atributos que são favoráveis, ou desfavoráveis, a um símbolo, ideia ou tema, servem como forma de orientação ou tendência; c) quantidade de associações e de classificações que se fazem pertinentes no que se refere a uma ideia ou tema, e que pode ser interpretada como uma medida de intensidade, força de uma crença, convicção ou motivação.

O processo de enunciação realizado para estabelecer a frequência, quantificando as formas de associações e classificações apresentadas pelos jornais, contribui para conhecer a frequência, a forma, a conotação, como os adolescentes são denominados e como os jornais, fonte da pesquisa, compreendem a violência.

Para isso, utilizou-se, como instrumento para a tabulação dos dados, um formulário de codificação, elaborado por Fonseca Júnior (2005). Este formulário foi adaptado da versão original, organizando os elementos que emergiram das matérias dos jornais, e que poderiam contribuir para a análise, sendo apresentado a seguir:

QUADRO 2- FORMULÁRIO DE CODIFICAÇÃO PARA A ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS DOS JORNAIS					(continua)
Período de Análise: Cidade					
Grupo	Codificador				
Jornais	☐ Diário dos Campos	☐ Jornal da Manhã	☐ Quantidade de Matérias		
Presença de Ilustrações/ explicações					
☐ Tabelas	☐ Vídeos	☐ Gráficos	☐ Outras	☐ Nenhuma	
Fotografia					
☐ Cenário da violência	☐ Vítima	☐ Agressor	☐ Armas	☐ Policial	

QUADRO 4- Formulário de Codificação para a análise dos dados quantitativos dos jornais					
Formulário de Codificação					
☐ Objetos roubados	☐ Não possui				
Gênero da Matéria					
☐ Notícia	☐ Reportagem	☐ Nota	☐ Artigo		
Formato/ Seção					
☐ Política	☐ Policial	☐ Cotidiano	☐ Editorial	☐ Cidade	
☐ Cultura	☐ Mundo	☐ Economia	☐ Social	☐ Esportes	
☐ Geral	☐ Especial	☐ Caderno B	☐ Espaço Público	☐ Variedades	
☐ Fala Cidadão	☐ JM Educação	☐ Encartes	☐ Suplementos	☐ Outros	
Local da Violência: Bairros					
☐ Oficinas	☐ Nova Rússia	☐ Uvaranas	☐ Boa Vista	☐ Cara-Cará	☐ Órfãs
☐ Ronda	☐ Jardim Carvalho	☐ Neves	☐ Estrela	☐ Olarias	☐ Centro
☐ Contorno	☐ Colônia D. Luiza	☐ Chapada	☐ Não definido	☐ Nenhum	
Conotação da mensagem:					
☐ Mensagem de violência	☐ Mensagem de não- violência	☐ Atuação policial em casos de violência			
☐ Atuação policial mediante o ato infracional	☐ Mensagem não definida				
Conteúdo da mensagem sobre a violência:					
☐ Ato infracional sem violência	☐ Ato infracional violento	☐ Apreensão e suspeita de violência			
Forma de violência presente na mensagem:					
☐ Roubo	☐ Furto	☐ Habilitação	☐ Perturbação de sossego		
☐ Porte de armas	☐ Estupro	☐ Porte de drogas	☐ Porte de drogas com armas		
☐ Ameaças	☐ Briga	☐ Homicídio	☐ Suposições	☐ Outra	
Motivação da violência:					
☐ Vingança	☐ Defesa própria	☐ Roubo	☐ Furto	☐ Briga/Rivalidade	
☐ Drogas	☐ Suposições	☐ Outras			
Mortes: ☐ Agressor ☐ Vítima ☐ Nenhuma					
Dados sobre a violência na mensagem: Sim ☐ Não ☐					
Quem é referenciado na mensagem:					
☐ Agressor	☐ Vítima	☐ Policial	☐ Delegado	☐ Testemunhas	☐ Especialistas

☐ Outros	☐ Nenhum					
Denominações utilizadas para definir o adolescente:						
☐ Jovem	☐ Adolescente	☐ Infrator	☐ Rapaz	☐ Garoto	☐ Menino	
☐ Quadrilha	☐ Apelidos	☐ Aluno	☐ Estudante	☐ Menor	☐ Outros	

Fonte: Adaptado do modelo exposto por Fonseca Júnior (2005) para a codificação dos dados.

Após a sistematização dos dados, com base nos dois jornais, organizou-se o processo de análise; em primeiro lugar, foi feito o levantamento dos dados quantitativos a partir da aplicação do formulário de decodificação, buscando-se articular estes dados com a análise qualitativa. As matérias publicadas nos jornais seriam o material latente.

Além do processo de codificação, a análise de conteúdo também prevê o processo de categorização. Este processo consiste no trabalho de classificar e reagrupar as unidades de registro em um determinado número de categorias. Optou-se pela escolha das categorias que não são definidas *a priori*.

Para Bardin (2011) a categorização é uma operação de elementos que se constituem a princípio um conjunto por diferenciação, seguido pelo reagrupamento segundo o gênero definido previamente.

Para Franco (2008), este processo tem como ponto de partida a fala, o discurso, do conteúdo das respostas. O pesquisador deve ir e vir do material de análise à teoria. Ressalte-se que a importância de emergir as categorias nesta pesquisa tem como referência inicial a compreensão de que as mensagens expressas pelos sujeitos que ocupam os jornais locais possuem uma gama de conteúdos, não se reduzindo a um conteúdo informativo, pois condensam “[...] suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc.” (FRANCO, 2008, p. 25).

Para a organização dos dados, a análise dividiu-se em três categorias centrais que emergiram no processo da pesquisa a partir da aplicação do formulário e das matérias presentes nos jornais, sendo elas: 1) Características da mensagem nos jornais; 2) As representações sociais a partir das mensagens sobre a violência cometida pelo adolescente; 3) Contextualização da violência nos jornais.

Antes de adentrar na análise dos dados apresentados nos jornais, e compreender como a violência é discutida, é necessário abordar a violência enquanto um fenômeno histórico-social.

2.2 A VIOLÊNCIA

A violência se configura como um elemento presente na vida cotidiana, nas relações sociais e tem se constituído em objeto de estudo amplamente discutido na atualidade, abrangendo diferentes campos teóricos.

O estudo das representações sociais - a partir dos jornais - sobre a violência praticada pelos adolescentes, possibilita compreender como a violência é apreendida subjetivamente pelos sujeitos e como estas representações podem instituir o pensamento social e, portanto, fazer parte da dinâmica da sociedade.

Deste modo, a violência se manifesta de diferentes formas e atinge diferentes sujeitos. Caracteriza-se como um fenômeno multifacetado, que necessariamente deve ser condicionado ao que é legalmente instituído pela sociedade, isto é, aceito enquanto uma norma jurídica, social, moral.

A violência, portanto, é definida por normas a partir de normas previamente definidas na sociedade e, deste modo, “[...] cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito.” (MICHAUD, 1989, p. 14).

De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência pode ser definida como:

[...] uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações. (OMS, 2003, p. 03).

Para a OMS a violência é uma questão da saúde pública¹⁸. No entanto, a violência também é pensada enquanto um objeto da segurança pública, à medida que seus atos expõem a proteção à vida, a segurança e os direitos conquistados. Esses dois elementos (saúde e segurança) impõem pensar a violência enquanto um fenômeno mais amplo e que necessita de diferentes formas de intervenção para combatê-la.

¹⁸ À medida que a violência produz uma quantidade de mortalidades que podem ser evitadas; Dispõe de recursos financeiros para serem investidos no tratamento dos vitimados; Não afeta apenas a vítima, mas sua família e todo o seu entorno, isto é, o sujeito responsável pela violência, sua família e a sociedade.

A partir da definição da OMS, tem-se uma diversidade de atos que podem ser considerados “violentos”. Consideram-se os atos que não envolvem força física (abandono, discriminações, ofensa moral, tortura psicológica). Entretanto, a sobre a violência perpassa com maior visibilidade as situações onde as agressões físicas se fazem presentes. (SILVA, 2009).

A violência, portanto, não é um fenômeno isolado ou particular, pode estar associado a diferentes problemas sociais e se manifesta de diferentes formas, conforme expõe Lavoratti e Costa “[...] utilização de drogas, exploração sexual, envolvimento de adolescentes com infrações, fugas de crianças para as ruas [...].” (2007, p. 208). Além disso, por ser um fenômeno amplo, são realizadas algumas formas de especificá-la, isto é, classificá-la dentro de um rol de violências, sendo: violência de gênero, violência contra criança e adolescente, violência urbana, violência social, violência física, psicológica, sexual e moral dentre outras.

Mediante essas considerações, o pensar sobre as representações sociais que os jornais locais manifestam acerca da violência, exige que sejam apreendidos os diferentes determinantes que compõem a questão, porquanto “[...] a violência necessita de uma abordagem interdisciplinar, que analise as dimensões estruturais, conjunturais e particulares, que se articulam e determinam sua existência na sociedade brasileira.” (LAVORATTI; COSTA, 2007, p. 208). Na ausência de uma compreensão mais ampla, a violência é reduzida a compreensões como nos aponta Souza “[...] individualizadas, patologizadas e subjetivas, que possibilita ampliar e caracterizar como um fenômeno macrossocial, perdendo de vista os seus componentes específicos.” (1993, p. 48). Assim sendo, a violência deve assumir um sentido que denote a pluricausalidade do fenômeno, pois não se fala em uma única espécie de violência, mas sim em violências.

Para Minayo (1994), a violência caracteriza-se como um fenômeno biopsicossocial que tem seu desenvolvimento na vida e nas relações sociais estabelecidas em sociedade. Sendo expressões da realidade social, de acordo com Minayo, hoje se pode fazer uma apresentação mais geral sobre a violência que não a reduza tão somente a uma questão de criminalidade juvenil. Para a autora, a violência pode ser estrutural (por meio da pobreza, da vulnerabilidade social, exclusão e falta de acessos), violência de resistência e a violência da delinquência.

A violência estrutural, relacionada ao comportamento dos sujeitos, aplica-se, de acordo com Minayo:

[...] às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. (1994, p. 08).

A violência estrutural influencia as práticas sociais e impõe aos sujeitos que a assimilarem como sua responsabilidade, naturalizando esta forma de violência – a estrutural. É preciso salientar que a violência estrutural é constituída historicamente, sendo socialmente produzida nas estruturas políticas, econômicas e sociais. Os jornais, ao noticiarem uma matéria de violência envolvendo os adolescentes, dificilmente contextualizam a notícia sobre os aspectos da violência, as dimensões estruturais, conjunturais e particulares da história de vida dos sujeitos. Aparentemente, há uma descrição do ato de violência.

As representações sociais em torno da violência parece homogeneizadas, tornando-se uma única representação coletiva. Além disso, porque não trazem para o contexto os aspectos da violência estrutural, os jornais recortam aspectos da realidade social que consideram como importantes e dão um sentido aos fatos partir de um ponto de vista, o qual, em geral, acaba naturalizando a violência.

A violência da resistência é apontada por Minayo (1994) como um elemento de resposta de diferentes grupos à manifestação da violência estrutural. Desta forma, a violência não adquire o *status* de ser naturalizada, tornando-se, pelo contrário, objeto de discussão, contestação e busca de alternativas para seu enfrentamento.

Minayo também aponta que a violência da resistência é objeto de controvérsias entre os sujeitos que pensam a violência, pois:

[...] justificaria responder à violência com mais violência? Seria melhor a prática da não-violência? Haveria uma forma de mudar a opressão estrutural, profundamente enraizada na economia, na política e na cultura (e perenemente reatualizada nas instituições), através do diálogo, do entendimento e do reconhecimento? Tais dificuldades advêm do fato de a fonte da ideologia da justiça, da mesma forma que qualquer outra ideologia, estar em relação dinâmica com as relações sociais e com as condições materiais. (1994, p. 08).

Assim, entende-se como imprescindível que as discussões sobre a violência sejam compreendidas a partir das relações que se estabelecem no meio social. A

necessidade de se pensar sobre esses aspectos e abordá-los exige a elaboração de novas formas de compreensão da violência.

Minayo (1994) aponta que a violência da delinquência é compreendida tendo, necessariamente, como suporte, a violência estrutural nos casos que envolvem crimes como: o furto, roubos, homicídios e drogas, haja vista que esse tipo de violência expõe visivelmente uma demanda mais sensível da sociedade, que são as crianças e os adolescentes. E, muitas vezes, essas crianças e adolescentes, pela vulnerabilidade social em que se encontram, estão inclinados a uma maior probabilidade de envolverem-se em situações relacionadas à violência ou serem vítimas desta.

Embora essas vulnerabilidades estejam associadas à pobreza, conforme aponta Abromovay et al, não podem ser consideradas como elemento propulsor da violência:

[...] mas sim da forma como as desigualdades sociais e a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos. (2002, p. 57).

A violência, portanto, se caracteriza como expressão da questão social, sendo produto de uma estrutura social, a qual é para Arcoverde:

[...] construída e reconstruída nos marcos da determinação, da organização da sociedade de referência em que se encontram implicados – a nação, o Estado, a cidadania, o trabalho, o gênero, a infância e a adolescência, etc. -, devendo ser reconhecida, considerada criticamente e enfrentada pelos responsáveis [...]. (2006, p. 32).

Todavia, para que seja encarada como uma questão social, deve-se compreender que a violência é um fenômeno que é modificado e dinamizado de acordo com cada momento histórico, o que a torna um fenômeno cada vez mais complexo que exige, portanto, um enfrentamento.

2.2.1 A mídia frente ao medo e à violência

Compreende-se que a mídia tem o potencial de construir uma realidade, estabelecer padrões, valores e também pautar diferentes questões. Sendo assim, influi decisivamente na subjetividade dos sujeitos. Para Guareschi e Biz (2005) a mídia detém um poder e este se faz presente nas diferentes esferas da sociedade

(Política, Economia, Religião, Educação etc.). A comunicação e a informação são os meios utilizados e que propiciam visibilidade a esses setores. O mesmo autor argumenta que:

[...] as importantes transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, figuram lugar de destaque a aceleração incomparável do fluxo de informação, da transmissão de formas simbólicas e de conteúdos cognitivos e emocionais. A realidade de hoje, exige cada vez mais que os sujeitos saibam lidar com uma imensa gama de informações que invadem diariamente sua vida cotidiana, de uma forma desconhecida para as gerações mais antigas. (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 60).

Guareschi e Biz (2005) apontam ainda, que o império da mídia tem se expandido devido à falta de acesso dos sujeitos a outros tipos de informação como: livros, teatro, cinema. Esta falta é de responsabilidade das políticas públicas que deveria garantir o acesso a diversas fontes de informação.

Outra questão refere-se ao cunho valorativo que os sujeitos atribuem à mídia, pois “[...] a mídia não só diz o que existe e, conseqüentemente, decide o que não existe pelo silêncio, mas dá uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro, em relação à realidade existente.” (GUARESCHI; BIZ, 2005, 62).

Deste modo, a atualidade da notícia implica não somente uma quantidade de fenômenos, mas também de que forma os acontecimentos são percebidos pelos meios de comunicação, e, por consequência, como a violência é discutida a partir do relato jornalístico. Correia expõe sobre a notícia:

[...] não é um acto de descrever ou dizer de forma directa, determinada e precisa um facto empírico acontecido no mundo exterior, mas é um acto de apresentação de uma realidade que se constitui inclusive com a participação activa do leitor [...]. (2009, p. 21).

Para Guareschi e Biz (2005) é necessário não desvincular as relações da mídia com o sistema social, isto é, quem detém as concessões são os que mais se beneficiam deste sistema. Estes interesses comerciais prezam pelo consumo, pelo individualismo, e, conseqüentemente, pelo materialismo. A mídia possui esta capacidade de recriar estes valores nas telenovelas e programas de interesse popular. Essas telenovelas e programas exprimem uma conotação de verdade e, portanto, ditam como se deve agir e pensar diante do mundo que se vive.

As notícias que diariamente estão presentes nos jornais possuem, de acordo com Guareschi e Biz (2005), a capacidade de assumirem posições teóricas e políticas diante de determinado assunto. Estas posições teóricas e políticas também são partilhadas pelos leitores. Os leitores se configuram como controladores dessa mídia, a partir da “assinatura” realizada para receber exemplares ou ter o acesso *online* ao sistema e, portanto:

[...] os leitores contratam as publicações que desejam, pagam por esse serviço, e assim dão sustentação econômica aos veículos de comunicação; quando não mais interessam, ou discordam dos pontos de vistas e opiniões assumidos por esses veículos, cancelam sua assinatura. (GUARESCHI, 2005, p. 69).

A partir deste papel, o de intervir na subjetividade, é que as questões, muitas vezes, são referenciadas pelos meios de comunicação, de quem, em geral, se infere que há uma neutralidade em torno de um determinado acontecimento. Todavia, esta neutralidade é colocada em contradição a partir do momento em que os jornais selecionam o que pode ser considerado, ou não, um fato jornalístico, pois reside nisto, uma subjetividade e escolha. (GUARESCHI; BIZ, 2005).

É nesse contexto, o qual envolve selecionar, recortar e expor determinada notícia, que a questão da violência e medo é constantemente associada aos atos violentos; em especial a mídia valoriza esse ato quando a violência é realizada por adolescentes. Assim, ao enfatizar a violência, a mídia responsabiliza os adolescentes, contribuindo para que se instale um sentimento generalizado de medo diante da violência. Algumas formas de enfatizar essa violência é apresentar cenas fortes: suicídios, mortes violentas e suas vítimas, explorando, ainda, o lado afetivo dos sujeitos: “Como você se sente?” pergunta a repórter para a mãe que acabou de perder seu filho. Esta é apenas uma questão dentre tantas outras utilizadas pela mídia, e conforme Guareschi e Biz:

Tais narrativas mostram a faceta sensacionalista de determinados meios de comunicação, ao mesmo tempo em que mostram práticas evidentes de exploração da população. Aproveita-se a miséria e a falta de condições das pessoas para identificar temas chocantes, que aumentam a audiência, e ao mesmo tempo promover práticas sensacionalistas, [...]. (2005, p. 30).

No Brasil, os meios de comunicação possuem uma grande concentração que é administrada por pequenos grupos. Esses grupos mantêm o monopólio, não

apenas das redes televisivas, mas de jornais, rádio, revistas, telefonia celular e provedor da internet, possibilitando influenciar os diferentes meios de comunicação e assim “[...] a denominada propriedade cruzada, fazendo com que a concentração e a oligopolização sejam mais intensas.” (GUARSCHI, 2005, p. 45).

A influência dos meios de comunicação alcança um elevado nível de abrangência e influi decisivamente na construção das realidades dos sujeitos. E esses sujeitos, muitas vezes, absorvem a mídia enquanto um meio de aliviar os problemas diários e se deixam conduzir pelos aspectos sedutores de uma realidade imaginária. A respeito disso, Guareschi e Biz argumenta que:

Num país de carentes, de pessoas que vivem um cotidiano extremamente restrito e condicionado pelas necessidades básicas, um cotidiano que se poderia chamar de subsistência e de sobrevivência, há muitos que se alimentam e vivem na esperança de um ‘milagre’ [...]. (2005, p. 31).

Para Guareschi e Biz (2005) a relação que os sujeitos estabelecem com a mídia diz respeito à história do país, que é uma história de submissão. Esses sujeitos sempre dependeram da “boa vontade” do senhor da Casa Grande. Hoje, são os grandes donos da mídia que detêm o poder de oferecer a esses sujeitos a sensação de um grande milagre. Por isso, programas que se utilizam das dificuldades humanas (desemprego, falta de moradia, condições relacionadas a saúde) fazem sucesso ao prover tais condições assistencialistas, aumentando com isto suas audiências e ganhando a confiança dos sujeitos.

Em contrapartida, a mídia também é responsável por veicular o medo. As matérias que enfatizam o aumento da violência também impulsionam os sujeitos a sentirem um medo coletivo. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgados na segunda metade de 2012, expõem que a sensação de medo da população diminuiu de 2010 para 2012¹⁹. Apenas as formas de violência referentes a agressões físicas ainda se constitui um nível mais alto de medo, aumentando de 48,7% em 2010, para 54,5% em 2012.

As percepções dos sujeitos, em torno do medo e da insegurança pessoal, diante da violência são reforçadas pela mídia à medida que esta apresenta, a partir dos fatos e acontecimentos cotidianos, uma constante repetição desses atos violentos, haja vista que a mídia necessita constantemente de notícia, e à medida

¹⁹ Dados disponíveis no Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) julho de 2012, disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf

que a violência é apresentada pelas causas, isto é, homicídios, assaltos, sequestros, agressões físicas, sexuais, psicológicas e morais, essa necessidade é suprida. A violência expressa na mídia também produz uma representatividade na sociedade.

Para Michaud (1989) a relação que os sujeitos mantêm com os acontecimentos cotidianos advém não apenas da experiência direta, mas também dos testemunhos e impressões que recebem de forma indireta. Esta evidência indireta tem como forma de transmissão os depoimentos, escritos ou oralizados, oriundos da subjetividade de cada um.

Michaud enfatiza que a multiplicidade de informações veiculadas pela mídia relaciona as evidências indiretas, e parte do que se vê, se ouve e se compartilha, impõe imagens que apresentam os atos violentos como se os espectadores estivessem vivenciando tais situações. Embora algumas dessas imagens detenham a veracidade dos fatos, elas também sofrem distorções à medida que os sujeitos que as transmitem, podem selecioná-las, montá-las, enquadrá-las, ou até mesmo invisibilizá-las, conforme esclarece Michaud:

[...] não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos. Como revelam as pesquisas, poucas pessoas que afirmam sentir um aumento da insegurança foram elas próprias agredidas ou espancadas, mas ouviram falar de tal caso ou do que aconteceu em tal lugar. O que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo e o que a mídia deixar ver. (1989, p. 49-50).

Essa insegurança advém não apenas das representações sociais individuais de cada sujeito, mas também das representações que esse sujeito compartilha com o meio em que vive.

Para Novo (2006), a mídia explora os casos de violência interpessoal e reforça um suposto caos social. Recentemente, tem-se discutido no país a maioria penal enfocando a violência dos adolescentes envolvidos em ato infracional. A mídia tem colaborado com essas formas de representação social, a medida que contextualiza a violência como um elemento individual, isto é, inato aos adolescentes envolvidos com a violência. A autora enfatiza que essa forma de apresentar a violência, associando-a aos crimes violentos, tem por finalidade utilizar o crime como forma de explicar outras experiências sociais, não efetivamente relacionadas à violência.

Sendo assim, esta forma de explicar e ancorar os casos de violência influi inevitavelmente nas relações sociais, gerando um sentimento de medo generalizado nos sujeitos. Explica Novo:

O fantasma da violência vem ocupar os espaços de insatisfação com a vida, passando a explicar a própria impotência que as pessoas sentem e sua dificuldade em agir de forma que restaure a paz interior. A violência mitificada representa o mal que se espalha na sociedade. Dessa maneira, o elemento dramático que reveste o crime violento faz que sua imagem sirva de modelo para a construção de todo um processo de espetacularização da 'onda crescente de violência que assola o país'. (2006, p. 51).

Nessas condições, os sujeitos transferem os sentimentos de medo generalizado para situações específicas, e passam a ter níveis de insatisfação com a sociedade, com os vizinhos, com a polícia. Esse medo está associado à incapacidade de agir diante das situações. O outro (violento) é responsável pela insegurança e pelo medo. Entretanto, expõe Novo (2006) que esse sentimento de insegurança, na verdade, advém de outro âmbito: da despotencialização dos sujeitos, isto é, do enfraquecimento dos sujeitos enquanto sujeitos ativos no meio em que vivem.

A necessidade, portanto, de alimentar uma ameaça constante no imaginário social impõe encontrar meios para deter o avanço das situações violentas. Nesse sentido, Novo ressalta que a descrença no sistema de proteção legal dos cidadãos possibilita que os sujeitos legitimem mecanismos de repressão e controle, isto é, “[...] não importam os meios que se utilize para alcançar a justiça desde que o mal cometido seja vingado.” (2006, p. 52). , A autora aponta também que, a partir dessas apreensões no que se refere a situações de violência, motiva-se uma reflexão que se torna valorativa na sociedade, em torno do não reconhecimento do outro, isto é, como “o outro” como sujeito que partilha de um mesmo espaço social entre iguais, não apenas quando se trata de sujeitos, esses:

[...] iguais em direitos, mas também entre iguais na sua diferença. O que a cultura da violência produz é justamente a negação das duas possibilidades. A dicotomia fracos e poderosos é a base de isolamento dos homens. (NOVO, 2006, p. 52).

Bauman (2009) aponta em seu livro: “Confiança e medo na cidade” que a estagnação dos espaços sociais, a partir da necessidade constante de se distanciar

do outro, advém de que os regulamentos estabelecidos e instituídos na sociedade não representam uma proteção:

[...] se a proteção de fato disponível e as vantagens que desfrutamos não estão totalmente à altura de nossas expectativas; se nossas relações ainda não são aquelas que gostaríamos de desenvolver; se as regras não são exatamente como deveriam e, a nosso ver, poderiam ser; tendemos a imaginar maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra em nossa porta ou embaixo de nossa cama. Em suma, deve haver um culpado, um crime ou uma intenção criminosa. (BAUMAN, 2009, p. 15).

Os jornais, ao utilizarem representações sociais, reforçando uma violência generalizada, influem consideravelmente na dinâmica social, e na forma de estabelecimento das relações sociais. Para Guareschi e Biz “[...] a mídia constrói a realidade, apresenta valores a serem seguidos, monta a pauta de discussão e influi na subjetividade e na definição das pessoas; [...]” (2005, p. 58).

O ato de conviver, portanto, com o fantasma permanente da violência, também impõe medidas necessárias para evitar este mal, e inclui limitar a convivência em espaços públicos e também cercear os espaços privados.

Bauman (2009) expõe que o medo do desconhecido impõe atribuir a esses sujeitos a encarnação da ‘estrangeiridade’²⁰ e da não-familiaridade das ameaças que assolam o cotidiano. Essa sensação de inquietude e incerteza que transcorre na sociedade, e que incide na segurança pessoal, contribui para que as segregações-exclusões incitem um estado de guerra urbana (BAUMAN, 2009).

A necessidade de erigir muros, transferir as moradias para espaços restritos na cidade como os condomínios isolados, tem como motivação estabelecer um possível nível de “segurança”. As propagandas publicitárias reforçam que os condomínios fechados dispõem de condições que prezam pela qualidade de vida e segurança, algo que a cidade já não mais pode oferecer. E o mesmo autor analisa:

[...] refugiar-se em ilhas de ‘uniformidade’ acaba se transformando no maior obstáculo para viver com a diferença, e, desse modo enfraquece os diálogos e os pactos. Com o passar do tempo, a exposição à diferença transforma-se em fator decisivo para uma convivência feliz, fazendo secar as raízes urbanas do medo. (BAUMAN, 2009, p. 71).

²⁰ De acordo com a definição exposta por Bauman o estrangeiro é “[...] alguém cuja ação é guiada por intenções que, no máximo, se pode tentar adivinhar, mas que ninguém jamais conhecerá com certeza.” (2009, p. 37).

A realidade vivenciada nos dias atuais, e que segrega, por meio da divisa de dois mundos imaginários, a violência e a busca de proteção, tem a diferenciação como forma de reconhecimento. A separação entre o “eu” e o “eles”, o que implicitamente separa o “eu” de tudo aquilo que possa perturbar ou ameaçar a sua segurança.

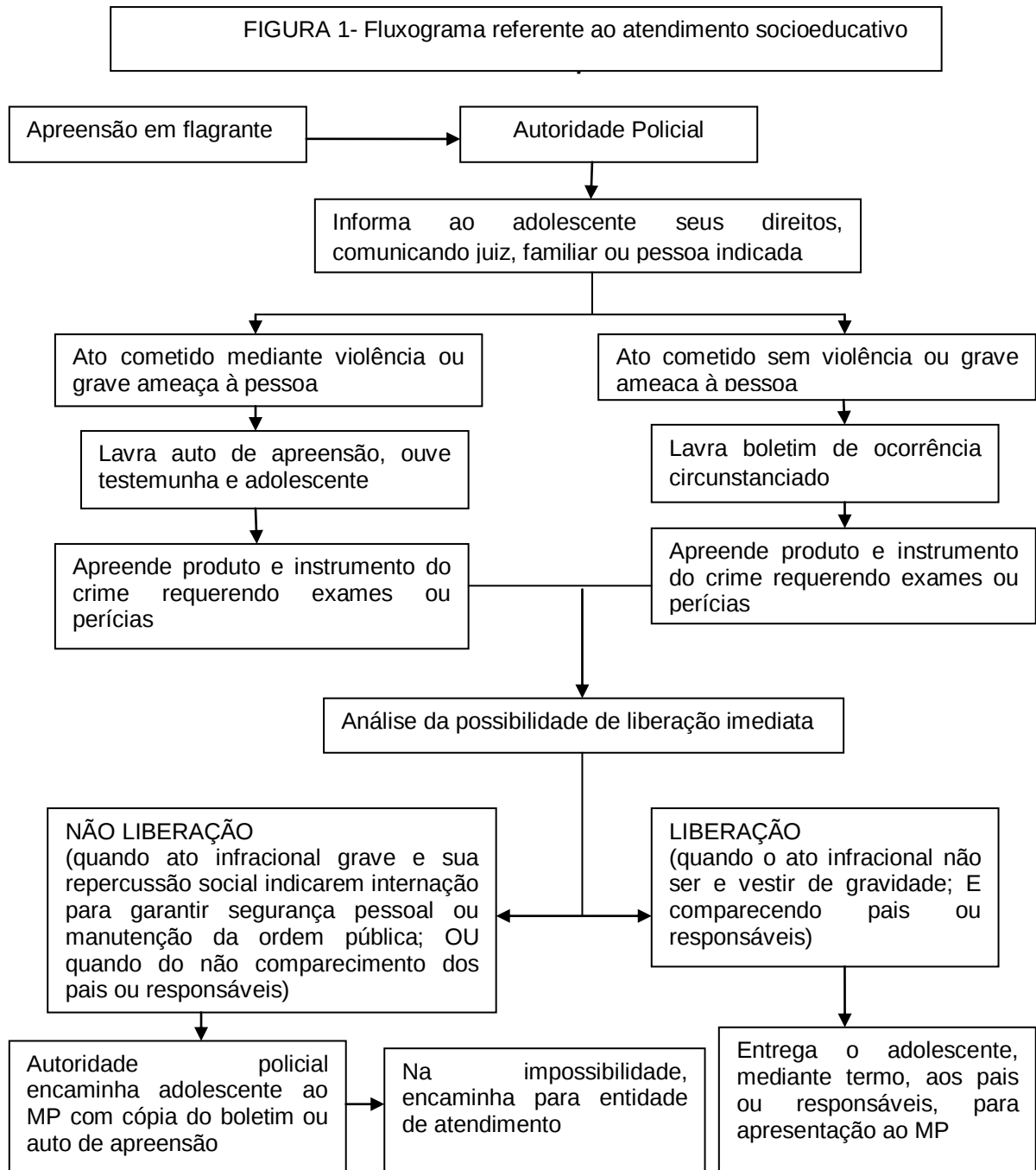
Este medo induz à identificação dos adolescentes envolvidos em alguma situação de violência como sendo sujeitos diferentes e “desajustados”. Cria-se, assim, representações sociais em torno de um estigma, de uma classe excluída, violenta e que oferece perigo à sociedade. Nega-se a condição humana desses sujeitos para afirmar o perigo que ela representa.

2.2.2 Crime e Violência

A partir da compreensão de que os jornais, cotidianamente, expõem as notícias sobre a violência, esta, muitas vezes, é apresentada como sinônimo do crime. Assim, violência e crime são utilizados de forma coloquial e adquirem uma conotação na sociedade. Estes dois termos são associados, conforme expõem Ramos e Paiva (2007) para definir as formas de agressões e suas manifestações, ofensas entre pessoas e grupos que reiteram na sociedade. Porém, existem distinções que particularizam e impõem formas diferentes de compreender estes dois fenômenos.

Musumeci (2007) expõe o crime ou delito relacionando-o com os atos ilícitos previstos na legislação penal. O crime somente pode existir, se há uma lei que previamente o defina. Além disso, a legislação também prevê alguns tipos de ações ilícitas, quais sejam, as contravenções e as infrações, que tem definições específicas na lei. Assim sendo, os atos cometidos pelos adolescentes, sejam violentos ou não, não devem ser denominados de crimes. Quando envolvem adolescentes, utiliza-se o termo *ato infracional*.

O ECA, documento legal no qual consta a definição do ato infracional, apresenta no seu Art. 103 “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.” (PONTA GROSSA, 2009, p. 71). O fluxograma seguinte esclarece também como o atendimento socioeducativo é conduzido:



Fonte: MPRG, 2011(ANDI, 2012, p. 91).

A continuidade do atendimento socioeducativo prevê o encaminhamento para o Ministério Público (MP) e posteriormente para a autoridade judiciária, caso seja necessário.

Estes dois conceitos: crime e violência possuem perspectivas diferentes. Se, por um lado, o crime à obriga à disposição jurídica, e é punível perante a lei sendo violento ou não, por outro, a violência predispõe um aspecto relativo às ações

humanas, sejam elas puníveis, ou não, e que possam acarretar danos físicos aos sujeitos envolvidos.

Musumeci expõe três formas de compreender esta relação entre crime e violência:

a) Nem todos os atos socialmente reprovados são crimes, como exemplo, a prostituição. Embora esta atividade seja reprovada socialmente não é um crime. Quanto a exploração da prostituição, esta se configura como um crime, pois imputa como crime; b) Nem toda violência é criminosa, isto é, algumas atividades recreativas como também o uso da força policial não se configura como um crime, entretanto, possui um caráter de violência; c) Nem todo crime é violento, o uso da droga pode ser utilizado como um exemplo, a medida que sua venda não se caracteriza como um ato violento. (2007, p. 154).

Para exemplificar esta questão, apresenta-se um quadro comparativo exposto por Musumeci (2007) o qual possibilita a distinção do delito violento do não violento. Essas distinções são necessárias para compreender a violência e também aquilo que se configura como um crime

QUADRO 3 – TIPOS DE DELITOS	
Continua	
Delitos Violentos	Delitos não violentos
Crimes contra a pessoa (homicídio doloso e culposo, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa e culposa, sequestro, cárcere privado, tortura, maus-tratos, ameaça, etc.).	Crimes contra a pessoa (calúnia, injúria, difamação, violação de domicílio, violação de correspondência etc.).
Crimes contra a liberdade sexual (estupro, atentado violento ao pudor).	Crimes contra o patrimônio (furto, estelionato, dano, fraude, apropriação indébita, receptação).
Crime contra o patrimônio (roubo, latrocínio, extorsão mediante sequestro).	Crimes contra a propriedade imaterial (violação de direito autoral, usurpação de marca, concorrência desleal etc.).
	Crime contra a economia popular e contra o consumidor (propaganda ou publicidade enganosa etc.).
	Crime contra administração pública (corrupção, peculato, desacato à autoridade, contrabando, tráfico de influência etc.).
	Crime contra a fé pública (falsificação de moeda, falsificação de documentos, falsidade ideológica etc.).

	Crimes regidos por legislação especial (posse, tráfico e uso de drogas, crimes não-violentos contra crianças e adolescentes etc.).

Fonte: MUSUMECI (2007, p. 155).

A violência, portanto, possui uma conotação mais ampla e pode envolver:

crimes violentos intencionais (dolosos); crimes violentos não intencionais (culposos, como mortes e lesões de terceiros provocadas por acidentes de trânsito ou por outros tipos de acidentes); suicídios e tentativas de suicídio; autolesões intencionais ou acidentais; uso legal da força por agentes de segurança pública; esportes violentos não proibidos por lei. (MUSUMECI, 2007, p. 156).

Entretanto, a associação da violência e do crime é utilizada constantemente pelos jornais como forma de representar um determinado ato envolvendo os adolescentes. Essa confusão conceitual interfere também nas formas diferenciadas de abordar as situações envolvendo os adolescentes. Estas formas de abordar a violência podem incorrer em equívoco pelo qual atribui-se aos adolescentes um *status* de criminalidade²¹, e portanto, criminaliza-se a adolescência.

Deste modo, os jornais, ao denominar o ato infracional como um crime, também não possibilitam que os sujeitos, ao lerem o conteúdo de suas matérias, compreendam esse adolescente como um sujeito em desenvolvimento e formação. Pelo contrário, é grande a possibilidade de estarem colaborando para que esse adolescente seja tratado de forma pejorativa.

A violência, quando relacionada com o crime, adquire uma conotação de representatividade, porque é por meio dessas representações sociais que os sujeitos, presentes nos jornais, buscam ancorar a ideia da violência. Para Novo (2006) a violência mitificada representa um mal que assola a sociedade. Os crimes são utilizados como imagens que refletem o caos social, aspecto que contribuiu para a construção de um processo de espetacularização.

Estas formas de nomear, classificar e determinar um ato como violento supõe estigmatizar os sujeitos. Um exemplo apresentado por Musumeci (2007) refere-se ao traficante, pois rotular esse sujeito como violento induz a pensar que todos os sujeitos que vendem drogas são violentos. Esses aspectos da ancoragem

²¹ A criminalidade pode ser definida a partir do conjunto de atos que são passíveis de punição pela lei, estes atos podem ou não ser violentos. (MUSUMECI, 2007).

das representações sociais são essenciais para a compreensão de como a notícia é exposta e qual o tratamento é dado a ela.

A partir de uma análise sobre o fenômeno da violência e da criminalização, Misse (1999) explicita que a violência, enquanto um fato social foi sempre relacionada à guerra e a política, sendo ela um elemento de disputa na definição do que é um fato violento. Enquanto que o conceito de crime, como ato definido juridicamente, se naturaliza na modernidade a partir da barbárie e das incivilidades. É compreensível o porquê esses dois conceitos são enviesados, permanecendo a necessidade de definir as diferentes formas de violência.

Para Misse (1999) as representações sociais construídas em torno da violência se personificam em diferentes figuras: “bandido”, “adolescente infrator” e outros têm, no imaginário social, a conceituação definida pelo judiciário, das leis, da polícia e suas práticas e das relações que mantêm com estes conceitos, pois “[...] operam a inclusão/exclusão dos diferentes agentes sociais acusados como <<desviantes>> que circulam no conjunto desse <<submundo>> em designações que apontam para sua esperada ou possível sujeição criminal” (1999, p. 47).

A violência urbana é, muitas vezes, apresentada nos jornais, de acordo com Misse (1999) como um “sujeito social” o qual envolve um conjunto de práticas de violência que aumenta na sociedade, sendo “[...] um *fantasma*, um sujeito anti-social.” (1999, p. 84). Cabe, mediante essas considerações, compreender de que forma a violência é apresentada pelos jornais.

2.2.3 A violência a partir das discussões na imprensa

As discussões sobre a violência têm sido, cotidianamente, um objeto amplamente discutido nos jornais, conforme foi discutido no subitem “A violência e a Mídia”. Neste subitem, buscou-se compreender a relação da mídia com a violência, especificamente a mídia impressa, abordando-se alguns dados para a compreensão do fenômeno.

A imprensa também inclui nas apresentações de matérias ênfase a violência com elementos generalizados. Essas matérias ganham visibilidade quando casos de violências possuem uma repercussão na sociedade. As matérias sobre a violência, muitas vezes, possuem um conteúdo fragmentado, valorizando muito mais a

descrição, os autores envolvidos e as providências tomadas do que compreender as determinações históricas, econômicas, políticas e sociais.

Aponta Novo (2006) que a falta de contextualização e fragmentação presente nos discursos sobre violência impõe pensar em uma homogeneização reducionista de análise. As matérias que abordam a violência não possuem um tratamento específico, isto é, não possuem uma perspectiva histórica e são “[...] imagens que valem por si.” (2006, p. 47).

Para Ramos e Paiva (2007) a imprensa tem exercido um papel fundamental no que se refere à fiscalização da segurança pública. Porém, ao abordar as informações sobre os fatos e acontecimentos, a imprensa não busca questionar os atos cometidos, o que acarreta em realizar uma cobertura sem aprofundamento. E a falta de aprofundamento nas questões suscitadas pela violência dispõe que essas sejam “[...] um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar.” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39).

Em uma pesquisa realizada pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) no ano de 2012²², a qual analisou 2.236 (dois mil, duzentos e trinta e seis) notícias de 54 (cinquenta e quatro) periódicos dos principais jornais do país, identificaram-se alguns apontamentos essenciais para se conhecer o panorama de como a imprensa nacional aborda a violência envolvendo os adolescentes em conflito com a lei.

Nesta pesquisa da ANDI (2012) conclui-se que apenas 5,5% das matérias possuíam uma discussão qualificada sobre a violência e advinham dos editoriais, artigos, reportagens ou colunas assinadas.

As matérias relacionadas à violência envolvendo os adolescentes respaldam-se nas histórias individuais (47%). As discussões referentes às políticas públicas não foram visualizadas. Ainda, 51,6% das matérias tinham uma conotação informativo-descritiva, e apenas 36,5% das matérias apresentaram uma contextualização, trazendo elementos importantes para a compreensão da violência e do que a ocasionou.

Outra questão apontada na pesquisa é que 59,8% das matérias tinham como voz dominante a da Polícia Militar. Organizações importantes como a

²²Juventude atrás das grades: A realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. A pesquisa foi realizada entre janeiro de 2006 a dezembro de 2010.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares raramente são ouvidas. Apenas 19,9% das matérias apresentaram alguma discussão sobre a possível causa da violência. (ANDI, 2012, p. 64-65).

Para Ramos e Paiva (2007), ao depender exclusivamente das informações policiais, a imprensa não busca criticar as ações que perpassam a violência. As matérias são escritas a partir dos registros e ações policiais, como as apreensões, abordagens policiais até a apresentação do “criminoso”.

Para a ANDI (2001) a imprensa também é responsável pela criação de três mitos sendo: hiperdimensionamento, periculosidade e impunidade. O hiperdimensionamento ocorre quando há a descontextualização das notícias, isto é, enfatiza-se que há um aumento de adolescentes envolvidos em atos violentos. Entretanto, os números apontam que os atos infracionais são inferiores aos crimes existentes.

O mito da periculosidade é veiculado pela mídia a partir da ênfase nos casos de violência cometidos pelos adolescentes e que envolvem a violência contra a pessoa. A periculosidade é imposta à medida que a notícia é “[...] desacompanhada de contextualização – a ausência de estatísticas que situem o tipo de crime na escala da Violência e ajudem o leitor a entender quanto há de rotina ou acidental no fato.” (ANDI, 2001, p. 15).

O mito da impunidade é compreendido de forma errônea, e associado à imputabilidade²³. Deste modo, diante dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, as representações repercutem em torno de que esse adolescente é impune diante da violência. Esse desconhecimento das disposições presentes no ECA, e o reforço as discussões sobre a imputabilidade, ganham espaços e reforçam cada vez mais este mito.

²³Imputar significa atribuir a responsabilidade de alguma coisa a alguém. Na Constituição Federal no Art. 228 expõe: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. (PARANÁ, 2004, p.48). No Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 104 dispõe: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”. (PARANÁ, 2004, p. 97). As discussões em torno da imputabilidade penal do adolescente são suscitadas mediante a crimes que adquirem grande repercussão, exigindo do poder público, ações de punição aos adolescentes. Porém pelo desconhecimento da lei e especificamente das disposições presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente não compreendem que o mesmo impõe medidas sócio-educativas mediante ao ato infracional.

Ramos e Paiva (2007) trazem um relato sobre uma matéria publicada, no ano de 2006, pelo Jornal do Brasil, na capa de sua edição de domingo, com o seguinte título: “A lei que protege jovens assassinos”. A matéria deste jornal atacava o ECA e teve como motivação o assassinato de uma socialite do Rio de Janeiro três dias antes. A narrativa da matéria traz o seguinte texto:

‘Adotado para proteger menores de idade escravizados no trabalho e submetidos à exploração sexual, o que em parte conseguiu, o Estatuto da Criança e do Adolescente criou como efeito colateral: protege bandidos e assassinos que, apenas porque têm alguns meses menos que 18 anos, roubam, agridem e matam com a certeza da impunidade assegurada pela lei. Hoje, no Rio, 40% dos traficantes são menores’. (JORNAL DO BRASIL apud RAMOS; PAIVA, 2007, p.67).

A apresentação de um fragmento da notícia, feita pelos autores intentou demonstrar que o discurso sobre a impunidade, associada à imputabilidade e à falta de compreensão do ECA, refletem representações sociais de uma possível criminalidade dos adolescentes. O adolescente que possui alguns meses antes de completar os 18 anos, e está envolvido em algum ato infracional, é submetido a uma medida sócio-educativa e deverá cumprir os 03 anos (três) de internação não ultrapassando a idade de 21 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 121 expõe: “Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos” (PONTA GROSSA, 2009, p. 75). O adolescente é legalmente responsabilizado pelo ato infracional cometido.

No que se refere às denominações utilizadas pelos jornais, o termo “menor” ainda é amplamente utilizado como um elemento de ancoragem. É importante ressaltar que este termo possui duas perspectivas: a primeira refere-se a menor de idade em relação a maior de idade, definindo especificamente a faixa etária. A outra perspectiva de definição do termo *menor* retoma a antiga forma da justiça expressa no Código de Menores (1979)²⁴, sendo utilizado para especificar as crianças e adolescentes que estavam em alguma situação irregular, isto é, abandonados, nas

²⁴O Código de Menores foi criado em 1927, estabelecia imputabilidade penal para adolescentes com idade inferior a 14 (quatorze) anos, os adolescentes com idade superior a 14 até 18 anos, seriam submetidos a tratamento especial. Este Código condicionava o atendimento a criança e o adolescentes ao controle social. Em 1979, este Código é reformulado em 1979 estabelecendo a Doutrina da Situação Irregular, sendo um instrumento jurídico destinado as crianças e adolescentes que viviam em situação irregular, isto é, que não se inseriam nos padrões estabelecidos pela sociedade vigente. Eram crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abandono, adolescentes infratores e qualquer situação que fosse irregular perante a lei.

ruas e envolvidos com roubos, enquanto denominavam de criança e adolescente, as crianças possuidoras de família, sendo aquelas que não estavam envolvidas em alguma situação irregular juridicamente.

Esta dicotomia na forma de denominar a criança e o adolescente possibilitou que as representações sociais em torno da questão se tornassem um elemento culturalmente aceito, socialmente pulverizado na sociedade. Os jornais, ao utilizarem o termo *menor* podem repercutir suas matérias a partir dessas duas perspectivas. Após 22 anos da promulgação do ECA, não houve ainda uma assimilação perante toda a sociedade em termos de compreender que esses adolescentes são sujeitos em desenvolvimento. De acordo com a ANDI:

O conteúdo discriminatório desta expressão tem sido reiteradas vezes afirmado e já deveria ter sido compreendido pelos formadores de opinião. Porém, mesmo utilizando a linguagem adequada (adolescente infrator, por exemplo, em vez de 'menor'), o que se percebe é que opera-se (sic) com o ECA na lógica do Código de Menores. Isso fica patente na medida em que se ignora o papel das diversas personagens que interagem no processo, resultando em um hiperdimensionamento das atribuições judiciais, com conseqüente esquecimento do conjunto do sistema de garantias, onde o Poder Judiciário é apenas uma parte deste conjunto. (2001. p. 22).

Outra questão está na inclusão de um Parágrafo Único em um dos artigos do ECA, efetivado pela lei 10.764/2003, que se refere ao uso e divulgação de imagens de crianças e adolescentes; acrescenta no Art. 143:

É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo Único: Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. (PONTA GROSSA, 2009, p.81)

Os jornais devem resguardar a imagem, nome e quaisquer pessoas próximas à criança e ao adolescente, e que possam submeter essa criança ou esse adolescente a qualquer situação vexatória. Ao infringir, expondo de alguma forma, a criança ou o adolescente, os jornais estão sujeitos às sanções legais que preveem penalidades quando se trata dessas situações.

As formas de denominações dos adolescentes como “menor” em detrimento do termo adolescente, “criminoso” e “bandido” para designar o adolescente em conflito com a lei são pejorativas. Esses termos classificam e personalizam esses sujeitos. Outra forma de expor os adolescentes é referenciar um apelido pelo qual

são conhecidos. Isto é uma infração prevista no ECA, pois essa denominação o identifica, tornando, muitas vezes, o adolescente mais conhecido pelo apelido do que pelo próprio nome.

Assim, compreende-se que as formas de narrar a violência nos jornais:

[...] não tem por objetivo retratar o fenômeno da interface violência/adolescência. Antes, procura fazer um retrato do imaginário social que recobre o tema, imaginário que a mídia, ao mesmo tempo, reflete e molda. Reflete na medida em que os jornalistas fazem parte da sociedade que retratam e são portadores, como todos nós, de uma certa visão de mundo com relação aos fatos relatados. Molda, na medida em que apresenta para o público aspectos específicos e parciais da Violência, que costumam envolver os adolescentes. (ANDI, 2001, p. 17).

A inserção de referências plausíveis no que se refere à violência envolvendo os adolescentes, tais como conhecer o direito de proteção integral relacionado aos adolescentes, e pautar discussões voltadas às políticas públicas deste segmento, possibilitam pensar a violência não mais como uma questão de polícia, mas de implementação das políticas públicas para o enfrentamento da problemática em questão.

Outras questões levantadas pela pesquisa realizada pela ANDI referentes à violência e como ela é expressa pela imprensa, revela que as matérias são:

[...] desprovidas de contextualização; não investigam as causas da Violência; não procuram pelas soluções; priorizam a descrição dos atos violentos, o que as imagens da TV podem fazer com mais competência (ainda que seja igualmente desnecessário); transformam o fenômeno social da Violência em casos de polícia; a imprensa vira porta-voz das delegacias e os Boletins de Ocorrência (BO) se tornam fontes prioritárias dos jornalistas; não responsabilizam o Poder Público, porque raramente é procurado; não cobram a ausência de Políticas Públicas [...]. (2001, p. 30).

Diante desse cenário, Ramos e Paiva (2007) consideram que a mídia tem realizado um papel importante no debate público. Para esses autores, os jornais influenciam a opinião da sociedade, ao mesmo tempo que motivam e fiscalizam as políticas de Estado. Enfatiza-se a necessidade de formar uma imprensa “[...] capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos [...]”. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 14).

Pensar a relação da imprensa e violência é pensar em um espaço propenso à diversidade, ao debate e, principalmente, à garantia dos direitos. Os conteúdos

tratados, sendo significativos para os sujeitos, irão repercutir na realidade, isto é, não apenas dos sujeitos que leem a notícia, mas também dos sujeitos que estão diretamente envolvidos na sua constituição.

2.2.4 Adolescência e Violência

A noção de adolescência é um elemento construído historicamente que se difere de acordo com os padrões instituídos em uma determinada sociedade. Há uma diferenciação quanto à concepção de adolescência e de adolescente. De acordo com a Enciclopédia Larousse, a adolescência é o período intermediário entre a infância e a idade adulta, ocorrendo modificações de ordem fisiológicas e psicológicas. Enquanto o termo adolescente designa o sujeito que vivencia esta fase da vida.

A adolescência caracteriza-se como uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, e é permeada por transformações psicossociológicas, associadas também ao contexto social e histórico em que os sujeitos, nessa fase, vivem.

Para Santos e Aléssio (2006) a relação entre a adolescência e violência não é contemporânea, não se delimitando apenas ao senso comum em associar esta fase com a violência. A adolescência surge enquanto um conceito no início do século XX, como forma de denominar a fase que sucede a infância e antecede a fase adulta. As reformas políticas realizadas na França no período de 1890 e 1920, já traziam uma interpretação de que a adolescência era um período conturbado, necessitando de uma vigilância constante. Santos e Aléssio expõem que:

[...] o conceito de adolescência surge intrinsecamente ligado à idéia de problema, crises, momento de fragilidade e energia, que pode se associar ao crime. Essa idéia parece permanecer até os dias de hoje, embora um novo elemento tenha sido acrescentado quando se fala em adolescência e violência: a condição socioeconômica do adolescente. É comum tanto nos estudos científicos quanto nas teorias do senso comum, a associação entre pobreza e violência. (2006, p. 112).

Para Minayo, pensar a adolescência supõe a necessidade de apreendê-la pelas especificidades históricas, socioeconômicas, políticas e culturais presentes na sociedade, na “[...] questão da violência associada à adolescência no Brasil, essas variáveis são fundamentais, mesmo porque, se não existe ‘adolescência em geral’, não há também ‘violência em geral’.” (1990, p. 290).

Atualmente, no Brasil, a violência cresceu nas ultimas décadas no que se refere às mortes da população infanto-juvenil. Embora este não seja o objeto de estudo deste trabalho, é importante ressaltar que houve um aumento de óbitos de crianças e adolescentes por causas externas (violência, homicídio etc.). Os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)²⁵ e do Mapa da Violência (2012) mostram que a morte de crianças e adolescentes cresceu 346% de 1980 a 2010. Ao todo, foram 176.044 mortes de crianças e adolescentes, vítimas de homicídio nas últimas três décadas. Estes dados mostram, ao mesmo tempo, que a violência envolve os jovens, pobres, na faixa de 15 a 29 anos de idade, e que também são vítimas da violência.

Outro elemento é a constante associação da violência com a pobreza. Historicamente, foi construído no imaginário que a violência estava associada à pobreza, sendo uma forma de mascarar e naturalizar algumas relações sociais violentas e “permitidas” na sociedade. Constantemente, observa-se a culpabilização da violência ao adolescente empobrecido, sem compreender que, muitas vezes, a violência está associada ao processo de formação social do país, conforme expõe Minayo:

[...] hoje revela de forma gritante, como num *flash*, a cronificação da situação de miséria que se contrapõe à opulência de uma minoria privilegiada; de exclusão social que privilegia com equipamentos urbanos e direitos apenas uma parcela da população; de discriminação ideológica violenta que escolhe, consciente ou inconscientemente, quem *deve ser* e quem *não é* na sociedade brasileira. Os jovens candidatos ao extermínio só têm para si o *hoje* e o *agora*, um hoje e um agora marcados pela dor, pela perseguição e pelo medo. (1990, p. 288-289).

Não se pode negar que a violência cometida por adolescentes possui em suas manifestações elementos que se relacionam com a violência estrutural. Além da falta de perspectivas de vida, estes são alvos constantes da exclusão e repressão na sociedade. Entretanto, a violência não pode se delimitar apenas aos jovens em situação de pobreza, pois cotidianamente veem-se jovens com recursos econômicos, ou *status* social, superiores envolverem-se em casos de violência. Porém, a dificuldade em se compreender e aceitar as representações sociais em torno desta questão pode ser causada pela: mitificação da família perfeita, pelas boas condições materiais, acessos aos bens materiais e o pertencimento social.

²⁵ Dados referentes ao ano de 2002.

Essa mitificação da família perfeita ainda permanece arraigada, culturalmente, na sociedade como uma conotação de valor moral: o pertencimento a uma boa família e utilizando os termos de Santos e Aléssio (2006) “‘ter boa raça’ ou sangue”, equivalem a manter um *status* social perante a sociedade em que se vive. Este *status* está condicionado à diferenciação com os outros. A partir dessa individualidade é que se mantém certa posição e se pode justificar a culpa no outro.

Surge a necessidade de se responsabilizar alguém pela violência e justificá-la socialmente, procurando ancoragem nas representações sociais em torno de alguns elementos. Santos e Aléssio nos mostram que:

Ora se fala na influência de um namorado dependente de drogas ou em uma possível e ‘monstruosa patologia’[...] ora é o consumo de drogas o grande vilão explicativo [...]; por vezes, insinua-se o descaso dos pais [...]. (2006, p. 113).

A responsabilização da violência possibilita compreender a lógica que perpassa o “jogo de culpas”, a qual está em eximir os determinantes implícitos na questão da violência. Violentos são “eles” e não “eu”, assim ao atribuir a alguém “[...] a causa de algo ameaçador serve para legitimar a ordem social e afastar a possibilidade de que isso ocorra no interior do meu grupo.” (SANTOS; ALÉSSIO, 2006, p. 131).

Este subitem busca pontuar que a adolescência fora sempre associada à violência. Isto impõe pensar nas representações sociais em torno deste elemento – a adolescência – estas são criadas e partilhadas e conhecê-las permite compreender o que pensam e como pensam.

2.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NOS JORNAIS

Garoto é detido com arma e droga em Ponta Grossa”
(Jornal Diário dos Campos)

“Adolescente mata criança a facadas”
(Jornal da Manhã)

Os títulos das matérias, acima citados, presentes nos jornais locais são o ponto de partida pelo qual, neste subitem, busca-se a aproximação do fenômeno da violência que perpassa as notícias. Compreende-se a violência enquanto um fenômeno que é construído historicamente, o qual possui diferentes formas de manifestação e podem variar de sociedade para sociedade. Esta compreensão de violência pode se distinguir da compreensão que é apresentada nos jornais, ou que detêm os sujeitos ou a sociedade, surgindo daí, a necessidade de se compreender este fenômeno na realidade, pois apreensão de uma determinada realidade pode ser tanto pela narrativa, linguagem como também pelos objetos empregados como meio de representá-los.

Nos jornais locais, observa-se que a narrativa, linguagem e as formas de abordagem das notícias impõem estabelecer um elo entre aquilo que se conhece momentaneamente com aquilo que já está constituído e arraigado historicamente. Deste modo, as formas de comunicar e representar as notícias constituem o campo jornalístico, pois não é simplesmente sobre o que noticiar, mas como esta notícia é comunicada e o que ela pode representar para os sujeitos. A maneira como a notícia é produzida pode ser considerada como um elemento fundamental no mundo social, pois impulsiona a construção social da realidade, norteando como se pensar e conceber a notícia.

Assim, compreendido o potencial das notícias, são apresentadas as matérias dos referidos jornais. Para tanto, como instrumento de seleção e separação, foram utilizadas algumas palavras centrais para a busca das matérias como: menores, adolescentes, rapaz, criminosos, bandidos, garoto e infratores. Parte-se da hipótese de que estes termos são utilizados pelos jornais, e podem contribuir para o processo de seleção das matérias.

Portanto, objetivou-se selecionar as matérias a partir das discussões que essas suscitam sobre a violência. Sendo assim, será apresentada a violência que emerge dos jornais para posteriormente se realizar uma discussão em torno deste fenômeno. A análise dos dados, referentes ao material coletado, reservou-se o Terceiro Capítulo.

Para selecionar as matérias, foram utilizadas algumas chaves de compreensão. As chaves de compreensão são: 1) a violência apresentada pelos jornais (como a violência é discutida e apresentada?); 2) Denominações e termos utilizados para definir os adolescentes (como os jornais locais expõem os

adolescentes?); 3) Discussão com dados e legislações específicas sobre a violência (há alguma referência específica a abordagem da violência?). Essas questões possibilitam a aproximação de possíveis elementos sobre a violência que podem se fazer presentes nos jornais, além de estabelecerem uma organização metodológica para a apresentação das matérias.

2.3.1 A violência apresentada pelos jornais locais

A violência nos jornais locais pode ser compreendida enquanto uma narrativa de fatos e acontecimentos. Narrar a violência é aproximar o leitor do cenário do crime, do que aconteceu, como se deu a violência e quem foram os culpados. Esta função informativa detém também um contexto de exposição da violência, à medida que reconstitui, mesmo que no imaginário, a cena de violência. Esta aproximação da violência pode ser observada pelas narrativas das matérias abaixo:

Uma briga entre grupos de jovens rivais de bairros vizinhos terminou com a morte de um adolescente de 17 anos, na noite de quarta-feira, em Ponta Grossa. O crime aconteceu às 20h30, na Rua Campos Vergueiro, Vila Marina. Um adolescente de 16 anos foi apreendido. De acordo com a PM, Rafael Pinto da Silva dos Santos recebeu um golpe de faca no peito. Uma ambulância do Siate foi acionada para socorrer o rapaz, mas ele não resistiu e morreu. O Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC) compareceram ao local do crime. (Jornal Diário dos Campos, 18 de novembro de 2011).

Nesta matéria, a narrativa centraliza-se no homicídio de um adolescente. Este homicídio foi realizado por outro adolescente. Ocasionalmente, as matérias dos jornais locais buscam realizar toda a descrição da apreensão.

Mais uma tragédia social em Ponta Grossa. No bairro da Ronda, teoricamente um dos mais seguros por sediar o quartel do 1º Batalhão da PM, um menino de 14 anos tirou a vida de uma criança de 12 anos. O crime aconteceu por volta das 22 horas de sábado, no cruzamento das ruas Bolívia com a Carlos Blageski. (Jornal da Manhã, 18 de janeiro de 2011).

O ato de relatar supõe dimensionar o cenário, o território, os atores envolvidos e especificar quem e como foi cometida a violência. Em contrapartida, há uma ausência de contextualização à medida que os fatos são narrados. Esta falta de

contextualização impõe não explicar ou discutir as condições presentes no contexto da violência apresentada.

A falta de contextualização se dá pelo fato de que algumas matérias se baseiam na narrativa policial, isto é, a Polícia Militar é a referência sobre a notícia. Além disso, a narrativa é aparentemente construída a partir de uma suspeita ou desconfiança advinda dos policiais. Em outros momentos, esta suspeita advém dos próprios sujeitos que escrevem a matéria, conforme se observa a seguir:

A apreensão dos meninos ocorreu por acaso, quando policiais do Choque já seguiam para casa, pela Avenida Carlos Cavalcanti, Bairro Uvaranas. Eles desconfiaram dos rapazes que estavam carregando capacetes e observavam as motos que estavam estacionadas. Durante a abordagem, a equipe localizou uma chave mixa com um dos menores. (Jornal Diário dos Campos, 14 de julho de 2011).

Outra matéria apresentada por este mesmo jornal impõe pensar em uma suposta violência praticada pelos adolescentes:

Instalado há menos de um mês, o novo parquinho da Praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa, parece estar com os dias contados. Não há monitoramento para garantir que apenas crianças façam uso do espaço. Nos intervalos das aulas, adolescentes matriculados em escola das redondezas praticamente ‘expulsam’ os pequenos e fazem do local a extensão do pátio escolar. (Jornal Diário dos Campos, 17 de setembro de 2011).

As suposições adquirem um estatuto de verdade a partir da enunciação feita pelo jornal. Deste modo, sendo suposições, pode-se questionar: “A violência foi realmente cometida pelos adolescentes?” Em outra matéria apresenta-se uma situação de suspeita de um adolescente referente a um homicídio:

Na manhã de ontem, a Polícia Militar apreendeu um adolescente de 17 anos, suspeito de participação na morte de Célio. À equipe do **Diário dos Campos**, o garoto negou e disse apenas que testemunhou o fato. “Eu estava jogando bola no campo próximo ao local onde ocorreram os disparos”, disse. Ele contou ainda que havia saído do Centro de Socioeducação (Cense) poucos dias antes, após cumprir medida pelo ato infracional de roubo. (Jornal Diário dos Campos, 26 de julho de 2011).

Além da narrativa do crime, e das possíveis suspeitas, é importante salientar que, muitas vezes, a notícia é apresentada a partir da fala dos policiais e sujeitos que estão presentes na cena do crime e que são utilizados como fontes e referências como se pode constatar na matéria: “[...] O delegado Leonardo Carneiro, do Setor de Inteligência da 13ª Subdivisão Policial (SDP), ressalta que o assassinato

é típica execução por dívida de drogas.” (Jornal Diário dos Campos, 09 de novembro de 2011).

A interface com o relato policial, como forma de fundamentar a matéria, também é visível no outro jornal, o Jornal da Manhã: *“De acordo com informações do delegado-adjunto da 13ª Subdivisão Policial, Leonardo Carneiro, o autor é um menor de 17 anos de idade.”* (29 de novembro de 2011).

A partir da narrativa policial, os jornais também abordam as motivações sobre a violência, como pode se observar no relato a seguir:

Segundo o Delegado Leonardo Bueno Carneiro, o que motivou a briga e o consequente assassinato seria uma rivalidade entre grupos de dois bairros da periferia da cidade. Ele também conta que as investigações do caso ainda não estão concluídas. (Jornal da Manhã, 18 de novembro de 2011).

Em outra matéria, aparece uma testemunha instigando a necessidade de saber qual foi a motivação da violência. A lógica de prever quais foram as razões do ato infracional, como forma de dar um retorno à sociedade sobre a violência, também compõe algumas matérias de jornais, conforme o que se apresenta:

‘A história ainda não está bem esclarecida e eu acho que a polícia deveria ficar atenta para realmente saber as verdadeiras motivações do assassinato’, diz o morador Elber Rutza. Segundo ele, o adolescente infrator fugiu do local do homicídio, mas a polícia o localizou na região, levando-o à delegacia. (Jornal da Manhã, 18 de janeiro de 2011).

Formas de se explicitar o que motivou a violência são, algumas vezes, explicadas ou expostas no jornal por meio de suposições. Essas explicações, portanto, podem, ou não, ser verdadeiras e, pode-se observar que o olhar dos sujeitos que redigem a matéria se sobrepõe, o que acabam por direcionar o leitor no modo como este deve, ou não, pensar. Além disso, interfere na matéria a utilização de alguns elementos da história de vida do adolescente, isto é, se o mesmo já esteve envolvido com alguma situação de violência antes. Esta forma de apresentar a violência pressupõe, ao mesmo tempo, informar sobre o autor, sua culpabilidade que, em alguns casos, é justificada, conforme o exposto:

A Polícia Militar deteve ontem um adolescente suspeito de participar do crime contra Célio Roberto Martins, de 32 anos, na semana passada, na Rua Prefeito Campos Melo, no bairro Nova Rússia, em Ponta Grossa [...]. Há suspeitas de que o rapaz maior de idade tenha participado do crime. Não sabemos ainda se corresponde a um latrocínio ou homicídio’, afirma a delegada Tânia Maria Sviercoski. Com o maior foi encontrado uma pistola

765 e uma quantia de crack. Ele foi preso por porte ilegal de arma e tráfico. Contra o menor já havia um mandado de busca e ele foi encaminhado ao Cense. (Jornal da Manhã, 26 de julho de 2011).

O adolescente foi autuado em flagrante de ato infracional por homicídio, na 13ª SDP, e encaminhado ao Centro de Socioeducação (Cense). Segundo a polícia, ele já tem passagem por tráfico de drogas. (E.S.). (Jornal Diário dos Campos, 02 de setembro de 2011).

A analogia entre violência e polícia, a partir das matérias, também adquirem significações, na medida em que a polícia é sempre referenciada:

Na abordagem, o jovem estava sem documentação e, por isso, a PM foi até a casa dele. “Ele ficou nervoso e revelou que tinha droga escondida e dinheiro”, explicou o sargento. As 17 pedras de crack estavam guardadas em uma cômoda, no quarto. Também foram apreendidos R\$ 500 em notas trocadas, uma balança de precisão, dois notebooks e uma televisão sem origem comprovada. (Jornal Diário dos Campos, 21 de dezembro de 2011).

A Polícia Militar apreendeu 22 adolescentes na Avenida München, área central de Ponta Grossa, na noite de sexta-feira. Segundo a PM, eles integravam um grupo de cerca de 50 pessoas que estava consumindo bebidas alcoólicas. Os menores foram colocados em um microônibus da PM e encaminhados à 13ª Subdivisão Policial (SDP). Os pais de todos eles foram chamados a comparecer na delegacia e, nos próximos dias, também serão convocados pelo Conselho Tutelar. (Jornal Diário dos Campos, 29 de maio de 2011).

Outra questão elementar que se pode observar nas matérias é a associação entre violência e crime. Conforme se discutiu anteriormente, violência e crime possuem estatutos e definições diferentes. Portanto, questiona-se: “Violência e crime possuem a mesma significação para os jornais locais ao noticiarem o ato infracional?”.

As explicações em torno da violência adquirem uma dinâmica nos jornais locais à medida que estes buscam dar uma resposta à sociedade e também tentam explicar de quem é a culpa pela violência. Esta culpabilidade, quando não se centraliza no sujeito, isto é, no adolescente, passa à família deste, a qual ganha espaço nas discussões e é chamada para a responsabilização. Uma das explicações fomentadas pelos jornais expõe:

A juventude se perdeu porque as famílias estão detonadas e principalmente porque os pais falharam na educação, não impuseram regras e tentam repassar essa responsabilidade, muitas vezes, para a escola, quando,

também, os soltam às ruas, deixando-os à própria sorte. (Jornal da Manhã, 29 de outubro de 2011).

A responsabilidade, direcionada à família, fundamenta-se na necessidade de que é a família que deve garantir educação e limites. A ausência dessas garantias também é questionada na matéria que traz a fala de um policial:

Embora trabalhemos para combater, nós sabemos que existe tráfico de drogas nesse local'. Para o policial, a sociedade precisa discutir a questão. 'Muitos pais 'jogam' os filhos para a sociedade cuidar', diz. (Jornal Diário dos Campos, 23 de outubro de 2011).

Deste modo, os jornais buscam ancorar à violência em alguma questão (responsabilização da família) ou situações (os acontecimentos) referentes à violência. Outro elemento presente nos jornais é a utilização de uma linguagem que intenta comover o leitor sobre o fato. O uso da emotividade é um mecanismo que se apresenta nos jornais locais que utilizam imagens e fotos (exposição da cena do crime e de cadáveres) e de narrativas conforme observa na matéria:

[...] O corpo de Paulo Sérgio foi encontrado em frente a uma casa, nas proximidades da Avenida Presidente Kennedy, perímetro urbano da BR-373, na região do Jardim Maracanã. *Ele foi assassinado com requintes de crueldade, com pauladas e tijoladas na cabeça.* (grifo nosso) (Jornal Diário dos Campos, 01 de junho de 2011).

E ainda em outra matéria: “[...] O corpo do menino foi encaminhado ao IML para a realização do exame. Os golpes de faca o atingiram no coração.” (Jornal da Manhã, 18 de janeiro de 2011). Já no outro jornal, expõe: “O adolescente ainda teria apertado o pescoço da vítima até ela desmaiar.” (Jornal Diário dos Campos, 21 de abril de 2011). Ainda neste jornal: “O rapaz foi morto com golpes de canivete no peito e no pescoço”. (02 de setembro de 2011).

Constata-se, dessa maneira, que as matérias dos jornais locais centralizam-se na apresentação dos atos violentos, apoiando-se nos depoimentos policiais, recorrendo, ainda, à utilização de uma linguagem carregada de a emotividade. Ainda no que se refere à linguagem, os jornais utilizam, com muita frequência, termos policiais como: capturar, vulgo, apreensão e outras formas abstratas de representar a violência.

Algumas matérias dos jornais denotam a necessidade de responder à sociedade sobre o crime cometido pelo adolescente, apresentando as providências tomadas a partir da fala dos especialistas, conforme podemos constatar:

Pouco depois, o suspeito do assassinato foi detido e encaminhado à 13ª Subdivisão Policial (SDP), onde acabou autuado em flagrante por ato infracional de homicídio. O adolescente encontra-se recolhido. ‘Conseguimos dar uma resposta rápida à sociedade, com a apreensão do autor, que estava inclusive com a faca usada para matar o outro jovem’, destacou o delegado Leonardo Carneiro. Com mais esse caso, chega a 53 o número de homicídios registrados em Ponta Grossa desde o início do ano. (Diário dos Campos, 18 de novembro de 2011).

Hoje pela manhã, por volta das 6 horas, um rapaz de 28 anos foi morto com quatro tiros em frente a uma lanchonete no bairro Nova Rússia. Um menor de 15 anos, suspeito de envolvimento no crime, foi localizado quando retornava para sua residência na Vila Vilela. Ele estava portando um revólver calibre 38 e também 5 pedras de crack. Segundo o menor, dois indivíduos passaram correndo e jogaram a arma, e ele recolheu. A arma de fogo tinha vestígios de crime e foi entregue na 13ª SDP, juntamente com a droga e o menor apreendido para providências cabíveis. (Diário dos Campos, 08 de agosto de 2011).

A necessidade de dar uma resposta à sociedade sobre quais as penalidades serão impostas aos adolescentes que cometem um ato infracional, é visível por meio da veiculação de informações sobre os procedimentos adotados pelos policiais e pela justiça. Outra forma de discutir a temática segue na direção de apontar uma possível ineficiência das providências judiciais, julgando-se, portanto, que a penalidade será branda, pois é informado que:

O advogado Luis Carlos Simionato, que defende um dos menores, afirma que o menino irá responder a acusação de tráfico de acordo com a Lei da Infância e Juventude. ‘Deverá, no máximo, pegar uma internação provisória (no Centro de Socioeducação) e depois, segundo a lei, será liberto, já que é réu primário’, explica o advogado. Com o grupo foram apreendidos quase oito quilos de maconha, mais de um quilo de cocaína, além de crack e haxixe. Também foram encontradas uma pistola 380, uma garrucha calibre 22 e um revólver calibre 32. (Jornal da Manhã, 02 de abril de 2011).

[...] a falta de punição aos menores contribui para esta prática. “Tendo em vista que a responsabilidade para um menor de idade é menor e a punição também é mais branda é muito mais fácil recrutar um adolescente para o transporte da droga. É algo muito comum, infelizmente. Além disso, mesmo que tenha adultos dentro do carro, por exemplo, geralmente tem um adolescente que assume a posse da droga, já que a pena é mais branda”, afirma [...]. (Jornal da Manhã, 23 de julho de 2011).

Diante disso, o ato de apresentar a violência, por meio das representações sociais, advindas dos sujeitos que compõem os jornais, também direciona o leitor para uma compreensão subjetiva da violência. Esta compreensão em torno do detalhamento da violência impõe, algumas vezes, dimensionar as representações sociais em torno da violência cometida.

Como foi dito antes, as formas de representar a notícia de violência envolvendo adolescentes possuem, contextualmente, a descrição. Esta descrição advém, em sua maioria, das narrativas policiais. A aproximação do relato envolvendo o discurso da polícia possibilita, em grande medida, pensar a violência enquanto um crime e não como um ato infracional. Intrinsecamente, pode-se então, partir da hipótese de que, por meio desta compreensão, associa-se o adolescente a um criminoso. Faz-se necessário, apresentar como os jornais locais designam os adolescentes.

2.3.2 Denominações e termos utilizados para definir os adolescentes

Embora o objeto de estudo desta pesquisa seja a compreensão das representações sociais sobre a violência, não se pode deixar de abordar como o adolescente é visto nos jornais locais. A utilização de termos que denominem o adolescente pode ser utilizada como um instrumento que visa enquadrar determinado sujeito em uma categoria que possa ser estendida aos demais. A partir deste elemento de categorização, pode-se observar o processo de ancoragem, o qual estabelece uma familiaridade e propicia o reconhecimento prévio do que está sendo tratado.

Em algumas matérias, presentes nos jornais, pode ser facilmente observado, já a partir do título das notícias, como é denominados o adolescente, conforme ilustrado no quadro comparativo a seguir:

QUADRO 4- TÍTULOS DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS ANALISADOS		Continua
Jornal da Manhã	Jornal Diário dos Campos	
Menor mata catadora de lixo reciclável por dívida de droga	Algemado, adolescente consegue escapar da PM.	
PM prende Quadrilha com mais de 10 quilos de	Garoto é detido com arma e droga em Ponta	

drogas	Grossa
O toque de recolher e o direito de ir e vir dos adolescentes	Polícia apreende drogas com menores
Rapaz morre esfaqueado	Adolescente mata outro com facada
Adolescente mata criança a facadas	Abrigo para jovens infratores perturba moradores de PG
Bandidos trocam tiros com a Polícia Militar	Jovem rouba farmácia no Jardim Carvalho
Assaltantes são presos após roubo a posto de gasolina em PG	Quadrilha de ladrões de veículos é desmantelada
Polícia detém suspeito de crime em PG	Patrulha Escolar apreende arma com aluno
Operação conjunta combate criminosos	Menor escondia armas e munições embaixo do assoalho
	Rapaz é morto com golpes de canivete

Fonte: Jornal da Manhã e Jornal Diário dos Campos 2011 (grifo nosso).

Os títulos e as formas de abordar o adolescente no desenvolvimento da matéria apresentam diferentes maneiras de categorizar o adolescente por meio de denominações como: bandido, menor, garoto, rapaz, jovem, aluno, adolescente, e ainda oferecem um sentido do coletivo: infratores, assaltantes e quadrilha. A partir das formas de denominar os adolescentes é que se pode compreender as representações sociais que os jornais possuem destes sujeitos

A polícia foi acionada e perseguiu os bandidos até próximo a Carambeí, onde eles foram surpreendidos na altura do trevo do Boqueirão pela polícia local e reagiram atirando. Os policiais reagiram à ação dos assaltantes e atingiram um dos criminosos. André Felipe do Prado, conhecido como “Capivara”, tinha 16 anos, foi socorrido, mas não resistiu ao ferimento e morreu num hospital da cidade. (Jornal da Manhã, 01 de dezembro de 2011).

Diante do fato, as equipes abordaram em uma lanchonete localizada naquele bairro, um outro adolescente de 17 anos, vulgo “miojo”, o qual acabou confessando a autoria do roubo no posto, informando quem seria o outro participante e onde estaria homiziado. (Diário dos Campos, 18 de agosto de 2011).

Outra questão que se apresenta, a partir das matérias selecionadas dos jornais é a forma de representar os adolescentes no território. Algumas matérias demonstram a separação do lugar social em que a violência ocorre. Esta separação social supõe delimitar entre aqueles que cometem a violência dos que estão à mercê

delas. Além de reproduzir as representações sociais que imperam na sociedade, a narrativa da matéria centraliza-se no incômodo dos vizinhos que residem próximo ao Cense. Pode-se citar a matéria do Jornal Diário dos Campos e com o seguinte título “Abrigo para jovens infratores perturba moradores de PG”:

Outra vizinha da unidade comenta que os jovens sempre pulam o muro, andam pelas ruas e até consomem drogas. Maria Cristina revela que sua casa já foi furtada e ela acredita que o crime tenha sido cometido pelos menores infratores. “Muita gente aqui da redondeza reclama desses adolescentes. Eles mexem com as pessoas, jogam pedras nas casas, não respeitam ninguém”, relata. Para Maria Cristina, a solução seria transferir a Casa de Semi-Liberdade para um lugar mais retirado da área urbana. (Diário dos Campos, 24 de março de 2011).

Esta separação social, expressa na fala da moradora, de transferir os adolescentes para outro lugar se apresenta, de acordo com Moscovici como “[...] um sintoma dessa necessidade de nos vermos em termos de ‘nós’ e ‘eles’; de opor ‘nós’ e ‘eles’; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro.” (2003, p. 50).

É importante também ressaltar que essa separação social não é demonstrada, representada e discutida pelos jornais locais no que se refere aos adolescentes que cometem um ato infracional no trânsito. Observa-se uma naturalização expressa no discurso, conforme apresenta:

Segundo o tenente Aurélio de Santa Clara, da Polícia Militar, o Clio que capotou na Avenida Ana Rita era conduzido por um adolescente de 17 anos. Testemunhas disseram que o motorista estava fazendo manobras perigosas quando perdeu o controle da direção, capotou, bateu num poste e parou com as rodas para cima no muro de uma casa. Além do condutor, de acordo com os moradores, havia outra pessoa no veículo. Os dois saíram antes da chegada do Siate. O adolescente voltou ao local do acidente e acabou detido. Ele foi levado para a 13ª Subdivisão Policial (SDP). Segundo Aurélio, **o menino contou que o pai está em viagem e teria pegado o carro escondido** (grifo nosso). (Jornal Diário dos Campos, 23 de dezembro de 2011).

Essa naturalização se torna visível a partir da fala do delegado que repercute nas representações sociais sobre o ato infracional a partir da compreensão de que “[...] o menino contou que o pai está em viagem e teria pegado o carro escondido.” A naturalização impõe uma justificativa sobre o acontecimento. Não há uma separação social que visa distinguir se isto não ocorre quando um adolescente comete um roubo, furto, homicídio.

Em outra matéria apenas há o relato sobre o acidente e a abordagem referente ao adolescente não apresenta nenhuma hesitação na descrição da matéria:

Acidente ocorrido neste final de semana em Ponta Grossa deixa dois feridos. Um dos feridos é adolescente de 14 anos que estava conduzindo um dos veículos. O acidente envolveu dois carros em uma colisão na saída de Ponta Grossa para Castro, próximo a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). As vítimas foram encaminhadas ao Pronto Socorro Municipal e ao Hospital Santa Casa. (Jornal Diário dos Campos, 19 de dezembro de 2011).

As formas de denominar, categorizar e classificar os adolescentes se fazem presentes nos jornais locais e colaboram para criar e recriar representações sociais que são compartilhadas com outros sujeitos. Estas representações sociais oferecem o tom, isto é, a forma como se deve, ou não, pensar a violência.

2.3.3 Discussão com dados e legislações específicas sobre a violência

A partir da catalogação das matérias veiculadas pelos jornais locais, encontrou-se uma quantidade inferior de matérias que anunciam os dados estatísticos para apresentar como a violência atinge a cidade. Esses dados sobre a violência, muitas vezes, são disponibilizados por organizações governamentais, não governamentais, e também pela polícia. Os jornais também utilizam as fontes presenciais, isto é, os sujeitos que representam as instituições ligadas à segurança pública, além dos relatos policiais sobre a violência (boletins de ocorrência). Essas representações sociais repercutem também na forma de compreender a violência, e de como esta será discutida pelo sujeito que escreve. A seguir, apresentam-se as matérias selecionadas que discutem esses dados:

Outro número que chamou a atenção de Alonso Filho foi o de participação de menores de 18 anos nos assassinatos. “Apuramos que 13 adolescentes estiveram envolvidos. Antigamente, não passavam de cinco no balanço geral do ano”, revela. (Jornal Diário dos Campos, 07 de janeiro de 2011). A autoridade revela que a maioria das vítimas de assassinatos é do sexo masculino e jovem, com idades entre 18 e 24 anos, mas destaca o número de adolescentes mortos nos últimos meses. ‘Cada vez mais precocemente, as pessoas têm se envolvido com drogas. O tráfico fomenta outros crimes como furtos, roubos e até homicídios. Até os 18 anos, a pessoa não tem a personalidade formada e, por isso, se torna mais vulnerável à violência’, diz. (Jornal Diário dos Campos, 07 de janeiro de 2011).

Em outra matéria apresentada pelo Jornal da Manhã, encontram-se alguns dados sobre a violência no primeiro semestre de 2011: “[...] foram constatados 28 assassinatos – em 14 deles o fator motivador do crime estava ligado ao tráfico de drogas e em cinco havia menores envolvidos.” (Jornal da Manhã, 09 de julho de 2011).

Ambos os jornais relatam um aumento da participação dos adolescentes e do aumento dos índices da violência na cidade. Porém, não é contextualizado este aumento; apenas é perpassada a compreensão de que os adolescentes estão cada vez mais envolvidos com a violência. Portanto, essas representações sociais em torno da compreensão da violência na cidade são reforçadas a partir dos dados consultados, conforme apresenta:

As Polícias Civil e Militar de Ponta Grossa confirmam que é crescente o envolvimento de menores de 18 anos com a criminalidade. Somente no primeiro semestre deste ano, a PM registrou 366 atos infracionais na cidade. ‘Temos um número muito grande de ações criminosas, a maioria relacionadas ao uso de drogas também entre os adultos. De maneira geral, as ocorrências envolvendo adolescentes são de relações interpessoais, como brigas na escola e bullying, e menores flagrados dirigindo’, conta Flávio Ernesto Gaya Zanin, titular da Delegacia do Adolescente. (Diário dos Campos, 17 de julho de 2011).

Em outra matéria, neste mesmo jornal, é fornecida uma explicação para a violência, propondo ancorar os elementos motivadores desta, atribuindo uma familiaridade pela existência de um Centro de Socioeducação (Cense) localizado na cidade. É o que nos mostra a matéria que traz a fala do responsável pela Delegacia do Adolescente, com o subtítulo “Análise”:

Para ele, a realidade em Ponta Grossa não é tão grave quanto apontam os números do Cense. ‘Com a construção do abrigo, a cidade recebeu adolescentes de altíssimo grau de periculosidade. Vieram de Foz do Iguaçu, Paranavaí, Londrina e outras cidades, alguns com histórico de latrocínio’, analisa. Porém, ele diz que depois que esses meninos são soltos – eles podem ficar internados por, no máximo, três anos – acabam ficando em Ponta Grossa. ‘Eles já não tinham um vínculo familiar e, depois de libertados, acabam ficando na cidade. Isso compromete a situação local, pois eles difundem técnicas criminais, ou seja, uma contaminação, assim como ocorre nos presídios’. (Diário dos Campos, 17 de julho de 2011).

Outro elemento que se apresenta nos jornais é a fala do delegado, dos policiais, de membros da sociedade civil²⁶ que compõem órgãos de defesa na área da criança e do adolescente e também da segurança pública.

Em outra matéria tem-se a indignação diante da violência expressa pelo jornalista que redige o texto e que tenta compreender o porquê da violência, intitulada como “Violência urbana, tolerância zero” publicada no Jornal da Manhã:

Em geral, quando tomamos conhecimento de histórias de crimes bárbaros, cometidos principalmente por jovens, temos naturalmente um sentimento de repulsa, que por sinal é muito justificado. Porém fica a pergunta: o que faz uma pessoa jovem, aparentemente normal, cometer um crime tão bárbaro? Trauma de infância? Bullying? Desrespeito a vida e a dignidade das pessoas? Ambição doentia? Uso de drogas? Consumo excessivo e bebida alcoólica? Ou a certeza da impunidade? Seja qual for a razão, nada justifica tamanha crueldade. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 2011).

A possibilidade de compreender como a violência ocorre, quais os determinantes e quais as formas de “punir” os adolescentes infratores também são representadas. Pode-se verificar que algumas matérias apresentam representações sociais com vistas a oferecer esclarecimento, expondo:

Não há uma causa específica para a violência, apesar de muitos especialistas apontarem a má distribuição de renda como fator principal. As consequências da violência são terríveis, o crescimento do tráfico de drogas, o aumento de crimes extremamente violentos que começam por brigas familiares, de bar ou de trânsito. Sem falar nos roubos que aumentam ainda mais o medo e falta de liberdade dos cidadãos. A solução para a violência urbana não é apenas aumentar o reforço policial e melhorar a estrutura das Polícias, como o governo vem tentando fazer, mas sim procurar conscientizar toda a população da importância que a ação conjunta de toda a sociedade tem no combate a esta anomalia social. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 2011).

As medidas socioeducativas são aplicadas pelo Estado aos adolescente, entre 12 e 18 anos incompletos, que cometem ato infracional. Elas têm caráter pedagógico-educativo e visam inibir a reincidência dos adolescentes em ações consideradas inadequadas ao convívio social. A aplicação das medidas leva em consideração as circunstâncias e a gravidade da infração praticada e, dessa forma, pode ser classificada em seis diferentes grupos. (Jornal Diário dos Campos, 17 de julho de 2011).

Existe punição para o menor, afirma delegado (grifo do jornal)

²⁶A sociedade civil é uma categoria que possui diferentes perspectivas, a medida que foi pensada por diferentes autores. Adota-se a concepção fundamentada por Gramsci que compreende a sociedade civil sendo formada por uma rede de organizações (associações, sindicatos, movimentos sociais, igrejas, meios de comunicação, atividades culturais, dentre outras). É um espaço onde as classes se organizam e defendem seus interesses. A socialização política possibilita que o Estado se amplie e incorpore novas funções. Deste modo, o conceito de sociedade civil fundamenta-se nas relações sociais de produção.

O delegado Leonardo Carneiro diz que muitos adolescentes praticam crimes, geralmente, sob influência de substâncias entorpecentes. “Independente da idade, as drogas – em especial o crack – transformam as características da pessoa, deixando-a mais destemida e agressiva”, explica. ‘Há muitos menores de 18 anos envolvidos em furtos e roubos, e com participação efetiva também em homicídios’, ressalta autoridade. Dados divulgados em julho mostravam que 35% dos adolescentes internados no Centro de Socioeducação (Cense) de Ponta Grossa respondiam por homicídio. ‘Em algumas situações, o adolescente acaba sendo até o mais violento da quadrilha’, comenta. (Jornal Diário dos Campos, 27 de novembro de 2011).

As representações sociais demonstradas informam o leitor a respeito da violência. Entretanto, pode-se compreender um elemento de contradição nos jornais, na medida em que o sujeito que escreve a matéria transita entre possíveis culpados para a disseminação da violência.

Essas variações das causas podem ser visíveis na matéria apresentada por um dos jornais, que refere-se à ausência de oportunidades, conforme se constata na matéria:

[...] o crescimento da violência – que ocorre em função da falta de oportunidades e na total falência da atuação do Estado através de políticas públicas como, uma educação de qualidade acessível a todos e de um sistema penitenciário que realmente recupere os infratores – faz com que o sentimento de “banalização” cresça na mesma proporção. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 2011).

Em outra matéria também se contempla alguns elementos necessários, que possibilitam a viabilidade dos direitos, pois:

O jovem precisa de escolas boas, cursos profissionalizantes, área de lazer, espaços culturais, excelentes universidades e principalmente poder sonhar com um futuro promissor no qual é essencial existir a possibilidade do emprego decente e remuneração justa. (Jornal da Manhã, 29 de outubro de 2011).

Os dados, infelizmente, não surpreendem. Mas, suscitam a urgência de que ações concretas sejam efetivadas, visando o atendimento ao adolescente por meio de programas governamentais que garantam investimentos em educação, qualificação profissional, saúde, cidadania. Sem isso, o risco é de que os adolescentes encontrem na criminalidade mais atrativos para conquistar um futuro melhor. (Diário dos Campos, 26 de fevereiro de 2011).

E, ainda, em algumas das matérias selecionadas, são retratadas e expressadas as mobilizações dos sujeitos que compõem a sociedade frente ao

combate à violência. Embora este não seja objeto de estudo desta pesquisa, essas mobilizações refletem as representações sociais existentes na sociedade:

Uma proposta que começa a ser discutida deve render muita polêmica em Ponta Grossa. O Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) vai propor o 'toque de recolher' para menores de 18 anos. Segundo o presidente do Conseg, Henrique Henneberg, o objetivo é impedir que crianças e adolescentes permaneçam nas ruas das 22 ou 23 horas até o início da manhã. As principais metas dessa medida são reduzir a criminalidade e proteger os jovens. (Jornal Diário dos Campos, 23 de novembro de 2011). De acordo com Schirlo, impedir que menores de 16 anos fiquem expostos à criminalidade favorece a integridade física e psicológica deles, tendo em vista o alto índice de violência envolvendo menores em Ponta Grossa. (Jornal da Manhã, 29 de outubro de 2011).

[...] a idade com que os adolescentes podem ser processados pela Justiça comum. Conforme a lei, somente após os 18 anos um adolescente pode ser processado. Especialistas acreditam, entretanto, que a redução da idade criminal poderia ajudar a combater a criminalidade. (Jornal Diário dos Campos, 18 de janeiro de 2011).

Após ser veiculada a matéria sobre a iniciativa da sociedade de controlar o horário dos adolescentes nas ruas, este jornal expôs no editorial²⁷ a sua posição, isto é, a sua opinião:

Não se tira o mérito da iniciativa do vereador Márcio Schirlo (PSB), em apresentar o projeto "toque de recolher", limitando o horário de permanência dos adolescentes menores de 16 anos em alguns espaços públicos como ruas, praças, logradouros públicos, parques de diversão, clubes, casas de fliperama, lanhouses, danceterias, boates, bares, lanchonetes e congêneres. Fere o direito constitucional e não minimizará os índices de violência. O envolvimento da criança e do jovem no crime e na violência não é fomentado porque eles estão frequentando esses locais. É ingenuidade sustentar esse pensamento. [...] Essa questão do envolvimento do jovem com crime é muito complexa. A teoria de que impedindo a criança e o adolescente de circularem em locais públicos após às 23 horas vai protegê-los do criminoso não tem sustentação, mesmo porque o bandido, muitas vezes, está dentro da própria casa. Vale a reflexão. (Jornal da Manhã, 29 de outubro de 2011).

No Jornal Diário dos Campos, essa mesma discussão é fomentada, e há, ainda, a realização de uma pesquisa para saber se o Toque de Recolher deve ou não ser implantado na cidade. Os dados obtidos foram que 86,7% dos leitores

²⁷ O editorial ou artigo presente no jornal representa a opinião da redação ou do editor-chefe. A forma de retratar as informações e discutir os acontecimentos pode ser expressa a partir de valores e opiniões, não necessita de objetividade.

aprovam a implantação do Toque de Recolher, em contrapartida apenas 13,33% é contra esta medida. (11 de dezembro de 2011).

As formas de apresentar e discutir as matérias dos jornais sobre a violência envolvendo os adolescentes estabelece aproximações e convergências nas representações sociais sobre a violência. Porém, ressaltou-se no início deste subitem que as matérias seriam apenas apresentadas. O intuito de realizar esta abordagem é ter como ponto de partida como esta violência é discutida, fomentada e representada. É a partir da exposição de como esta violência é exibida, tratada e expressa nos jornais, que no próximo capítulo é apresentada a análise das matérias dos jornais.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS JORNAIS

“Porque uma teoria se valoriza não pelas provas que fornece quanto à sua exactidão, mas pelas descobertas e provas que a põem em perigo”
Moscovici

3.1 A PESQUISA

A frase de Moscovici acima sintetiza uma das expressões do ato de pesquisar. A pesquisa, irreversivelmente, oferece uma riqueza teórica independente do objeto de estudo que se seleciona para pesquisar. A vontade de desvelar aquilo que se apresenta na realidade é que instiga à pesquisa, e este desvelar se torna o fator fundamental para que o pesquisador se aproxime de uma determinada realidade.

Para tanto, o pesquisador não apenas necessita de um caminho metodológico, como também lhe é imprescindível um referencial teórico o qual possa se fundamentar e que contribua para a leitura da realidade.

A pesquisa retrata um recorte de uma dada realidade, a qual é mutável, dinâmica e passível de ser reescrita. O conhecimento não possui um fim em si mesmo, mas pode servir para a produção de novos conhecimentos. Por isso o pesquisador, ao se debruçar em um objeto de estudo não terá uma pesquisa pronta e acabada. Contudo, dentro de um tempo, de um espaço e de um contexto histórico-social, aliados ao referencial teórico e às escolhas metodológicas, o pesquisador poderá produzir conhecimentos que poderão ser (re)utilizados, (re)elaborados e aprofundados por outros pesquisadores.

O ato de pesquisar não exige tão somente a escolha de um objeto empírico, mas, sobretudo, obriga a traçar um caminho que possa instrumentalizar a pesquisa, garantindo-lhe o estatuto de originalidade, relevância, fidedignidade, de forma que esta possa contribuir com a compreensão dos fenômenos que se apresentam na realidade.

Mediante essas considerações, neste capítulo, objetivou-se apresentar as análises dos dados, a partir dos subsídios teóricos, referenciados na Teoria das Representações Sociais e da violência, apresentados e discutidos nos capítulos anteriores.

Os critérios utilizados para apresentação dos dados foram obtidos a partir do formulário de codificação apresentado no 2º Capítulo deste trabalho.

3.2 CARACTERÍSTICAS DAS MENSAGENS NOS JORNAIS

O objetivo deste subitem é apresentar as características que se referem à seção, ao gênero e às imagens. A quantificação das matérias também determina que se compreenda se a violência ganha importância, ou não, nesses meios de comunicação.

A sistematização dos dados foi aplicada com base nas matérias catalogadas dos jornais selecionados, e que abordavam a violência envolvendo adolescentes. No total são 65 matérias jornalísticas encontradas no ano de 2011, sendo 47 no Jornal Diário dos Campos com 72% do total. Do Jornal da Manhã, foram 18 matérias catalogadas, equivalendo a 28% do total. No que tange ao fenômeno da violência, os jornais veiculam um número maior de matérias diariamente; os dados encontrados, reitere-se, refletem o recorte temporal relativo a uma dada realidade.

Esses dados possuem grandezas diferentes, isto é, a quantidade de matérias difere de um jornal para outro. Buscou-se, dessa maneira, analisar os dados segundo as características presentes no formulário de codificação, preservando-se a particularidade dos dados de cada jornal.

Ao analisar as matérias apresentadas por ambos os jornais, perseguiu-se a convicção de que os jornais não são neutros e isentos de subjetividade, e refletem, sim, os valores, conhecimentos, a história de vida daqueles que informam e escrevem as notícias.

O sujeito que escreve transfere seu conhecimento acerca de um objeto, sua compreensão de como ele vê os sujeitos e o mundo que o cerca. Os jornais se configuram como um elemento importante de compreensão das representações sociais.

3.2.1 Seção

A seção onde a matéria pode ser encontrada foi um dos dados analisados. No Jornal Diário dos Campos, 44 matérias foram localizadas na “seção Polícia”. Ainda neste jornal encontrou-se apenas uma (01) matéria na “seção Cidade” e duas (02) na “seção editorial”.

É possível que esta priorização pelo tema da violência, refletida na quantidade de matérias tenha por objetivo contemplar a seção, uma vez este lugar no jornal deve ser “alimentado” diariamente com acontecimentos vinculados à temática, no caso policial, a que se destina a seção. Outra questão refere-se ao tratamento dado à questão da violência, estabelecendo-se na matéria como um caso de polícia. Esta associação permite que o jornal possa ancorar as representações sociais sobre a questão da violência ao setor policial. A partir deste referencial, ao ler ou tomar conhecimento sobre a notícia, os sujeitos podem associar as duas variáveis (polícia e violência) como um elemento homogêneo.

O Jornal da Manhã, ao contrário, não possui uma seção específica. As 18 matérias estão localizadas em seções variadas, recebendo a denominação a partir do conteúdo da matéria. A observação desta disparidade entre os jornais investigados oferece, também, elementos para a análise do objeto de estudo deste trabalho. O Jornal da Manhã, em contrapartida ao Jornal Diário dos Campos, não atribui uma relevância à temática da violência. Além de não possuir uma seção específica sobre a questão, visa retratar apenas os acontecimentos que possuem mais impacto na sociedade. Ainda neste jornal, apenas duas (02) matérias são advindas da “Seção Da Redação”, isto é, do Editorial.

3.2.2 Gênero

Além da “seção” outro elemento importante refere-se ao “gênero” da notícia, isto é, os sujeitos que redigem as matérias podem transformá-las em diferentes gêneros. Esta variação incide na forma como a violência é informada.

A partir disso, como critério de gênero, foram escolhidos quatro elementos, sendo: nota, notícia, reportagem ou artigo (editorial). A nota é uma informação sucinta sobre um fato ou acontecimento. A notícia é uma informação mais breve que visa a esclarecer o leitor acerca de determinado assunto e busca responder o quê, onde, quem, quando. A reportagem é uma narrativa mais extensa, buscando realizar

uma investigação sobre algum fato ou acontecimento. Este gênero pode ter ou não o testemunho de sujeitos relacionados, ou que possam contribuir, com a questão. Já o artigo remete à opinião do jornal, possui um conteúdo opinativo equivalendo a uma análise ou crítica. As especificações apresentadas no que diz respeito ao do gênero foram utilizadas como critério de análise.

Na sistematização dos dados referentes ao gênero das matérias dos jornais, observou-se que no Jornal Diário dos Campos, o gênero que se sobrepõe ao conjunto de matérias catalogadas é o da notícia com 23 matérias. A nota aparece em segundo lugar com 17 matérias. A reportagem e o editorial aparecem respectivamente com cinco (05) e duas (02) matérias.

No Jornal da Manhã, o gênero que predominou foi a nota com oito (08) matérias, seguida pela notícia com oito (08), editorial com duas (02) e reportagem com uma (01) matéria.

O gênero possibilita compreender como os jornais reproduzem as informações sobre a violência e como as representa para os sujeitos que possam ter contato com essas informações. A informação, quanto mais sucinta e curta for, menor será a apreensão referente ao contexto em que a violência se insere, pois traz somente uma descrição sobre o acontecimento. Entretanto, quando há possibilidade de se discutir a violência, possibilita-se a ampliação do olhar, aumentando o rol de informações sobre o fenômeno e, consequentemente, a compreensão sobre a questão. Além disso, as informações curtas procuram não problematizar a questão, mas sim retratar de forma direta, especificamente o que aconteceu.

Outra questão é a utilização das notas que também podem ser usadas para instigar os leitores a comprarem o jornal. Algumas delas possuem a mensagem: “Leia a matéria na íntegra no JM impresso”²⁸ ou “Mais detalhes amanhã, na edição impressa do DC”²⁹. Os leitores podem se sentir provocados pelo conteúdo exposto pelos jornais, a ponto de adquirir sua versão impressa ou, efetivamente, podem permanecer com aquilo que se assimilou a partir das informações presentes no *site* dos jornais. Ressalta-se que o jornal impresso não oferece uma contextualização maior às discussões sobre a violência, sendo que, muitas vezes, se configura como a repetição da notícia *online* ampliada.

²⁸ Jornal da Manhã

²⁹ Jornal Diário dos Campos

Expõe Guareschi e Biz (2005) que os leitores a partir da assinatura dos jornais se configuram como controladores, impulsionando as discussões que vão ao encontro dos seus pontos de vista e valores.

Para Freire e Carvalho, os jornais atuam como uma mercadoria socialmente produzida, possibilitando a criação de um consumidor-leitor:

[...] entendemos que as repetidas falas da mídia sobre a cobertura do fenômeno da violência, em detrimento de outros fatos sociais, não é uma escolha alheatória, ao contrário induz o próprio interesse do leitor pelo assunto, e o estimula a consumir seu conteúdo, que se torna um produto lucrativo. (2008, p. 152).

O editorial, por sua vez, é um gênero de matéria que apresenta a opinião do jornal, do editor-chefe ou da redação. Esta forma de artigo não necessita ter objetividade e nem imparcialidade, pois reflete os valores, as crenças e a opinião deste sujeito diante de um acontecimento. O editorial se configura como um elemento importante de compreensão das representações sociais, à medida que retrata a opinião do jornal diante de determinados fatos e acontecimentos.

3.2.3 Imagens

Outra característica presente nas matérias dos jornais são as imagens e fotos que retratam algumas particularidades, possibilitando aproximar o leitor do acontecimento. A imagem ainda tem o potencial de fomentar a espetacularização da violência.

Referente à apresentação de ilustrações, houve uma ausência em ambos os jornais de tabelas, gráficos e vídeos sobre a violência.

No Jornal Diário dos Campos, 27 matérias não apresentam imagens, porém quando são retratadas neste jornal, em oito (08) matérias está o cenário da violência, seis (06) matérias retratam os policiais e, igualmente, imagens de objetos apreendidos também estão presentes em seis (06) matérias.

No Jornal da Manhã, 10 matérias não possuem nenhuma foto, o cenário, assim como os policiais, é mostrado em duas (02), e objetos foram retratados em duas (02) matérias também. A vítima em uma (01) e arma uma (01) matéria.

A ausência de imagens no Jornal Diário dos Campos e no Jornal da Manhã pode estar associada à grande quantidade de matérias diárias, mas também essa

ausência pode refletir o fato de que as imagens, quando veiculadas, estão associadas a acontecimentos que tiveram uma ampla repercussão.

As imagens contribuem para que as representações sociais possam ter seu ponto de ancoragem a partir de cenas que demonstram a violência. Ao retratá-la (a violência), as fotos servem como elementos de familiarização e reconhecimento prévio mediante as manifestações de novos casos de violência. Estas imagens levam os sujeitos a aproximarem-se da violência, provocando uma sensibilização à medida que podem retratar a vítima em alguma situação de fragilidade, seja morta, ferida ou pedindo justiça.

Para Guareschi e Biz (2005) as imagens possuem o poder de influenciar, a partir do seu enquadramento e constituição, e são um elemento de comunicação, sedução e persuasão.

Há, ainda, as imagens das armas utilizadas, precedidas pelas imagens dos policiais. Isto reforça a expressividade da presença policial diante dos casos de violência, o que contribui implicitamente para que as representações sociais sobre a violência estejam associadas à polícia. E, ainda, quando as imagens são apresentadas a partir dos objetos apreendidos pelos policiais, direciona-se o pensamento à compreensão de que a justiça foi feita, e, portanto, “[...] não importam os meios que se utilize para alcançar a justiça desde que o mal cometido seja vingado.” (NOVO, 2006, p. 52).

Na sequência, são apresentadas algumas imagens que, nesta pesquisa, não têm como objetivo partilhar ou reproduzir tal exposição, mas apresentar como os jornais representam a violência.

Na figura 2, a imagem foi veiculada pelo Jornal Diário dos Campos, no dia 23 de outubro de 2011 e expõe a imagem de adolescentes em posição de abordagem policial ao lado da Universidade Estadual de Ponta Grossa, região central da cidade. Esta imagem faz parte da reportagem realizada pelo jornal com o título: “PG pode ter ‘toque de recolher’ para menores” e aborda as discussões sobre as medidas para a redução da criminalidade a partir do estabelecimento de horários de movimentação para os adolescentes no período noturno. As discussões sobre a redução da maioridade ganharam grande repercussão na cidade, no ano de 2011, conforme ressalta o respectivo jornal:

[...] o objetivo é impedir que crianças e adolescentes permaneçam nas ruas das 22 ou 23 horas até o início da manhã. As principais metas dessa medida são reduzir a criminalidade e proteger os jovens. (Jornal Diário dos Campos, 23 de outubro de 2011).

FIGURA 2- Imagem da atuação Policial



Foto: Veiculada no Jornal Diário dos Campos, 2011.

Observa-se que o foco central está na repressão aos adolescentes. A expressão utilizada pelo jornal “reduzir a criminalidade e proteger os jovens” – apresenta um sentido indefinido, pois pergunta-se “A criminalidade é atribuída ao adolescente ou a outros sujeitos?” “Proteger os jovens do quê?” A partir dessas abordagens discursivas do jornal, as representações sociais podem ser partilhadas pelos sujeitos, pois esta forma de compreender a relação entre a criminalidade e a adolescência, aproxima esses elementos, familiarizando-os entre si.

Há, ainda, o extremo que é apresentar imagens de cadáveres ou mortes brutais como forma de demonstração da realidade e garantia do direito à informação. Estas imagens expõem a dignidade humana e até mesmo a memória dos mortos. Além de ser uma forma de coisificar o ser humano, por meio da utilização de um episódio trágico, torna-se um espetáculo, à medida que cenas de

forte impacto são apresentadas, banalizando e naturalizando cada vez mais a violência. Este aspecto sensacionalista da mídia impõe pensar que a mídia constrói as realidades “[...] fatos, hoje, existem, ou deixam de existir, se são, ou não, veiculados pelos meios de comunicação. A mídia tem, na contemporaneidade, exatamente este poder.” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 62).

Algumas destas imagens compõem os dados coletados:

FIGURA 3 - Cenário do crime e a vítima



Foto: Imagens veiculadas no Jornal Diário dos Campos, 2011.

FIGURA 4 – Apresentação do cenário e da vítima



Foto: Imagens veiculadas no Jornal Diário dos Campos, 2011.

As imagens, portanto, possuem o potencial de influenciar e convencer os leitores sobre um fato ou acontecimento, de acordo com a ANDI “[...] uma imagem que apenas sugere uma violência surte melhor efeito do que registrá-la cruelmente” (2012, p. 79). Para a ANDI (2012) o profissional pode produzir uma imagem que seja impactante, isto é, que demonstre a violência sem recorrer a exposição e coisificação dos sujeitos, resguardando os parâmetros estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS MENSAGENS SOBRE A VIOLÊNCIA

Neste subitem, adentra-se no contexto das representações sociais na busca por compreender como elas são discutidas nos jornais. As categorias apresentadas

são: a conotação da mensagem, o conteúdo apresentado pelos jornais e as formas de violência abordadas, que possibilitam ao pesquisador a aproximação do objeto de estudo, a qual contribui com a compreensão e os propósitos desta pesquisa.

O aporte teórico das representações sociais possibilita compreender como estas mensagens dos jornais são construídas e ao mesmo tempo representadas entre os sujeitos que mantêm relação entre si.

A linguagem enquanto um meio de comunicar ideias e representações é, de acordo com Marková, não apenas “[...] uma expressão externa de pensamentos, ela é também internalizada. Mais ainda, ela não só expressa pensamentos, mas também os cria.” (2006, p. 179).

3.3.1 A conotação da mensagem

Nesta categoria, verificam-se como os dois jornais se referem à conotação da mensagem, isto é, qual o sentido informativo da mensagem. Inicialmente tinha-se elencado apenas duas categorias: mensagens de violência e de não violência. As mensagens de não violência são aquelas que não abordam a violência, mas discutem formas de combatê-la. No decorrer da análise, deparou-se com outra categoria, isto é, mensagens referentes à atuação policial. Essas mensagens trazem a narrativa de como ocorreu a violência ou o ato infracional, tornando-se uma categoria expressiva. Deste modo, foram usadas duas formas de atuação: a atuação policial mediante o ato infracional e a atuação policial em casos de violência envolvendo os adolescentes.

No Jornal Diário dos Campos, 27 matérias referiam-se à narrativa policial mediante o ato infracional, seguidas por nove (09) matérias de não violência, sete (07) matérias de atuação policial envolvendo violência, quatro (04) matérias de violência.

No Jornal da Manhã, as matérias estavam relacionadas à atuação policial mediante o ato infracional; foram sete (07) matérias, seguidas por cinco (05) matérias de não violência, sendo que se apresentaram três (03) matérias relacionadas à atuação policial, mediante casos de violência, e a questão da violência também foi abordada em três (03) matérias.

As matérias referentes à atuação policial se caracterizam, em ambos os jornais, com o maior número de matérias; o segundo lugar é ocupado pelas matérias

de não violência, a atuação policial mediante casos de violência está em terceiro lugar, e as matérias que tratam sobre a violência ocupam o último lugar, exceto o Jornal da Manhã que apresentou a mesma quantidade das matérias sobre a atuação policial nos casos violentos com as matérias que discutem a violência.

As matérias que se referem a não violência buscam discutir o enfrentamento e combate desta, conforme se observa neste trecho de um dos jornais:

Hoje em dia a palavra violência possui grande destaque no cenário nacional e internacional. A violência está nas ruas, nos jornais, nos debates acadêmicos, nas conversas informais, etc. (Jornal da Manhã, 25 de Setembro de 2011).

Nesta matéria, a questão da violência é encarada como um elemento que transita em todo o espaço, portanto, está presente no cotidiano dos sujeitos e da sociedade.

A conotação da mensagem visa compreender como os jornais veiculam a violência, ou seja, ao abordarem a violência, de que forma ancoram a questão. Ao invés de narrar a violência, descrevendo o ato violento, ela possibilita refletir sobre seus aspectos, e assim, dimensionar novas representações sociais em torno da questão.

Em contrapartida, quando a conotação da mensagem está na discussão da violência e suas manifestações, importa apenas a forma descritiva, tomando-se, como referência, a narrativa policial e a ênfase no envolvimento dos adolescentes:

[...] a Polícia Militar tem registrado furtos de veículos em Ponta Grossa. Na noite de terça-feira, três pessoas foram detidas acusadas de envolvimento com esse tipo de crime, entre elas, dois adolescentes. (Jornal Diário dos Campos, 14 de julho de 2011).

Nesta matéria, o destaque está em descrever o ato, como ocorreu e quem são os envolvidos. A conotação da mensagem pode centralizar nos fatores contingentes, tendo por finalidade explicar a realidade tal qual ela se apresenta. Ao narrar ou descrever a atuação policial, os jornais possibilitam, subjetivamente, a associação de que a violência deve ser concebida como um caso de polícia.

Outra matéria veiculada pelo Jornal da Manhã apresenta o adolescente como coadjuvante de um assalto:

Associado a um adolescente, Gilberto Grzibeluca, 26, o Bequinho, comandou assalto contra um posto de combustíveis. Dois homens acusados de envolvimento no assalto contra um posto de gasolina localizado na Rodovia do Café, em Ponta Grossa, foram presos por policiais militares na madrugada de ontem. Um dos detidos é Gilberto Grzibeluca, 26, o Bequinho, com várias passagens pela polícia. O associado em dele em atividades delituosas é um adolescente de 17 anos. (Jornal da Manhã, 19 de agosto de 2011).

A partir do processo de objetivação, o qual possibilita apresentar uma dada realidade de uma forma natural, ou seja, propicia naturalizar a relação da polícia com a violência ou os atos envolvendo os adolescentes. Este processo de objetivação consiste em materializar aquilo que é abstrato em concreto, passível de ser visto e compreendido, tornando acessível, a todos os sujeitos, a narrativa dos jornais.

Para Moscovici (2003) ao adentrar no mundo das representações sociais, fica evidente a tendência de classificar, generalizar, particularizar. Estas escolhas não são puramente cognitivas, mas refletem um desejo em definir, em estabelecer aquilo que é normal, daquilo que pode ser incomum.

A conotação da mensagem estabelece aos leitores aquilo que previamente será informado e discutido. Os jornais ao priorizar um tema, em detrimento de outros, não realizam este processo de forma neutra, mas refletem, ao mesmo tempo, os valores, as angústias, crenças e motivações individuais, mas também da sociedade em que estão inseridos. Essas motivações são intrínsecas aos sujeitos, ou ao contexto social, econômico e político em que vivem.

Constatou-se, a partir disso, que ambos os jornais apresentaram o mesmo perfil no que se refere à conotação das mensagens. Entretanto, é a partir do próximo subitem “Conteúdo das Mensagens” que se apresenta a análise de como os jornais selecionados comunicam e discutem as mensagens sobre a violência. Essas mensagens possibilitam também compreender as representações sociais que os sujeitos, que escrevem as matérias, sustentam.

3.3.2 Conteúdo da Mensagem

Além da conotação da mensagem, a qual possibilita focalizar quais as orientações das matérias sobre a violência, o conteúdo também possui uma grande importância. É a partir do conteúdo das mensagens que as representações sociais

tornam-se latentes, pois estas são construídas, reconstruídas e desconstruídas no cotidiano dos sujeitos, o qual viabiliza o acesso à informação.

Para se aproximar das representações sociais em torno da violência cometida pelos adolescentes, é importante compreender quais são os conteúdos das matérias. Esses conteúdos foram classificados em: matérias de violência (as quais discutem a violência), o ato infracional sem violência, ato infracional violento, apreensão e suspeita de violência.

No Jornal Diário dos Campos, 27 matérias abordavam o ato infracional, o ato infracional violento aparece em sete (07) matérias e suspeita de violência também em sete (07) matérias.

No Jornal da Manhã, cinco (05) matérias abordam o ato infracional, duas (02) matérias a violência, seguidas por duas (02) sobre o ato infracional violento.

O ato infracional é, muitas vezes, diagnosticado por uma suposta desconfiança. Ressalta-se, no contexto da matéria, que a apreensão ocorreu por acaso, possibilitando enfatizar uma naturalidade da ocorrência. Nessas matérias, há a narrativa em torno da apreensão de adolescentes:

A apreensão dos meninos ocorreu por acaso, quando policiais do Choque já seguiam para casa, pela Avenida Carlos Cavalcanti, Bairro Uvaranas. ***Eles desconfiaram dos rapazes que estavam carregando capacetes e observavam as motos que estavam estacionadas*** (grifo nosso). Durante a abordagem, a equipe localizou uma chave mixa com um dos menores. (Diário dos Campos, 14 de julho de 2011).

Uma quadrilha foi presa na noite de ontem com mais de 10 quilos de drogas na Vila Madureira, em Ponta Grossa. Em atuação da equipe Canil da Polícia Militar, com apoio da Agência Local de Inteligência, um maior de idade e outros três menores foram capturados próximo à Rua Visconde de Porto Alegre, e encaminhados à 13ª Subdivisão Policial. (Jornal da Manhã, 01 de abril de 2011).

Em outra matéria, novamente se observa que os policiais desconfiaram dos adolescentes e a partir desta desconfiança, fizeram a abordagem:

A Polícia Militar apreendeu um adolescente de 17 anos que estava armado na Rua Pau-Brasil, Jardim Castanheira, em Ponta Grossa. Os policiais patrulhavam a região, ontem à tarde, ***quando desconfiaram do rapaz e o abordaram*** (grifo nosso). De acordo com o sargento Ronaldo, o adolescente estava com um revólver calibre 38, com cinco munições intactas, na cintura. (Diário dos Campos, 21 de dezembro de 2011).

No Jornal da Manhã, a narrativa localiza-se em torno da perseguição policial, porém nesta matéria a polícia foi acionada:

A polícia foi acionada e **perseguiu os bandidos** (grifo nosso) até próximo a Carambeí, onde eles foram surpreendidos na altura do trevo do Boqueirão pela polícia local e reagiram atirando. (Jornal da Manhã, 01 de dezembro de 2011).

Em outra matéria, a narrativa ressalta que, além de uma possível suspeita, os policiais ainda adentraram a casa do adolescente à procura de elementos que poderiam caracterizar um ato infracional: “[...] Na abordagem, o jovem estava sem documentação e, por isso, a PM foi até a casa dele. ‘Ele ficou nervoso e revelou que tinha droga escondida e dinheiro’, explicou o sargento”. (Jornal Diário dos Campos, 21 de dezembro de 2011).

As matérias apresentadas, portanto, enfatizam a apreensão policial por uma desconfiança da Polícia Militar, que realiza uma abordagem e pré-concebe uma possível infração aos adolescentes. Esse modo de compreender a adolescência, enquanto uma fase conturbada e problemática, sendo exposto por Santos e Alessio como um conceito que “[...] surge intrinsecamente ligado à idéia de problema, crises, momento de fragilidade e energia, que pode se associar ao crime”. (2006, p. 112).

As representações acerca dos adolescentes continuam a pulverizar o pensamento social. Além de desconfiar de uma suposta criminalidade advinda dos adolescentes, algumas matérias se orientam a partir da ação policial, isto é, além da apreensão, os policiais se deslocam até a residência dos adolescentes. Esta abordagem, fundamentada pela suspeita, possibilita pensar em uma relação coercitiva.

Abromovay (2002) caracteriza esta abordagem como um abuso do poder policial direcionado aos pobres e não-brancos. Alguns policiais partem da compreensão de que esses adolescentes advêm das novas “classes perigosas”, tal qual Bauman (2009) denominou ao descrever a demanda de sujeitos considerados incapacitados para novamente se reintegrarem na sociedade.

Historicamente, o país possui uma cultura baseada na criminalização dos sujeitos em situação de pobreza, considerando-os como autores da propagação da violência. Abromovay (2002) acrescenta, ainda, a necessidade de se refletir sobre o papel do Estado e sua legitimidade quanto ao controle da violência, além da

necessidade de reformas na polícia e na justiça, pois é necessário “[...] ‘ter uma polícia respeitada e respeitável’” (PERALVA apud ABROMOVAY, 2002, p. 25).

Cotidianamente, violências são praticadas, porém algumas ganham mais visibilidade do que outras. Esse processo de selecionar e dar visibilidade não são neutros. Assim sendo, se faz necessário pensar que, orientado pelas representações sociais, os jornais possibilitam objetivar aquilo que está na mente para algo que existe no mundo físico. Materializam a violência por meio da narrativa do ato violento, ou seja, descrevem-no, sem no entanto, abordarem as causas que o motivaram. Assim, nem todo ato praticado por um adolescente, seja esse ato violento, ou não, é plausível de ser generalizado para todos os adolescentes.

Expõe Moscovici que no pensamento social, a conclusão tem prioritariamente a premissa, já nas relações sociais o veredicto tem prioridade sobre o julgamento. Assim, antes mesmo de “[...] ver e ouvir a pessoa, nós já a julgamos; nós já a classificamos e criamos uma imagem dela”. (2003, p. 58).

A partir das matérias veiculadas pelos jornais, acredita-se que a violência existe porque os adolescentes são violentos, e esta sentença adquire maior naturalização à medida que é sempre familiarizada e objetivada pelos jornais por meio do discurso, conforme expõe a matéria:

As Polícias Civil e Militar de Ponta Grossa confirmam que é crescente o envolvimento de menores de 18 anos com a criminalidade. Somente no primeiro semestre deste ano, a PM registrou 366 atos infracionais na cidade. (Diário dos Campos, 17 de julho de 2011).

Quando os jornais locais focalizam os atos infracionais envolvendo os adolescentes, dando ênfase à violência, eles possibilitam tornar naturalizadas e familiares a todos, as representações sociais que ancoram adolescentes e violência. Na matéria, citada anteriormente, do Jornal Diário dos Campos (17 de julho de 2011), pode-se verificar que há um realce no que se refere ao aumento do número de atos infracionais, o que condiciona as representações sociais de que a violência existente na sociedade origina-se desses sujeitos.

A violência, envolvendo o ato infracional, aparece em segundo lugar tanto no Jornal Diário dos Campos, quanto no Jornal da Manhã de forma descritiva, ou seja, não é fomentada uma discussão que possibilite contextualizar o ato, existindo apenas a descrição dos fatos:

Hoje pela manhã, por volta das 6 horas, um rapaz de 28 anos foi morto com quatro tiros em frente a uma lanchonete no bairro Nova Rússia. Um menor de 15 anos, suspeito de envolvimento no crime, foi localizado quando retornava para sua residência na Vila Vilela. (Diário dos Campos, 08 de agosto de 2011).

Nessa matéria, a violência aparece como um elemento descritivo, e é informado, tão somente, que houve um assassinato e a suspeita de que tenha sido realizado por um adolescente, porém não há informações que possam contextualizá-lo.

A partir da Teoria das Representações Sociais, tem-se a compreensão de que a violência torna-se um fenômeno social, a medida que é amplamente discutido no atual contexto, especificamente a violência envolvendo os adolescentes em conflito com a lei. Deste modo, a linguagem, a forma de descrição utilizada e a fala dos sujeitos, que são chamados como referência para compor a matéria, são elementos de análise. A linguagem, por exemplo, é especialmente utilizada para comover o leitor mediante a violência narrada, conforme se apresenta:

[...] O corpo de Paulo Sérgio foi encontrado em frente a uma casa, nas proximidades da Avenida Presidente Kennedy, perímetro urbano da BR-373, na região do Jardim Maracanã. ***Ele foi assassinado com requintes de crueldade, com pauladas e tijoladas na cabeça.*** (grifo nosso) (Jornal Diário dos Campos, 01 de junho de 2011).

Nesta matéria, a ênfase está em descrever aspectos do homicídio com vista a sensibilizar o leitor diante da violência. Os termos como “*pauladas e tijoladas na cabeça*” acentua o entendimento da profunda perversidade daquele que cometeu a violência.

Já em outra matéria: “[...] O corpo do menino foi encaminhado ao IML para a realização do exame. Os golpes de faca o atingiram no coração.” (Jornal da Manhã, 18 de janeiro de 2011). E no outro jornal: “O adolescente ainda teria apertado o pescoço da vítima até ela desmaiar.” (Jornal Diário dos Campos, 21 de abril de 2011).

Na matéria apresentada pelo Jornal Diário dos Campos, a tônica respalda em um roubo envolvendo um adolescente e um jovem, além de envolver os seguranças que, visivelmente pela fala do jornalista, utilizou de violência para conter os dois envolvidos. Embora este não seja o objeto de estudo deste trabalho, é visível que algumas formas de violência são legitimadas pela posição em que ocupam

alguns sujeitos. Ainda nesta matéria, existe uma ênfase até mesmo no item furtado, o qual é especificado:

Os seguranças do supermercado contaram à PM que Bruno dos Santos, 21 anos, e o adolescente de 17 anos teriam furtado R\$ 200 em carne. Ao perceber o furto, os profissionais seguraram os jovens e quando tentavam dominar o menor, ele acabou atirando. Por sorte, ninguém se feriu. Os jovens teriam escondido a carne – **peças de picanha** –(grifo nosso) sob o banco de uma moto. (Jornal Diário dos Campos, 01 de março de 2011).

Compreende-se que as linguagens utilizadas pelos sujeitos que ocupam os jornais são carregadas de representações. Para Moscovici (2003) a linguagem, portanto, reside entre o meio caminho da linguagem de observação e da linguagem da lógica, sendo que a primeira consiste na forma de expressar fatos puros, enquanto a segunda expressa os símbolos abstratos. A utilização dos termos e símbolos, enfatizando a violência, visa provocar uma desordem emocional nos sujeitos em contato com a matéria, o que contribui, em parte, para fomentar a imagem do adolescente como um sujeito violento, acentuando-se, portanto, tal forma de representá-lo.

As formas de representar a notícia, e de expor as representações sociais em torno da violência, refletem, muitas vezes, o que pensam os repórteres ao retratarem algum acontecimento envolvendo os adolescentes. As representações sociais também possibilitam compreender como pensam esses sujeitos que escrevem as matérias, uma vez que essas representações podem ir, e muitas vezes vão ao encontro do que é socialmente aceito, pensado e reproduzido na sociedade.

Os jornais também colaboram assiduamente no processo de circulação das representações sociais, à medida que, pela difusão emitem o conteúdo, oriundo, muitas vezes, do contexto discursivo dos policiais, delegados e demais sujeitos que são autorizados, pelo jornal, para falar sobre o assunto.

Outra questão que aparece no conteúdo das matérias que discutem a violência diz respeito ao combate à violência. Essas matérias trazem, em seu enredo, alguma discussão sobre a violência e possibilitam que o tema seja pautado na agenda política.

Observa-se que as matérias refletem as perspectivas presentes na sociedade, e também inferem as representações sociais dos sujeitos que exprimem um descontentamento quanto à violência, conforme ressalta:

A sociedade já não suporta mais tanta violência física, psicológica, impulsos agressivos e crimes hediondos como este ocorrido em nossa cidade. Em todos os lugares, percebe-se estampado no rosto das pessoas de bem o sentimento de indignação pelo aumento progressivo da violência. É o anseio popular pela “tolerância zero” no combate a criminalidade e a selvageria urbana. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 2011).

As matérias que se relacionam ao combate da violência apresentam, em seu contexto questões relacionadas ao medo. O medo do diferente, do invisível, do que se vê e do que se sabe sobre uma violência mesmo que imaginária. Além disso, as matérias apresentadas pelos jornais também poderiam oferecer uma compreensão sobre o fenômeno da violência como uma questão que exige enfrentamento e pressupõe a articulação dos diferentes setores da sociedade, em conjunto, e incitar o Estado a um posicionamento.

Para Arcoverde (2006), as desigualdades sociais, econômicas, culturais e morais presentes na sociedade atual, exigem que o Estado assuma sua função social.

Essas questões ficam visíveis à medida que o sujeito que redige a matéria provoca a pensar na promoção de uma cultura de paz, e não somente no aumento do número de policiais. Expõe o jornal:

A solução para a violência urbana não é apenas aumentar o reforço policial e melhorar a estrutura das Polícias, como o governo vem tentando fazer, mas sim procurar conscientizar toda a população da importância que a ação conjunta de toda a sociedade tem no combate a esta anomalia social. Desta forma, todos nós podemos contribuir para que isso não se expanda ainda mais. Pequenos atos podem colaborar para restringir a violência urbana, como por exemplo, promovendo a solidariedade e repensando nossos valores éticos e morais. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 2011).

As representações sociais em torno do enfrentamento da violência nesta notícia enfatizam que o aumento da polícia não é a solução mais adequada. Esta representação vai de encontro com o atual cenário da política paranaense, cujas ações têm se direcionado no sentido de garantir o aumento do número de policiais como forma de enfrentar a violência e diminuir seus índices. Na cidade de Ponta Grossa, também é possível se deparar com *outdoors* exigindo mais policiamentos como forma de conter a violência.

Ainda na exposição da matéria apresentada pelo Jornal da Manhã, delega-se à sociedade a função de promover a solidariedade, isto é, cabe aos sujeitos promover uma cultura pela paz por meio de suas ações e práticas sociais, ao passo

que o papel do Estado torna-se secundário ou, em alguns casos, invisível no enfrentamento desta questão. Evidencie-se, todavia, que essas considerações, retiram o mérito da discussão levantada pelo jornal no que concerne ao papel da sociedade civil, haja vista que esse reconhece a importância de fortalecer o espaço civil constituído, uma vez que a ausência da sociedade civil na participação e mediação da relação entre Estado e sociedade pode acentuar conforme expõe Novo (2006):

A intolerância e a necessidade de retaliação são gestadas por sua vez, sustentam um *ethos* anticidadania. Os direitos humanos não encontram lugar nessa visão particularista da vida social que encontramos representada na população. (2006, p. 53).

Em outra matéria veiculada pelo Jornal Diário dos Campos o enfrentamento da violência é atribuído à família, a qual ganha visibilidade como um elemento propulsor da violência:

A juventude se perdeu porque as famílias estão detonadas e principalmente porque os pais falharam na educação, não impuseram regras e tentam repassar essa responsabilidade, muitas vezes, para a escola, quando, também, os soltam às ruas, deixando-os à própria sorte. (Jornal da Manhã, 29 de outubro de 2011).

Nesta matéria, fica visível a responsabilização da família no processo da educação dos filhos. A violência é, muitas vezes, representada como um atributo relativo ao sujeito ou ao meio familiar. As representações sociais circundam em torno de responsabilizar alguém pela violência. Quando esta responsabilização não é condicionada aos adolescentes, a família passa a ser o foco de atenção. A compreensão da violência incide na forma de apreender a dinâmica familiar a partir do seu papel, pelo que esta deve garantir a educação, valores e outras expectativas, oriundas das representações sociais que possam ter sobre a família. Essas expectativas anulam a compreensão de que, muitas vezes, esta família não recebeu aquilo que se ordene que seja oferecido à criança e/ou ao adolescente, pois esta família pertence a um ciclo vicioso de múltiplas exclusões.

Explica Galinkin (2006) que a sociedade atual pressupõe que os sujeitos estão vinculados a uma complexa hierarquização da organização social. Esta organização social é formada por posições rígidas, papéis pré-definidos, valores e normas que regulamentam a atuação do sujeito nas relações sociais e na sociedade.

Porém, muitas vezes, não condiz com a realidade vivenciada pelas famílias. Alguns adolescentes podem vir de um contexto familiar onde há fragilidade dos vínculos familiares, vulnerabilidade social e ausência dos papéis que são atribuídos e socialmente impostos e cobrados da família.

Os discursos reducionistas que buscam atribuir, dicotomicamente, à sociedade, à família, ou aos sujeitos, o enfrentamento da violência, colaboram de alguma forma, para ocultar a atuação e o papel do Estado para que garanta condições necessárias para o enfrentamento da violência. Estas representações sociais são veiculadas pelo jornal na medida em que traz para o contexto da matéria a necessidade de implementação as políticas públicas:

[...] o crescimento da violência – que ocorre em função da falta de oportunidades e na total falência da atuação do Estado através de políticas públicas como, uma educação de qualidade acessível a todos e de um sistema penitenciário que realmente recupere os infratores – faz com que o sentimento de “banalização” cresça na mesma proporção. (Jornal da Manhã, 25 de setembro de 2011).

Ainda buscando reconhecer, e dar efetividade aos direitos dos adolescentes, algumas das matérias reforçam representações sociais desta ordem:

O jovem precisa de escolas boas, cursos profissionalizantes, área de lazer, espaços culturais, excelentes universidades e principalmente poder sonhar com um futuro promissor no qual é essencial existir a possibilidade do emprego decente e remuneração justa. (Jornal da Manhã, 29 de outubro de 2011).

As matérias que discutem a necessidade de garantir os direitos dos adolescentes e o fortalecimento da cidadania, também reiteram a necessidade de apoiar o fortalecimento dos vínculos. Este é fundamental para que os adolescentes e suas famílias possam ter uma perspectiva de vida:

[...] a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos. (ABROMOVAY, 2002, p.14).

Entretanto, os jornais também apreendem a questão da violência atrelada à concepção de crime, sendo utilizadas usualmente como sinônimos. A violência e crime possuem distinções específicas: o crime se relaciona aos atos ilícitos

estabelecidos pela lei penal. Já o ato, que é praticado pelo adolescente, configura-se como um ato infracional. Enquanto a violência pressupõe ações que podem, ou não, ser punidas pela lei, mas, mesmo assim, acarreta algum dano aos sujeitos.

As representações sociais presentes nos jornais locais estão enviesadas de tal forma que a violência é utilizada para determinar ações que envolvem fatos ou acontecimentos cotidianos, impondo aos adolescentes uma condição violenta, isto é, um comportamento violento, segundo expõe:

Instalado há menos de um mês, o novo parquinho da Praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa, parece estar com os dias contados. Não há monitoramento para garantir que apenas crianças façam uso do espaço. Nos intervalos das aulas, adolescentes matriculados em escola das redondezas praticamente ‘expulsam’ os pequenos e fazem do local a extensão do pátio escolar. (Jornal Diário dos Campos, 17 de setembro de 2011).

Visivelmente nesta matéria, a partir de uma situação cotidiana, a violência é imposta, incutindo uma compreensão de que os adolescentes estão realizando um ato violento. O título da matéria expõe: “adolescentes ‘expulsam’ crianças do parquinho”. É por meio destas formas de compreender e representar algumas situações habituais que os jornais locais podem objetivar as representações sociais.

As representações sociais, presentes nessa matéria do Jornal Diário dos Campos, podem conceber que os sujeitos que escrevem a matéria trazem impressa na subjetividade, a compreensão de que os adolescentes ou um grupo de adolescentes são violentos. Chega-se à questão fundamental: “É por meio das formas de compreender, discutir e relatar que as representações sociais tornam familiar algo não-familiar”. Visivelmente, ao presenciar situações ou se deparar com alguma cena que os adolescentes estejam envolvidos os jornais materializam essas representações sociais como uma forma de violência. Todavia, as representações sociais são postas em contradição, pois a escola se manifestou a partir da seguinte matéria:

Entretanto, o diretor faz questão de enfatizar que, justamente no dia em que nossa equipe flagrou os adolescentes, eles estavam – somente – fazendo fotografias, pois se tratava de turma de formandos do curso de secretariado. (Diário dos Campos, 23 de setembro de 2011).

Por meio da percepção de que as representações sociais veiculadas impõem a violência como característica dos adolescentes, sem que ela exista de

fato, é que se torna visível o pré-conceito. Este pré-conceito contribui para reforçar uma criminalização, tornando o não-familiar em familiar. Por conseguinte, tudo que é imaginado neste espaço consensual adquire um estatuto de verdade, “[...] apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. Espera-se que sempre aconteçam, sempre de novo, as mesmas situações, gestos, ideias”. (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Outra matéria, ao retratar o adolescente, traz em seu contexto um caráter de violência generalizada, pois o título informa “Gangue apavora comerciantes na ‘Castanheira’”, e apresenta a seguinte notícia:

O dono do supermercado, Irineu Ribas, contou que, por volta do meio-dia, alguns adolescentes entraram no mercado para comprar cerveja. O comerciante negou-se a vender a bebida e os meninos saíram prometendo voltar. Mais tarde, por volta das 14 horas, cerca de 15 jovens se aproximaram do estabelecimento e começaram a jogar pedras. Um deles estava armado e disparou contra o local. Na tentativa de defender o pai, o filho do comerciante pegou outro revólver e também atirou. (Diário dos Campos, 24 de dezembro de 2011).

Observa-se que a violência não está somente em quem agride³⁰, mas também em quem é agredido. A agressão realizada pelo filho da vítima é legitimada a partir do enredo neutralizador exposto pelo jornal: “Na tentativa de defender o pai, o filho do comerciante pegou outro revólver e também atirou”. Esta perspectiva de agir em legítima defesa interessa justificar uma violência que é ocultada e invisibilizada pelo sentido de justiça.

As representações sociais configuram-se a partir de uma realidade, esta “[...] realidade é a realidade de alguém, ou é uma realidade para algo [...]”. (MOSCOVICI, 2003, p. 90). Por isso, o ato de levantar suposições adquire um estatuto de verdade à medida que atribuiu a culpabilidade a alguém, apontando o culpado e solucionando, mesmo que temporalmente, no imaginário dos sujeitos, o fato violento.

O conteúdo das mensagens impõe três operações dinamicamente expostas por Arruda (2002) no processo de representações sociais: ação, pensamento e linguagem. Estas operações retratam, simultaneamente, um modo pelo qual

³⁰Embora esta discussão não seja objeto de estudo desta pesquisa é importante pontuar que a violência predispõe um círculo vicioso, isto é, ela se manifesta pelos atos e estes geram novos atos violentos. Deste modo, o adolescente que comete uma violência seja ela qual for, pode também ter sido vítima da violência. Esta violência pode ser fazer presente no momento em que são apreendidos pela polícia, na sociedade que proclama justiça, nos Centros de Sócio-Educação, na família e até mesmo na omissão do Estado.

sujeitos, relatores das matérias, a partir do processo de comunicação, transformam o não-familiar em familiar, podendo, assim, reproduzir o contexto social em que vivem e as formas de se relacionar com este meio. As representações sociais adentram o universo consensual, o qual oferece uma naturalidade àquilo que se é pensado, compreendido e partilhado.

A partir das discussões apresentadas, verifica-se que a narrativa policial é utilizada para construir a notícia em ambos os jornais. Além da descrição, os jornais também centralizam o enredo em torno da apreensão policial. Constata-se que o maior número de matérias está associado ao ato infracional sem violência, sendo o ato violento inferior ao número de matérias. Deste modo, quais são os atos infracionais praticados pelos adolescentes e abordados pelos jornais?

3.3.3 O ato infracional

Os atos infracionais praticados pelos adolescentes e apresentados pelos jornais se sobrepõem ao ato violento, pois as matérias que se apresentam nos jornais não são, em sua maioria, matérias sobre a violência propriamente dita, mas sobre atos infracionais praticados pelos adolescentes. O Jornal Diário dos Campos apresentou seis (06) matérias relacionadas ao furto, cinco (05) homicídios e porte de drogas, quatro (04) porte de drogas com armas e suposições, três (03) matérias não houve o ato infracional, duas (02) ameaças, porte de armas, habilitação e roubo, uma (01) referente a perturbação de sossego, estupro, brigas e outros.

O Jornal da Manhã apresentou o porte de drogas em cinco (05) matérias, suposições em quatro (04), o homicídio em três (03) e porte de drogas e armas, furto, roubo e outros em quatro (04) matérias, sendo uma em cada um destas especificações.

Ao analisar ambos os jornais, as matérias do Jornal Diário dos Campos apresentaram uma quantidade maior de atos infracionais como: ameaças, estupro, habilitação. O Jornal da Manhã, por sua vez, apresentou menos especificações sobre o ato infracional. Compreende-se que esta disparidade entre os jornais também tem como ponto de partida a quantidade de matérias apresentadas por ambos. Deste modo, quanto maior a cobertura sobre os acontecimentos relacionados aos atos infracionais, mais representações sociais serão criadas e recriadas.

Os dados presentes no Jornal Diário dos Campos e no Jornal da Manhã têm o porte de drogas como a matéria mais retratada. Isto significa que a maioria das matérias que envolviam os adolescentes estava relacionada ao porte de drogas, seja para uso como para o tráfico. É necessário novamente salientar, que estes adolescentes que portam drogas ou armas cometem um ato infracional, o qual muitas vezes, não impõe ou se configura como um ato de violência.

Já a suposição refere-se a um suposto motivo que não é confirmado, mas apenas levantado e explicitado no desenvolvimento da matéria, conforme observa: “[...] A morte **teria sido motivada** (grifo nosso) por um acerto de contas com o tráfico de drogas” ou ainda “**De acordo com a PM** (grifo nosso), o menino teria acabado de arrombar um carro para furtar o rádio quando foi detido e algemado pelos policiais.” (Jornal Diário dos Campos). Em outra matéria, apresentada pelo Jornal da Manhã, a suposição advém de testemunhas:

Testemunhas viram quando três menores, sendo dois com uniformes escolares, teriam chegado ao local, pelos fundos, com uma tocha. Não havia ninguém na estrutura quando o incêndio teve início. (Jornal da Manhã, 01 de outubro de 2011).

As suposições que permeiam a motivação da violência fazem parte das representações sociais que os policiais ou o repórter possuem da violência. Pode-se compreender essas formas de representações sociais, utilizando-se a Teoria do Núcleo Central, a qual enfatiza que toda representação está organizada em torno de um núcleo. Este núcleo pode ser visualizado a partir da função geradora presente nas representações sociais. Esta função possibilita criar e transformar a suposição do que motivou a violência quando esta é levantada pelos sujeitos que redigem as matérias em representação atribuindo um significado, um determinado valor. Além disso, prevê a função organizadora, a qual visa a estabilizar esses valores, crenças e atitudes. As suposições adquirem estabilidade, e são facilmente aceitas na medida em que supõem o porquê do ato infracional, justificando-o.

Todavia, essa questão merece cuidado quando, supostamente, atribui a violência ao adolescente. Nesse sentido, delegar a esse sujeito a culpabilidade por algo que não cometeu, exige reflexão e compreensão de que existem sanções jurídicas, que preveem uma responsabilidade penal. É a partir dessas suposições que se apreende como as representações sociais são criadas e dimensionadas.

Em outra matéria, de acordo com o “[...] delegado-adjunto da 13ª Subdivisão Policial, Leonardo Carneiro, **o autor é um menor de 17 anos de idade.**” (grifo nosso). (Jornal da Manhã, 29 de novembro de 2011). E se o autor não for um adolescente?

Observa-se que parte das representações sociais que buscam expor, enfatiza a condição de o envolvido ser um adolescente, e aí situa-se a criação do “jogo de culpas” descrito por Santos e Aléssio (2006) como sendo o ato de atribuir ao outro a culpa da violência, o outro que é violento e não o grupo ao qual pertencem. Esta atitude tem por finalidade proteger-se daqueles que são violentos, pois diante “[...] de um objeto ameaçador, concretizá-lo e circunscrevê-lo em espaço e grupos distintos dos meus ameniza o medo e protege a integridade e a identidade grupal” (2006, p.130).

Em outra matéria, a descrição está na apreensão policial de um adolescente que supostamente é indicado na participação de um homicídio. Os sujeitos que redigiram a matéria realizam uma entrevista com o adolescente que está sendo acusado, e este nega o fato. O Jornal, por sua vez, reforça, no fechamento da notícia, que este adolescente saiu recentemente do Cense, dado que impõe, implicitamente, uma prévia criminalização, destacando, indiretamente, ao leitor que este adolescente já possui reincidência, e, portanto, já esteve envolvido em algum ato infracional anteriormente. Assim:

Na manhã de ontem, a Polícia Militar apreendeu um adolescente de 17 anos, suspeito de participação na morte de Célio. À equipe do **Diário dos Campos**, o garoto negou e disse apenas que testemunhou o fato. ‘Eu estava jogando bola no campo próximo ao local onde ocorreram os disparos’, disse. Ele contou ainda que havia saído do Centro de Socioeducação (Cense) poucos dias antes, após cumprir medida pelo ato infracional de roubo. (Jornal Diário dos Campos, 26 de julho de 2011).

No que concerne à violência no trânsito, compreendida pelo ato infracional – habilitação –, é importante ressaltar que embora ela não seja expressiva nas matérias dos jornais catalogadas, as representações sociais em torno da questão trazem uma contribuição para pensar como os jornais locais representam e discutem a violência. As matérias que abordam a violência no trânsito não recebem o mesmo tratamento das matérias que expõem outros atos infracionais envolvendo os adolescentes a descrição da matéria expõe:

O adolescente voltou ao local do acidente e acabou detido. Ele foi levado para a 13ª Subdivisão Policial (SDP). Segundo Aurélio, o menino contou que o pai está em viagem e teria pegado o carro escondido. (Jornal Diário dos Campos, 23 de dezembro de 2011).

Pela descrição da matéria, observa-se que o ato infracional é justificado pelo desconhecimento do responsável pelo adolescente, pois este “[...] teria pegado o carro escondido”. Há também uma forma de narrar as matérias quando se trata de adolescentes que possuem recursos econômicos maiores. Esta narrativa difere das que envolvem os adolescentes em situação de pobreza, verificando-se que esta forma diferenciada de narrar a notícia, quando se trata de adolescentes que possuem um poder aquisitivo maior, indica que poderá este ato infracional acarretar sanções. Enquanto que os adolescentes em situação de pobreza, não possuem, muitas vezes, alguém que possa defendê-los ou ir contra o posicionamento dos jornais.

Além disso, o discurso utilizado visa, muitas vezes, a justificar tal ato, na tentativa de obter uma explicação. Para Novo (2006), citando o caso que repercutiu no país sobre a morte do índio pataxó³¹ em Brasília, expõe que os debates em torno da violência envolvendo adolescentes com poder aquisitivo maior não rompem com a visão cristalizada que a sociedade brasileira ainda possui sobre os determinantes da violência social.

Para Ramos e Paiva (2007) a mídia contribui mais do que qualquer outra instituição para a consolidação e formação de estereótipos:

Ela faz, por exemplo, nas fotografias, quando apresenta os pobres sempre nas piores condições. Para dar entrevista, o intelectual se arruma e tira a foto ao lado da biblioteca. Não se tira fotografia do professor sem camisa, barriga à mostra. Mas, ao retratar os pobres, prefere-se mostrá-los malvestidos, despenteados, cercado por crianças sujas, com aspecto de malcuidadas. A mídia não tem pudor de apresentar o pobre na sua pior condição, mas o teria com um indivíduo de classe média. (2007, p. 95).

Além disso, outros dados, que contribuem para a compreensão de como os jornais concebem a violência envolvendo os adolescentes, são as estatísticas de

³¹Galdino Jesus dos Santos, conhecido como o índio pataxó foi considerado um líder indígena. Em abril de 1997 devido as comemorações do Dia do Índio foi para Brasília reivindicar junto ao Governo Federal questões referente as terras indígenas. Por chegar tarde das reuniões não conseguiu entrar na pensão que estava hospedado e foi dormir em um ponto de ônibus. Na madrugada, cinco jovens, sendo um adolescente da classe média/alta de Brasília ateou fogo no índio. Devido as queimaduras, faleceu na manhã seguinte. Essa violência teve uma grande repercussão no país.

homicídios nas quais o adolescente é o autor deste tipo de ato. O Jornal Diário dos Campos apresentou 41 matérias em que não há vítimas e seis (06) matérias em que houve vítimas. O Jornal da Manhã apresentou 15 matérias sem nenhuma vítima, apresentando o número de vítimas em duas (02) matérias e de adolescente em uma (01) matéria.

Observa-se, a partir desses dados, que o ato infracional, envolvendo o adolescente, mediante a violência não possui o homicídio como ato principal. O homicídio, ao contrário, vitimiza os adolescentes, de acordo com os dados apresentados pela Rede de Solidariedade Marista (2012) registrou 620 homicídios entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos no ano de 2010. A maior incidência abrange o sexo masculino e a faixa etária de 15 a 19 anos, sendo 567 casos registrados e representando 91,45% do total.

Os dados apresentados sobre o número de homicídios dos adolescentes possibilitam compreender que as representações sociais em torno destes, insiste em atribuir o aumento da violência a atos praticados pelos adolescentes, e pressupõem adentrar em uma determinada realidade, a qual é parcial. Os jornais também possuem esta parcialidade, pois a realidade é descrita sob a ótica daqueles que escrevem as matérias e quem, muitas vezes, impõe seus valores ou os valores do contexto a que pertencem.

3.3.4 Denominações atribuídas ao adolescente

Quanto às formas de denominação utilizadas pelos jornais para se referirem aos adolescentes, os dados abrangem mais de uma única forma, isto é, o adolescente é denominado de formas diversas nas matérias. Não se pode afirmar que os jornais não denominam os adolescentes como adolescentes, embora esta seja a forma mais usual de os jornais referenciarem-nos, sobrepondo-se às demais. Porquanto, o termo adolescente vem mesclado em uma mesma matéria com outros, diferentes, e se pretendem sinônimos de adolescente: menor, menino, garoto, rapaz, criminoso, o aluno, motorista, bandido dentre outras. Constata-se, pois que não há uma homogeneidade na forma como são expostos esses adolescentes nos jornais.

Os dados apresentados demonstram que no Jornal Diário dos Campos 28 matérias usam a denominação “adolescentes”. O termo menor aparece em 11 matérias, em oito (08) matérias utilizam o termo garoto, em sete (07) matérias o

adolescente é denominado de jovem. O termo rapaz aparece em quatro (04) matérias, em uma (01) matéria aparecem os termos: bandido, aluno, infrator e motorista. Ainda analisou a quantificação destes termos associados ao termo “adolescente”. Em 23 matérias aparecem duas formas de denominar o adolescente, 11 matérias apresentaram uma (01) única forma de denominá-los e em três matérias aparecem três (03) formas diferentes associadas ao termo “adolescente”.

No Jornal da Manhã verifica-se que os termos “adolescente” e “menor” aparecem em cinco (05) matérias, em uma (01) matéria utilizam para denominar o adolescente de infrator, jovem e menino. A quantificação associada ao termo “adolescente” possui seis (06) matérias com apenas uma (01) associação, três (03) matérias utilizam duas formas e apenas uma (01) matéria utilizou três (03) termos diferentes.

As denominações atribuídas pelos jornais aos adolescentes permitem verificar como o mesmo repórter retrata este adolescente nos casos de violência. Observa-se que o termo pode variar de acordo com o tipo de violência cometida, isto é, quanto mais violento o ato infracional, ou um ato que possa repercutir socialmente, mais pejorativa é a forma de denominar os adolescentes. Para Moscovici, o ato de nomear e colocar um nome em alguém possui um significado importante em nossa sociedade. A partir do momento que denomino algo “[...] nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas [...]”. (2003, p. 66).

As representações sociais circulam, se encontram e expressam o pensamento, as crenças e valores atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno da violência.

Assim, pela forma de se conceber esse adolescente, é que se pode, também, além do processo de ancoragem, que visa a tornar o não-familiar em familiar, observar o processo de objetivação (construção seletiva, esquema figurativo e naturalização). Este processo de objetivação ocorre nos jornais quando estes denominam o adolescente a partir da construção seletiva, isto é, atribui a ele uma forma de classificar, selecionando alguns aspectos que estabeleçam o seu reconhecimento na realidade. Já o esquema figurativo, advém da sociedade que possui termos já específicos de denominar o adolescente e que são socialmente aceitos. A naturalização é quando o termo ou aspecto se naturaliza e passa a fazer parte da realidade dos sujeitos, conforme as matérias:

Cerca de 44 gramas de maconha foram apreendidas na manhã de ontem. A droga estava com dois **adolescentes** (grifo nosso) de 16 e 17 anos no bairro Ronda, Ponta Grossa. Junto foi apreendido um celular com mensagens solicitando entrega das drogas. Os **menores** (grifo nosso) foram conduzidos à delegacia do adolescente. (Jornal Diário dos Campos, 04 de outubro de 2011).

Uma **quadrilha** (grifo nosso) foi presa na noite de ontem com mais de 10 quilos de drogas na Vila Madureira, em Ponta Grossa. Em atuação da equipe Canil da Polícia Militar, com apoio da Agência Local de Inteligência, um maior de idade e outros três **menores** (grifo nosso) foram capturados próximo à Rua Visconde de Porto Alegre, e encaminhados à 13ª Subdivisão Policial. Com eles, foram apreendidos quase oito quilos de maconha, mais de um quilo de cocaína, além de crack e haxixe. Também foram encontradas uma pistola 380, uma garrucha calibre 22 e um revólver calibre 32. Eles seriam interrogados durante a madrugada. (Jornal da Manhã, 01 de abril de 2011).

Compreende-se que, na primeira matéria, do Jornal Diário dos Campos, a denominação dada aos adolescentes remete ao termo menor, já na segunda, a matéria do Jornal da Manhã, a ancoragem está na classificação de quadrilha, seguida pelo termo: “menores”. As diferentes formas de denominar o adolescente se tornam objetivadas a partir de uma forma de designá-los. Esta forma, muitas vezes, já possui uma aceitação na sociedade e, por fim, naturaliza-se ou está naturalizada.

Esta representação é utilizada, dessa maneira, como uma ancoragem, possibilitando que a familiaridade se torne o elemento central. Os jornais, embora utilizem a denominação de “menor”, tendo como referência a idade, o fazem, entretanto, no intuito de utilizarem de um termo que é carregado de ideologias, o qual é associado à criminalidade e à violência. Subjetivamente, pode-se associar a compreensão que remete ao Código de Menores, e ainda embasar a compreensão desses seres - a criança e o adolescente - na lógica da Doutrina da Situação Irregular e não na Doutrina de Proteção Integral estabelecida pelo ECA.

Além da ancoragem, as prescrições são outro elemento que possibilita a compreensão das representações sociais nos jornais. Para Moscovici (2003), as prescrições são uma estrutura que determina o que pensar e de uma tradição que decreta como pensar. As prescrições e a tradição instigam a pensar em elementos que são previamente estabelecidos e culturalmente aceitos. Porém, as representações sociais não são apenas uma estrutura social, ou formas de comportamento; muitas vezes, uma representação condiciona ou responde a elas. Explica Moscovici (2003) que as representações sociais detêm este caráter dinâmico, e, portanto, mesmo que ela tenha origem no coletivo, isto é, seja

partilhada por todos. As representações sociais também são reforçadas pela tradição, a qual se constitui uma realidade social, definida por Moscovici como *sui generis*³².

Um sujeito que vivenciou o Código de Menores pode, pela repetição e pelo não acompanhamento das legislações vigentes, compreender o adolescente em conflito com a lei como um menor, trombadinha ou pivete, pois este elemento está estruturado em seu pensamento e poderá ser transmitido para as gerações.

Este fenômeno de prescrições das representações sociais não é individual, mas coletivo, a medida que “[...] elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

É a partir deste processo que, possivelmente, o leitor poderá utilizar as representações sociais que já possui sobre uma determinada situação anterior de violência para fazer o reconhecimento quando tiver o contato com uma nova notícia. Quem pratica tal ato, portanto, é o menor, o bandido, o garoto. Estes pertencem a um determinado grupo já estabelecido pela violência em que estão envolvidos e que se distingue dos demais.

Na matéria seguinte, observa-se que, além das denominações mais recorrentes quando se tratados adolescentes, o nome e o apelido são referendados:

A polícia foi acionada e perseguiu os **bandidos** (grifo nosso) até próximo a Carambeí, onde eles foram surpreendidos na altura do trevo do Boqueirão pela polícia local e reagiram atirando. Os policiais reagiram à ação dos **assaltantes** (grifo nosso) e atingiram um dos **criminosos** (grifo nosso). André Felipe do Prado, conhecido como “**Capivara**”, (grifo nosso) tinha 16 anos, foi socorrido, mas não resistiu ao ferimento e morreu num hospital da cidade. (Jornal da Manhã, 01 de dezembro de 2011).

Diante do fato, as equipes abordaram em uma lanchonete localizada naquele bairro, um outro **adolescente** (grifo nosso) de 17 anos, vulgo “**miojo**” (grifo nosso), o qual acabou confessando a autoria do roubo no posto, informando quem seria o outro participante e onde estaria homiziado. (Diário dos Campos, 18 de agosto de 2011).

Os dois jornais locais acabam por violar o ECA, seja na forma de expor estes adolescentes pejorativamente como também no tratamento. Um exemplo seria expor na matéria o apelido do adolescente. O jornal resguarda o nome de

³²Termo de origem latina e que significa: único em seu gênero.

identificação, porém este adolescente pode ser mais conhecido pelo seu apelido do que seu próprio nome. O Art. 143 do ECA prescreve:

Parágrafo Único: Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. (PONTA GROSSA, 2009, p.81)

No editorial do Jornal Diário dos Campos apresenta o título: “O menor infrator” e traz as seguintes exposições:

A violência sem limites. Em meio a tantas situações registradas em nossos dias, muitas ainda são capazes de gerar comoção. Por exemplo, quando um crime como um homicídio é cometido por um menor de apenas 14 anos. A que ponto a sociedade pode chegar. O pior é que o crime resultou na morte de outra criança, de apenas 12 anos. (Diário dos Campos, 18 de janeiro de 2011).

As exposições nos jornais, as quais os sujeitos que partilham as representações sociais, são utilizadas como um referencial, na medida em que o jornal realiza a enunciação e, portanto, “[...] a mídia constrói a realidade, apresenta valores a serem seguidos, monta a pauta de discussão e influi na subjetividade e na definição das pessoas; [...]” (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 58).

Consequentemente, as matérias apresentadas pelos jornais locais ainda utilizam termos que classificam, expõem e que, por algumas vezes, estigmatizam os adolescentes.

3.3.5 Motivações da violência

No Jornal Diário dos Campos as motivações apenas foram visualizadas em 06 matérias, sendo: duas (02) matérias referentes à vingança, duas (02) defesa, uma (01) briga e uma (01) roubo.

O Jornal da Manhã apresentou apenas duas (02) motivações, sendo uma (01) vingança e uma (01) dívida.

A motivação, embora não seja uma categoria que possui representatividade em ambos os jornais, oferece um elemento importante de compreensão do envolvimento destes adolescentes nos atos infracionais. Ao informarem sobre o que motivou determinado ato infracional, os jornais podem realizar uma contextualização, pois oferecem elementos que ajudam na compreensão. Embora a

motivação não justifique o ato, ela possibilita informar qual a relação do ato com os sujeitos envolvidos. Propicia, portanto, a compreensão de que o ato não foi algo isolado, mas deriva de alguma situação, ou seja, uma vingança, dívida, defesa, dentre outros motivos.

Os dois jornais analisados apresentam um número maior de matérias sem identificar as motivações, isto é, a matéria possui apenas a descrição e o enredo da violência e não abordam as suas causas, estas aparecem de forma esporádica. Esta não identificação também predispõe que as matérias não são contextualizadas, não há como saber o que motivou tal violência. A violência é cometida, porém há uma ausência de informações que possam compreender, no sentido da mensagem, o seu contexto.

3.4 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS JORNAIS

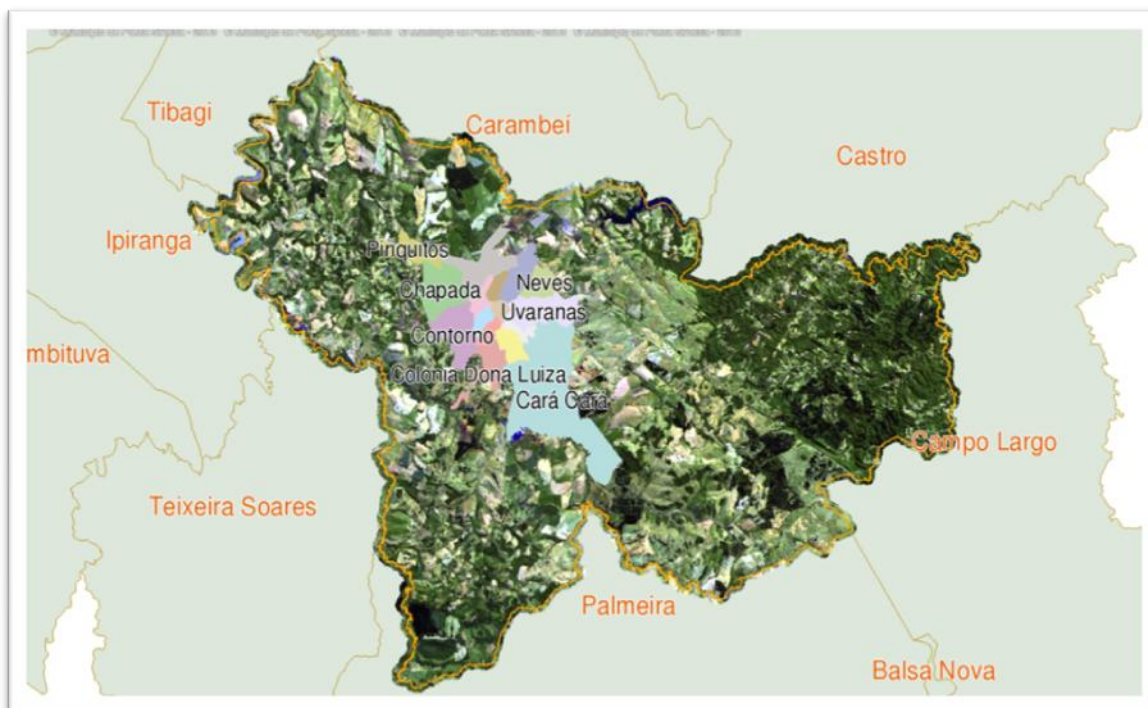
Outra categoria, que possibilita compreender como as matérias são representadas e expostas nos jornais, é a contextualização da violência nos jornais. Como estes jornais contextualizam a violência? Existem aspectos territoriais da violência? Quem são os sujeitos que são chamados para falar sobre este fenômeno? Os jornais utilizam dados? Esta categoria possibilita compreender como as representações sociais podem se ancorar a partir dos sujeitos que são chamados a falar sobre a violência. Ainda a contextualização abrange a necessidade de se verificar nos jornais há discussões sobre a violência, baseadas na utilização de dados.

3.4.1 Território da violência

Neste tópico, busca-se sistematizar os dados referentes ao território onde esta violência é situada e apresentada pelos jornais. Este elemento possibilita compreender o contexto da violência na cidade de Ponta Grossa, e também verifica as localidades e a frequência onde a violência ocorreu. Para tanto, utilizou-se a divisão da cidade de Ponta Grossa a partir do Sistema de Informações Geográficas de Ponta Grossa, que realiza a divisão em oito (8) regiões, abrangendo 16 bairros sendo: Boa Vista, Cara-Cará, Centro, Chapada, Colônia Dona Luiza, Contorno,

Estrela, Jardim Carvalho, Neves, Nova Rússia, Oficinas, Olarias, Órfãos, Piriquitos, Uvaranas e Ronda, conforme o mapa seguinte:

FIGURA 5– Mapa da cidade de Ponta Grossa- divisão dos bairros



Fonte: Disponível em: <http://geo.pg.pr.gov.br/webgis/download.phtml>, 14 de junho de 2013.

Ambos os jornais, Diário dos Campos e Jornal da Manhã, apresentaram matérias com ausência na localização do território da violência. No Jornal Diário dos Campos, 14 matérias não apresentam a localização e no Jornal da Manhã sete (07) matérias também não apresentavam a localização.

No Jornal Diário dos Campos, o território onde se localiza o bairro de Uvaranas apresentou o maior número de registros, sendo nove (09) matérias, em segundo lugar vem o bairro Jardim Carvalho que apresentou oito (08) matérias. Os bairros de Nova Rússia e o Centro ficaram em terceiro lugar com sete (07) ocorrências cada, em quarto lugar está o bairro de Oficinas e o da Ronda com uma (01) ocorrência cada.

No Jornal da Manhã, o território que teve mais registro foi o bairro de Nova Rússia com cinco (05), o Centro apresentou duas (02) ocorrências. Os bairros de Oficinas, Jardim Carvalho, Ronda e Uvaranas apresentaram apenas uma (01) matéria.

Quando a violência é retratada, as regiões variam de um bairro para outro nos jornais, isto é, as matérias apresentadas por um jornal diferem do outro.

A região onde se localiza o bairro de Uvaranas, Jardim Carvalho e Nova Rússia, as quais tiveram o maior número de ocorrências, possuem uma região com uma grande extensão e abrangem uma grande quantidade de vilas. A localização também possui uma função de orientação, à medida que informa a territorialização da violência.

Na tarde desta quinta-feira, um indivíduo roubou aproximadamente R\$160 de uma farmácia no Jardim Carvalho. Segundo informações da Polícia Militar, o homem estava com o rosto coberto e entrou na farmácia com uma arma em punho. Após o assalto, fugiu sentido Vila Liane. (Diário dos Campos, 02 de dezembro de 2011).

Uma quadrilha foi presa na noite de ontem com mais de 10 quilos de drogas na Vila Madureira, em Ponta Grossa. Em atuação da equipe Canil da Polícia Militar, com apoio da Agência Local de Inteligência, um maior de idade e outros três menores foram capturados próximo à Rua Visconde de Porto Alegre, e encaminhados à 13ª Subdivisão Policial. (Jornal da Manhã, 01 de abril de 2011).

Outra questão refere-se ao território da violência que ocorre no perímetro urbano, isto é, em regiões centrais da cidade. Esta aproximação da violência como um elemento que circunda próximo dos sujeitos, também impõe articular formas de combatê-la e, desta maneira, formas de exorcizar o medo. Neste sentido, o discurso de que a violência aumentou, e que se deve ficar em isolamento dentro de casa, nos condomínios, evitando o contato com os espaços públicos, pressupõe determinar uma possível “segurança”. Assim, separando-se e isolando-se de todos aqueles que são considerados socialmente inferiores. Perde-se com isso, no entanto, a noção de que nos espaços é onde ocorre o contato com as pessoas, nos lugares em que a experiência humana é formada, acumulada e compartilhada. (BAUMAN, 2009).

Outra questão observada, a partir dos dados analisados, é que a violência não circunda apenas em locais relativos à pobreza, mas perpassa toda a sociedade. Os bairros, por exemplo, de Uvaranas ou Nova Rússia, não se situam em “bolsões da pobreza”. Portanto, analisar o território da violência também obriga a que se conheça a realidade, desmistificando as representações sociais em torno deste fenômeno.

Outro aspecto da contextualização dos jornais, no que se refere à territorialização, é o pré-conceito existente nos espaços ocupados pelas instituições

que realizam o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, conforme expõe a matéria:

Outra vizinha da unidade comenta que os jovens sempre pulam o muro, andam pelas ruas e até consomem drogas. Maria Cristina revela que sua casa já foi furtada e ela acredita que o crime tenha sido cometido pelos menores infratores. “Muita gente aqui da redondeza reclama desses adolescentes. Eles mexem com as pessoas, jogam pedras nas casas, não respeitam ninguém”, relata. Para Maria Cristina, a solução seria transferir a Casa de Semi-Liberdade para um lugar mais retirado da área urbana. (Diário dos Campos, 24 de março de 2011).

Novamente, nesta matéria, apresenta-se a necessidade de invisibilizar aquilo que pode provocar qualquer espécie de insegurança nos sujeitos. O pré-conceito também se apresenta nesta matéria, pois a busca por culpabilizar os adolescentes pelos delitos locais, a partir da existência da unidade de atendimento (Cense), se torna visível na fala da moradora. Uma alternativa proposta para solucionar o problema consiste em transferir a instituição do território de onde e está localizado. Para Bauman, esta necessidade de separar ou segregar dos espaços públicos, permite “exorcizar” “[...] por algum tempo o espectro apavorante da incerteza, queima-se em efígie o monstro horrendo do perigo”. (2009, p. 37).

E assim, “[...] fazemos discriminação contra um grupo, expressamos não apenas nossos preconceitos sobre essa categoria, mas também a aversão ou desprezo a que eles estão indissoluvelmente ligados”. (MOSCOVICI, 2003, p. 184).

Distinguir entre o “eu” e o “eles” impõe pensar que se está separado, mesmo que imaginariamente, desta violência. Pode-se também supor que há uma separação social entre aqueles que praticam um ato infracional daqueles que estão à mercê desta violência.

Para Santos e Aléssio (2006), o ato de personalizar a causa da violência tem como pressuposto uma cultura individualista, a qual contribui para delegar sempre ao outro aquilo que se torna uma ameaça. Além disso, serve para legitimar a ordem social e distanciar aquilo que pode prejudicar o grupo a que se pertence.

3.4.2 Quem fala sobre a violência nos jornais

As representações sociais presentes nos jornais não podem ser atribuídas apenas aos repórteres que realizam as matérias, mas também aos sujeitos que são co-partícipes do relato: quem são as fontes? Aquele que escreve para o jornal

presenciou o fato? Os especialistas são consultados? Irrefutavelmente, as representações sociais sobre a violência ganham credibilidade a partir da fala dos sujeitos que estão em contato direto com a violência.

Diante desses questionamentos, após a coleta dos dados, verificou-se que em uma mesma matéria pode haver mais de uma referência, isto é, mais de um sujeito pode ter sido consultado. Os dados coletados apontaram que, em ambos os jornais, as notícias são constituídas especificamente pelos discursos policiais, sendo que 28 das matérias do Jornal Diário dos Campos e nove (09) das matérias do Jornal da Manhã focalizam a narrativa policial.

O Jornal Diário dos Campos tem como referência, para falar sobre a violência, em segundo lugar, o delegado e os especialistas em sete (07) das matérias selecionadas a este estudo. Ainda as testemunhas estão presentes em cinco (05) matérias, as matérias que não apresentaram nenhuma referência também são cinco (05) e outros sujeitos em duas (02) matérias.

No Jornal da Manhã, os dados assemelham-se ao Jornal Diário dos Campos: nove (09) das matérias apresentam a polícia como principal referência. Três (03) matérias não apresentaram nenhuma referência, seguida pela referência das testemunhas, especialistas e outros (sem uma definição de fonte) em duas (02) matérias.

Os sujeitos, que são utilizados para referenciar as notícias dos jornais, também possuem representações sociais que são apropriadas e reproduzidas pelos sujeitos que escrevem as matérias. Ao fomentar, ou publicar estas representações, permitem que outros sujeitos se orientem, compartilhem e reproduzam aquilo que é pronunciado pelo jornal como aponta a matéria:

Segundo o tenente Adair Aparecido Zem, da Polícia Rodoviária Estadual, a falta de punição aos menores contribui para esta prática. 'Tendo em vista que a responsabilidade para um menor de idade é menor e a punição também é mais branda é muito mais fácil recrutar um adolescente para o transporte da droga. É algo muito comum, infelizmente. Além disso, mesmo que tenha adultos dentro do carro, por exemplo, geralmente tem um adolescente que assume a posse da droga, já que a pena é mais branda', afirma o tenente. (Jornal da Manhã, 23 de julho de 2011).

Nesta matéria é visível que as representações sociais tomam como referência a impunidade. Embora não seja a fala de quem compõe o jornal, salienta-se, esta é a fala de alguém a quem o jornal atribui autoridade para tratar do tema,

isto é, o repórter. Para Novo (2006) a ação do sujeito é dada não apenas por suas representações, mas pelas representações sociais que ele compartilha com os demais sujeitos por meio das relações sociais.

A fala do policial reforça os discursos em torno da maioria penal como solução para deter os avanços da violência. A compreensão que se possui a partir da fala do policial é que há uma falta de punição, e quando são aplicadas as medidas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei, elas são brandas. Esta forma de representar o atendimento socioeducativo contribui para reforçar alguns mitos, entre eles: a ineficiência do ECA, o aumento da “violência” envolvendo os adolescentes, reincidências do ato infracional e de que a maioria penal resolverá o problema da violência no país.

Outras perspectivas, em torno da violência envolvendo os adolescentes, ganham visibilidade mediante a fala de quem é referenciado para tratar sobre esta questão e impõe novamente uma periculosidade:

O delegado Leonardo Carneiro diz que muitos adolescentes praticam crimes, geralmente, sob influência de substâncias entorpecentes. ‘Independente da idade, as drogas – em especial o crack – transformam as características da pessoa, deixando-a mais destemida e agressiva’, explica. ‘Há muitos menores de 18 anos envolvidos em furtos e roubos, e com participação efetiva também em homicídios’, ressalta autoridade. Dados divulgados em julho mostravam que 35% dos adolescentes internados no Centro de Socioeducação (Cense) de Ponta Grossa respondiam por homicídio. ‘Em algumas situações, o adolescente acaba sendo até o mais violento da quadrilha’, comenta. (Jornal Diário dos Campos, 27 de novembro de 2011).

A partir deste trecho personalizado, que expõe as representações sociais presentes na fala do delegado, é que se observa o superdimensionamento na periculosidade atribuída ao adolescente, este é passível de ser criminalizado, pois o jornal utiliza como referência o delegado para fundamentar as informações. Outra matéria traz a fala do delegado, responsável pela Delegacia do Adolescente, com o subtítulo “Análise”, e visando a explicar como a violência ocorre na cidade de Ponta Grossa, o trecho da matéria registra:

Para ele, a realidade em Ponta Grossa não é tão grave quanto apontam os números do Cense. ‘Com a construção do abrigo, a cidade recebeu adolescentes de altíssimo grau de periculosidade. Vieram de Foz do Iguaçu, Paranavaí, Londrina e outras cidades, alguns com histórico de latrocínio’, analisa. Porém, ele diz que depois que esses meninos são soltos – eles podem ficar internados por, no máximo, três anos – acabam ficando em Ponta Grossa. ‘Eles já não tinham um vínculo familiar e, depois de libertados, acabam ficando na cidade. Isso compromete a situação local,

pois eles difundem técnicas criminais, ou seja, uma contaminação, assim como ocorre nos presídios'.(Diário dos Campos, 17 de julho de 2011).

A periculosidade é enfatizada no adolescente, compreendendo-se a violência enquanto uma contaminação, um caso de doenças semelhante aos acontecimentos em 2012, que repercutiram em todo o país com o discurso e as práticas utilizadas na ação de desocupação da Cracolândia³³ em São Paulo. Com o objetivo de continuar com a revitalização dos espaços ocupados pelos usuários de droga, o governo daquela cidade, em conjunto com a polícia civil, tratou os usuários de drogas como um caso de polícia, de segurança pública, e não de saúde pública.

A compreensão da violência perpassa o significado de contaminação e de uma escola do crime que possibilita ensinar outros, disseminando, ainda mais, a violência, a partir da fala do delegado: “[...] ‘pois eles difundem técnicas criminais, ou seja, uma contaminação, assim como ocorre nos presídios’”. É a partir dessas exposições personificadas que se pode compreender como as representações sociais possibilitam ancoragem entre os sujeitos. A violência é tratada como um elemento que não pertence ao espaço local, isto é, a cidade, sendo transferida para outros espaços e outros sujeitos.

Bauman (2009) define o estrangeiro como sendo alguém cuja ação é guiada por intenções que podem ser deduzidas, jamais adivinhadas. Deste modo, compartilhar os mesmos espaços com estes estrangeiros supõe viver em uma constante ansiedade. O medo nas sociedades modernas está relacionado com medo dos crimes e criminosos, por isso suspeita-se daqueles que não são como iguais. A necessidade de conter a violência também é apresentada nesta matéria que compõe o editorial do jornal:

O fato ocorrido em Ponta Grossa neste final de semana remete à discussão da redução da maioridade penal, ou seja, a idade com que os adolescentes podem ser processados pela Justiça comum. Conforme a lei, somente após os 18 anos um adolescente pode ser processado. Especialistas acreditam, entretanto, que a redução da idade criminal poderia ajudar a combater a criminalidade. (Diário dos Campos, 18 de janeiro de 2013).

Esta matéria, além de reforçar a utilização do termo “menor”, também apresenta algumas representações sociais sobre o adolescente. Novamente, o mito da impunidade é associado ao da imputabilidade penal. Ainda os especialistas são

³³A Cracolândia se refere a uma região central de São Paulo conhecida pelo uso e tráfico de drogas. Este termo deriva do *crack*, droga utilizada pelos usuários neste local.

referenciados para reforçar que a redução da idade penal pode contribuir para combater a criminalidade.

Verifica-se que, a partir dos sujeitos que são consultados para falar sobre a violência, também se condensam seus temores. Pode-se verificar as representações sociais, que permeiam o temor da violência, e sua ampliação na sociedade, conforme a fala de um especialista:

‘Vivemos um clima de comoção social, é preciso colocar limites em algumas situações. A ideia não surge de uma pessoa e precisamos avançar nessa proposta, para o bem de todos’, declara. Segundo ele, a violência, especialmente em relação aos adolescentes, está aumentando, e cita o caso desta sexta-feira como exemplar. (Jornal Diário dos Campos, 11 de dezembro de 2011).

O caso citado nesta matéria refere-se ao acontecimento do tiroteio ocorrido na região de Uvaranas, em um bar que era assiduamente frequentado por jovens, na sexta-feira do dia 09 de dezembro de 2011, expõe:

Na madrugada de sexta-feira, quatro pessoas foram baleadas durante tiroteio na frente de um bar, no Bairro Uvaranas, em Ponta Grossa. O jovem Adriano Pereira Diogo, 22 anos, morreu horas depois, no hospital. Os demais feridos foram um rapaz de 24 anos e duas adolescentes de 16. Nenhum deles correr risco de morte.(Jornal Diário dos Campos, 11 de dezembro de 2011).

A partir dos fragmentos apresentados, observa-se que a tônica da matéria está em reforçar que o aumento da violência está associado aos adolescentes. Por isso, cita como exemplo a violência ocorrida na sexta-feira. Entretanto, a mesma não foi praticada por um adolescente, mas por um jovem de 22 anos. Compreende-se que o envolvimento de adolescentes no ocorrido é de vítimas, e não de possíveis agressores.

O medo da violência na sociedade, portanto, adquire uma maior dimensão a partir de atos violentos que ocasionem um impacto social. Este impacto social depende também da visibilidade e espetacularização produzidas pelos jornais. As representações sociais produzidas nas matérias dos jornais são orientadas pelos sujeitos que escrevem e, portanto, pelas representações que estes possuem.

O processo de seleção e escolhas de elementos para escrever a notícia é um produto latente das representações sociais, à medida que aquilo que é narrado, informado e exposto ao contato de todos, torna-se um modelo, fornecendo uma orientação, determinando aquilo que é lícito, tolerável e aceito na sociedade.

O medo da violência torna-se um elemento constante no cotidiano. Não se pode sair mais à rua, deve-se cuidar dos bens, fechar-se nas casas e circuncidar com toda a segurança possível, sendo esse medo um consenso cada vez mais presente na sociedade. O medo está em todos os lugares, em todos os espaços, faz parte, subjetivamente, da existência humana no atual contexto.

O medo que está em toda parte tem sua gênese, muitas vezes, não efetivamente por alguma violência vivenciada, mas conforme ressaltou Michaud, o que efetivamente “[...] conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo e o que a mídia deixar ver.” (1989, p. 49-50).

Constata-se a construção de uma imagem negativa do adolescente, como um sujeito que possui uma natureza violenta, conforme também referencia-se nesta matéria: “‘Existe a suspeita de que três pessoas tenham participado da morte de Célio. ‘E os três acusados, incluindo o adolescente, são perigosos’, comentou o soldado.” (Diário dos Campos, 26 de julho de 2011).

Compreende-se que o discurso reproduzido na sociedade, a partir da suposta ineficiência do Estatuto da Criança e do Adolescente, aliada às discussões em torno da imputabilidade penal, adquirem legitimação à medida que os representantes da polícia reforçam a periculosidade do adolescente nos atos infracionais.

O desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é uma das grandes questões que gera uma interpretação errônea. Após vinte e dois anos de implementação, predomina, ainda, na sociedade uma reiterada visão de que o ECA não pune, não educa, não impõe limites, sendo que a visão punitiva, autoritária e coercitiva impera ainda na sociedade, e é uma perspectiva que precisa ser enfrentada.

3.4.3 Dados utilizados para contextualizar a violência

Os jornais apresentaram uma escassez no que se refere aos dados estatísticos. Em ambos os jornais, 93% das matérias não possuem referência a dados, apenas 06% das matérias apresentou alguma abordagem dos dados. Deste modo, as matérias que apresentam as discussões com dados sobre a violência

possuem uma menor incidência nos jornais. Novamente, verifica-se que as matérias apenas descrevem a violência, e não intentam contextualizá-la.

Para a utilização de referências, os dados apresentados advêm da Secretaria de Direitos Humanos, Situação Mundial da Infância, Mapa da Violência e os dados policiais presentes nas delegacias. Entretanto, no que se refere às matérias sobre a violência, envolvendo os adolescentes, os dados são esporádicos.

A falta de contextualização nas matérias sobre a violência reflete incisivamente nas formas de representar a violência. A partir dessas carências na forma de retratar a violência, algumas questões também são prejudicadas. Entre elas, a possibilidade de informar de forma qualitativa os leitores. De acordo com a ANDI (2012), os jornalistas devem consultar as legislações e citá-las, possibilitando dar um acompanhamento ao processo jurídico que envolve o adolescente, desmistificando-se, assim, a impunidade.

Além disso, os profissionais que compõe os jornais exercem um papel fundamental – que é o de levar aos cidadãos informações, pois “[...] é por meio da imprensa que a população toma conhecimento de serviços de relevância pública ou de direitos fundamentais.” (ANDI, 2012, p. 57). Este caráter informativo contribui para que os sujeitos possam reivindicar seus direitos, bem como conhecê-los.

Para Guareschi e Biz (2005), há dois aspectos centrais sobre o papel do jornalista. O primeiro refere-se à consciência crítica que este profissional deve ter. O segundo seria a liberdade deste profissional e a quebra dos monopólios privados e públicos. Outro apontamento realizado pelo autor refere-se à necessidade de que os jornalistas devem conhecer a realidade social, pois de acordo com Guareschi e Biz “[...] a neutralidade é impossível. A objetividade é sempre limitada. E a própria parcialidade nunca é totalmente superada.” (2005, p. 83).

A contextualização das matérias possibilita ainda o agendamento de temas relevantes para a agenda pública, isto é, a partir daquilo que são abordado pelos jornais, estes podem mobilizar o poder público, sociedade civil e os demais atores sociais para enfrentar ou dar respostas a questões sociais em foco, no caso deste estudo, a violência.

3.4.4 Análise comparativa das matérias nos Jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã.

A partir da análise das categorias, verificou-se que os jornais locais apresentaram semelhanças ao retratar a violência envolvendo os adolescentes em conflito com a lei.

É importante especificar que estes jornais possuem diferenças contextuais, isto é, o modo de realizar as reportagens e conduzir as matérias. Deste modo, o Jornal Diário dos Campos, realiza um jornalismo convencional, é o jornalismo que produz a informação, baseado na verdade e objetividade. O Jornal da Manhã, em contrapartida, realiza um jornalismo voltado para o público, isto é, os sujeitos são os responsáveis por definir os temas, e, portanto, pautar o debate, conforme expõe Rodrigues³⁴:

[...] aqui no jornalismo público praticado pelo Jornal da Manhã, a gente tenta inverter um pouco essa lógica, a comunidade pauta os assuntos que o Jornal da Manhã deve abordar. Então o Jornal da Manhã trabalha com, a partir dos interesses dos seus leitores, da comunidade, dos cidadãos. (AQUI NO JORNALISMO..., 2012).

E, embora conceitualmente, apresentem diferenças na maneira de realizar a abordagem das matérias, quando se trata de retratar a violência, ambos os jornais apresentam, contextualmente, semelhanças. A seguir, é apresentado um quadro comparativo das categorias analisadas nos jornais:

QUADRO 5- Análise comparativa dos jornais locais		
Categorias	Jornal Diário dos Campos	Jornal da Manhã
Número de matérias	Apresentou 47 matérias.	Apresentou 18 matérias.
Seção	Possui seção específica- Polícia.	Não possui seção específica.
Gênero	A maioria das matérias prevaleceu a notícia.	Apresentou a nota como gênero das matérias.
Imagens	Número inferior de imagens apresentou o cenário, cenas de forte impacto.	Número inferior de imagens apresentou o cenário.
Conotação da mensagem	Relacionada a mensagens da narrativa policial.	Relacionada a mensagens da narrativa policial.
Conteúdo da Mensagem:	Matérias relacionadas a ato	Matérias relacionadas a ato

³⁴ Vídeo institucional do Jornal da Manhã, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EnJrwtbDKJk>. Acesso em 01 de dezembro de 2012.

	infracional.	infracional.
- Elementos que propõe ancorar a violência		
• Linguagem (comover o leitor)	Utilizada pelo jornal.	Utilizada pelo jornal.
• Policia	Utilizada pelo jornal.	Utilizada pelo jornal.
• Aumento da violência	Utilizada pelo jornal.	Utilizada pelo jornal.
• Suposições	Utilizada pelo jornal.	Utilizada pelo jornal.
• Denominações atribuídas ao adolescente	Utiliza o termo – adolescente, associado a outros termos.	Utiliza o termo – adolescente e menor, associado a outros termos.
Contextualização da violência		
• Território	Ausência de informações referente ao território, quando é citada a região de Uvaranas.	Ausência de informações referente ao território, quando é citada a região de Nova Rússia.
• Quem fala sobre a violência?	Os policiais, seguidos pela figura do delegado.	Os policiais, seguidos pela figura da testemunha e ausência de referenciais.
• Dados utilizados sobre a violência	Pouca contextualização	Pouca contextualização

A partir deste quadro, observa-se que a diferença reside no número de matérias veiculadas pelos dois jornais. Esta diferença influencia em outra questão que é a prioridade dada à abordagem da violência.

As aproximações entre ambos os jornais demonstram que a violência é discutida e representada a partir de elementos semelhantes. Estes elementos podem ser compreendidos a partir da Teoria das Representações Sociais. Os processos de familiarização, objetivação e ancoragem têm, em ambos os jornais, formas de representar e discutir esta violência.

A pouca presença de dados para referenciar as matérias também possibilita compreender que as representações sociais atuam no espaço consensual, permitindo que as representações sociais individuais, e que são compartilhadas pelos sujeitos, adquiram uma representatividade na sociedade.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender como os jornais locais: Diário dos Campos e Jornal da Manhã representam e discutem as matérias referentes à violência praticada pelos adolescentes, a partir do ato infracional, na cidade de Ponta Grossa- Paraná.

A reconstrução do objeto de estudo – as representações sociais nos jornais: Diário dos Campos e Jornal da Manhã em relação à violência envolvendo os adolescentes – estabeleceu, de acordo com as análises dos dados, que os jornais locais apresentam as matérias de forma descontextualizada, implícita de valores e que não busca discutir questões referentes às causas da violência entre os adolescentes em conflito com a lei.

As representações sociais, em torno das discussões sobre a violência envolvendo os adolescentes, demonstram uma confusão conceitual onde situações que se caracterizam como um ato infracional, não envolvendo atos violentos, são trazidas, discutidas e impostas como uma violência.

As matérias são escritas, na sua grande maioria, baseadas nos relatos policiais, relatos estes que são supervalorizados. Portanto, em algumas matérias, as representações sociais dos policiais também se condensam com as representações dos jornalistas, pois estas são reproduzidas. A relação entre a polícia e adolescentes em situação de violência é aproximada, possibilitando-se pensar esta relação como um caso de polícia na maioria das vezes. Esta forma de representação acaba por limitar a compreensão dos leitores, que muitas vezes, direcionam toda a culpabilidade pelo ato cometido aos adolescentes. Assim, exclui do contexto o debate em torno das situações que esses adolescentes também vivenciaram, sobretudo se foram vítimas de violências. Entre estas, a violência estrutural que incide na condição de negação dos direitos, acessos e da efetividade da cidadania. Portanto, os jornais ao centralizarem a responsabilidade da violência no adolescente, ou na sua família, acabam por ocultar o papel do Estado, o qual, em raras exceções, é apresentado no debate.

As representações sociais nos jornais locais reforçam, ainda, o aumento da violência na cidade de Ponta Grossa, sendo que este aumento é atribuído, em grande parte, aos adolescentes. A partir da apresentação dos dados, verificou-se

que as matérias relacionadas ao ato infracional violento é inferior ao número de matérias analisadas.

Verifica-se que os especialistas, enquanto sujeitos que podem discutir sobre o assunto, e que compõem o espaço reificado, legitimam, muitas vezes, o discurso da violência, isto é, da periculosidade e do aumento da violência relacionando aos adolescentes. Assim, reforçam as representações sociais que circulam no espaço consensual, impondo a violência como algo inato nos adolescentes e descontextualizando-a, fato que desconhece violência como um fenômeno presente na sociedade.

Evidenciou-se que a tônica das matérias se apresenta nas suposições dos jornalistas diante dos atos infracionais em sugerir, inquirir e atribuir uma causa, buscando mostrar o adolescente como o mentor da violência.

Entende-se a necessidade de qualificar as informações, isto é, os jornalistas devem conhecer as legislações sociais para fomentar as discussões referentes à violência, e também aos adolescentes em conflito com a lei.

Ao referenciar o adolescente, os jornais ainda utilizam o termo “menor” e mantêm-se, intrinsecamente, arraigados à cultura menorista, a qual ainda não reconhece o adolescente enquanto sujeito em desenvolvimento, culpabilizando aqueles em situação de pobreza, e que, em qualquer “circunstância”, estejam passíveis de serem criminalizados.

Percebe-se que as situações que envolviam os adolescentes em ato infracional, sejam estas no contexto de violência, ou não, denotam que as representações dos jornais visam, em algumas circunstâncias, legitimar as ações de violências contra os adolescentes.

A linguagem, enquanto um instrumento de comunicação, também está presente nas narrativas das matérias dos jornais. Estas exprimem um sentido de percepção, de valor, de como os sujeitos apreendem os acontecimentos, e portanto, têm o potencial de dimensionar, conforme queiram denotar, como se pensar essa violência, esse adolescente.

Ao analisar estes dois veículos de comunicação local, percebe-se que, em referência às representações sociais sobre a violência, ambos os jornais possuem características semelhantes no tratamento das matérias jornalísticas. A diferença apenas reside na priorização pelo tema da violência, a qual é visível no Jornal Diário dos Campos em contrapartida ao Jornal da Manhã.

A proposta inicial desta pesquisa, a de compreender as representações sociais a partir dos jornais locais, foi alcançada. Este alcance tem como aporte as referências teóricas utilizadas, e também as matérias dos jornais contribuíram para a compreensão de como esses veículos de informação e comunicação representam e discutem as matérias. Além disso, as relações entre os diferentes sujeitos que se relacionam com este fenômeno foram desveladas.

Em uma passagem do seu livro, Moscovici (2003, p. 178) expõe, de uma maneira simples, como as representações sociais se expressam. De acordo com ele, quando uma pessoa adora uma planta ou um animal, pode estar em um estado de ilusão. Porém, quando todos em conjunto reconhecem, partilham e orientam o seu grupo a partir dessa perspectiva, institui-se uma realidade social.

A partir disto, compreende-se que a relação dos sujeitos que compõem os jornais e dos sujeitos, que de algum modo, têm contato com estas representações sociais constitui-se em uma realidade social. Esta realidade social sofre cotidianamente várias determinações sócio-históricas, e esta pesquisa retratou apenas um momento destas expressões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília, UNESCO: BID, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012. 192 p.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 328 p.

ALMEIDA, L. Adolescentes 'expulsam' crianças de parquinho. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 17 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/cidades/adolescentes-expulsam-criancas-de-parquinho-47992/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Regente questiona reportagem do DC. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 23 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/cidades/adolescentes-expulsam-criancas-de-parquinho-47992/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

ANDI. **Juventude atrás das grades: A realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil**. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/juventude-atras-das-grades-a-realidade-dos-adolescentes-em-conflito-com-a>. Acesso em: 30 de novembro de 2012. 136 p.

_____. **Bala perdida: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência**. Editado pela ANDI, 2001. 51 p.

ANTONELLI, D. PM prende Quadrilha com mais de 10 quilos de drogas. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 01 de abril de 2011. Disponível em: <<http://jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,7450,01,04,pm-prende-quadrilha-com-mais-de-10-quilos-de-drogas.shtml>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Polícia detém suspeito de crime em PG. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 26 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,11151,26,07,policia-detem-suspeito-de-crime-em-pg.shtml>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Drogas apreendidas em operação somam R\$ 70 mil. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 02 de abril de 2011. Disponível em: <<http://jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,7491,02,04,drogas->

[apreendidas-em-operacao-somam-r\\$-70-mil.shtml](#)>. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

_____. Tráfico de drogas recruta adolescentes. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 23 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,11058,23,07,trafico-de-drogas-recruta-adolescentes.shtml>>. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

_____. Taxa de homicídio tem redução de 29% em PG. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 09 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,10503,09,07,taxa-de-homicidio-tem-reducao-de-29-em-pg.shtml>>. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

ARCOVERDE, A. C. B. Manifestações da Questão Social no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. O. (Org.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos em representações sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 299 p.

ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272 p.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 94 p.

BONATTO, M. Violência urbana, tolerância zero. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 25 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/42,12714,25,09,violencia-urbana-tolerancia-zero.shtml>>. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

BONFIM, Z. Á. C.; ALMEIDA, S. F. C. de. Representação Social, Conceituação, Dimensão e Funções. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, V. 9, V. 10 (1/2), Janeiro/Dezembro, p.75-89, 1991/1992.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2º edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 244 p.

CORREIA, J. C. **Teoria e Crítica do discurso noticioso**: Notas sobre o Jornalismo e as representações sociais. Universidade da Beira Interior, Livros LabCom 2009. 195 p.

DA REDAÇÃO. Garota de 16 anos é estuprada. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 21 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/garota-de-16-anos-e-estuprada-41633/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Editorial. O menor infrator. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa 18 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/blogs/editorial/o-menor-infrator-1137/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2012.

Editorial. Adolescência vulnerável. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa 26 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/blogs/editorial/adolescencia-vulneravel-1489/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2012.

_____. PM recupera duas motos e prende autores de roubo a posto de combustível. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 18 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/pm-recupera-duas-motos-e-prende-autores-de-roubo-a-posto-de-combustivel-46894/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

DA REDAÇÃO 2. Suspeita recai sobre três adolescentes. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 01 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,12966,01,10,mais-uma-residencia-e-incendiada-em-bairro-de-ponta-grossa.shtml>>. Acesso: 14 de janeiro de 2012.

_____. Editorial O toque de recolher e o direito de ir e vir dos adolescentes. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 29 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/espaco%20publico/42,14167,29,10,o-toque-de-recolher-e-o-direito-de-ir-e-vir-dos-adolescentes.shtml>> Acesso em: 14 de janeiro de 2012

_____. Adolescente mata criança a facadas. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 18 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://newsletter.vamoslerjornaldamanha.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,5647,18,01,adolescente-mata-crianca-a-facadas.shtml>>. Acesso: 24 de setembro de 2012.

_____. Rapaz morre esfaqueado. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,14983,18,11,confronto-entre-grupos-rivais-acaba-em-morte-de-rapaz.shtml>>. Acesso em 24 de setembro de 2012.

FARIAS, E. Schirlo propõe toque de recolher para menores de 16 anos em PG. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 29 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,14183,29,10,schirlo->

[propoe-toque-de-recolher-para-menores-de-16-anos-em-pg.shtml](#)>. Acesso em 14 de Janeiro de 2012.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. 280-303 p.

FREIRE, S. M.; CARVALHO, A. S. **Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3944/3208>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

FROMM, E. **Anatomia da destrutividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 665 p.

GALINKIN, A. L. A (des)construção da pessoa e da violência. In: ALMEIDA, A. M. O. (Org.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 299 p.

GUARESCHI, P.; CARDENAS, M; HERNANDEZ, A. (Org.). Representações sociais em movimento: em psicologia do ativismo político. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010.

_____. BIZ, O. Mídia & Democracia. Porto Alegre, P. G/O.B, 2005.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Ponta Grossa**. Dezembro, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84000&btOk=ok>. Acesso em: 02 de janeiro de 2013.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61566294/Representacoes-Sociais-Cap-01-Jodelet>> Acesso em: 23 de setembro de 2012.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. GUARESCHI, Pedrinho A.; _____. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 322 p.

LAVORATTI, C.; COSTA, L. C. Considerações sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Programa de capacitação permanente na área da infância e da adolescência: O germinar de uma experiência coletiva**. 2007. 207-218 p.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1999. 108 p.

MARKOVÁ, I. Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis, Vozes, 2006. 309 p.

MARTINS, M. Da Redação. Assaltantes são presos após roubo a posto de gasolina em PG. **Jornal da Manhã**, Ponta Grossa, 19 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,11459,19,08,assaltantes-sao-presos-apos-roubo-a-posto-de-gasolina-em-pg.shtml>>. Acesso em 25 de setembro de 2012.

MENDES, A. P. M. S. **Narrativas de vida**: reflexões sobre juventude, violência e gênero a partir de histórias de jovens inseridas no programa PEMSE – Ponta Grossa – PR. 2012, 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

MICHAUD, Y. **A Violência**. Editora Ática, São Paulo, 1989. 116 p.

MILLÉO, A. Polícia apreende drogas com menores. *Jornal Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 04 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.diariodosc Campos.com.br/policia/noticias/48854/?noticia=policia-apreende-drogas-com-menores>>. Acesso em 14 de janeiro de 2012.

MINAYO, M. C. de S. A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, julho/ setembro de 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1990000300005>. Acesso em: 28 de julho de 2012.

_____. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. (Tese de doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1999.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003. 404 p.

MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 306 p.

MUNHOZ, D. E. N. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Revista Emancipação**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Serviço Social, Ponta Grossa: Editora UEPG, V. 6, n° 1, 15-32 p. 2006.

MUSUMECI, L. Estatísticas de segurança para que serve e como usá-las. In: RAMOS, S.; PAIVA, S. R. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 192 p.

NOVO, H. A. De fatos e espetáculos: o imaginário social sobre a violência na Grande Vitória-ES. In: ALMEIDA, A. M. O. (Org.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 299 p.

ORDAZ, O.; VALA, J. Objetivação e ancoragem das representações sociais o suicídio na imprensa escrita. In: MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 306 p.

PARANÁ. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- **Legislação Social: instrumento e garantia de direitos**. Curitiba, 2004. 252 p.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- **Legislação Social: instrumento e garantia de direitos**. Curitiba, 2004. 252 p.

_____. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Secretaria de Estado da Infância e Juventude. Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriodegestao2003-2010.doc> Acesso em 30 de novembro de 2012.

_____. Ministério Público do Paraná. SINASE perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1198>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2012.

POLÍCIA. Adolescente de 14 anos conduz carro e se envolve em acidente. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 19 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/adolescente-de-14-anos-conduz-carro-e-se-envolve-em-acidente-52276/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2012.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponta Grossa. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ponta Grossa, 2009. 143 p.

QUEIROZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. **Caderno CERV. Textos 3**, 2ª série. 13-29 p. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

RAMOS, S.; PAIVA, S. R. **Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 191 p.

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. Fontes sobre a infância: diagnóstico de fontes e informações sobre a criança e o adolescente. 1º edição. São Paulo, FTD, 2012.

SÁ, C. P. **Núcleo Central das representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 190 p.

SANTOS, M. F. S.; ALÉSSIO, R. L. S. De quem é a culpa? Representações sociais de pais das zona urbana e rural sobre adolescência e violência. In: ALMEIDA, A. M. O. (Org.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 299 p.

SANTOS, E. 35% dos internos do Cense cumprem medida por homicídio. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 17 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/noticias/45479/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Abrigo para jovens infratores perturba moradores de PG. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 24 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/abrigo-para-jovens-infratores-perturba-moradores-de-pg-40408/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Rapaz é morto com golpes de canivete. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 02 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/rapaz-e-morto-com-golpes-de-canivete-47480/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Adolescente com arma e droga é apreendido. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 21 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/adolescente-com-arma-e-droga-e-apreendido-52331/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

_____. Adolescente mata outro com facada. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/adolescente-mata-outro-com-facada-51116/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

_____. Adolescentes confessam furto de motos em PG. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 14 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/adolescentes-confessam-furto-de-motos-em-pg-45333/>>. Acesso em 24 de setembro de 2011.

_____. Adolescentes são 25% das vítimas de homicídio. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 27 de novembro de 2011. Disponível em:

<<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/adolescentes-sao-25-das-vitimas-de-homicidio-51489/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

_____. Dois carros capotam em Ponta Grossa. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 23 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/dois-carros-capotam-em-ponta-grossa-52433/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2012.

_____. Familiares de Adriano Diogo fazem protesto. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 14 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/familiares-de-adriano-diogo-fazem-protesto-52113/>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2012.

_____. Ladrão atira em supermercado. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 01 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/ladrao-atira-em-supermercado-39682/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

_____. Número de homicídios aumenta 27,7% em Ponta Grossa. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 07 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/numero-de-homicidios-aumenta-277-em-ponta-grossa-37947/>>. Acesso em 23 de setembro de 2012.

_____. Morre homem baleado; polícia suspeita de homicídio. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 26 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/morre-homem-baleado-policia-suspeita-de-homicidio-45853/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

_____. Homem é executado com tiro na cabeça. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 09 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/homem-e-executado-com-tiro-na-cabeca-50749/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

_____. Adolescente com arma e droga é apreendido. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 21 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/adolescente-com-arma-e-droga-e-apreendido-52331/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

_____. Gangue apavora comerciantes na 'Castanheira'. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 24 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/gangue-apavora-comerciantes-na-castanheira-52455/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

_____. Polícia prende moça suspeita de homicídio – crime. **Jornal Diário dos Campos.** Ponta Grossa, 01 de junho de 2011. Disponível em:

<<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/policia-prende-moca-suspeita-de-homicidio-43311/>>. Acesso em 21 de dezembro de 2012.

_____. PG pode ter 'toque de recolher' para menores. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 23 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/pg-pode-ter-toque-de-recolher-para-menores-49888/>>. Acesso em 21 de dezembro de 2011.

_____. Tiroteio levanta polêmica sobre toque de recolher. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 11 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/tiroteio-levanta-polemica-sobre-toque-de-recolher-51998/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

_____. Ponta Grossa vive 'onda' de assassinatos. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 06 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/ponta-grossa-vive-onda-de-assassinatos-60188/>> Acesso em 14 de janeiro de 2011.

_____. PM leva 22 adolescentes para a delegacia. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 29 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/pm-leva-22-adolescentes-para-a-delegacia-43210/>> Acesso em 14 de janeiro de 2011.

_____. Jovem é morto a pauladas e tijoladas no 'Maracanã'. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 16 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/jovem-e-morto-a-pauladas-e-tijoladas-no-maracana-41376/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

SCHAMNE, P. Polícia registra dois homicídios nas últimas horas. **Jornal Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 08 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/policia/policia-registra-dois-homicidios-nas-ultimas-horas-46421/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2012.

SILVA, E. **O papel da mídia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes**. Disponível em: http://www.caminhos.ufms.br/html/artigo_edson_silva.pdf. Acesso em 25 de maio de 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**, 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil**. 1ª edição, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2012. 83 p.

WAMBIER, J. F. **O Ser Social**: Uma história de necessidade, trabalho e liberdade. Material montado para a disciplina de Teoria e Metodologia do Serviço Social II (2º ano do Curso de Serviço Social- 2002), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2000. 111 p.

WASHINGTON, 44º Conselho Diretor. **Organização Pan-Americana da Saúde**. Washington, D.C., EUA, 22 a 26 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.paho.org/portuguese/gov/cd/cd44-15-p.pdf>>. Acesso: 12 de dezembro de 2011.

UNICEF. **O direito de ser adolescente**: Oportunidades para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília- DF, 2011. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2012. 182 p.

ZEMGESKI, I. Bandidos trocam tiros com a Polícia Militar. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 01 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,15501,01,12,bandidos-trocam-tiros-com-a-policia-militar.shtml>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2011.

_____. Menor mata catadora de lixo reciclável por dívida de droga. **Jornal da Manhã**. Ponta Grossa, 29 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jmnews.com.br/noticias/ponta%20grossa/1,15408,29,11,menor-mata-catadora-de-lixo-reciclavel-por-divida-de-droga.shtml>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2011.

ANEXOS- NATUREZA DOS ATOS INFRACIONAIS EM PONTA GROSSA

PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS															
Delegacia do Adolescente ANO 2010															
Natureza	JAN	FEB	MAR	ABRIL	MAY	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL		
Furto	5	3	14	3	8	5	4	3	3	3	8	10	3		
Roubo	0	3	0	0	0	6	1	0	0	0	1	1	0		
Dano	2	1	5	1	3	0	2	0	1	0	0	0	0		
Lesão Corporal	7	0	7	1	1	2	1	0	5	1	1	8	1		
Estupro	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
Atentado Violento ao Pudor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		
Atos Obscenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Furto de Arma de Fogo	1	2	1	1	0	0	0	0	1	1	1	4	0		
Porte de Arma Branca	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0		
Tentativa de Homicídio	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0		
Homicídio	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Armação	2	1	2	0	2	0	0	0	1	1	1	0	1		
Díngir sem Habilitação	2	1	18	5	3	5	5	5	2	8	0	0	16		
Perf. do Sossiego Transd.	0	0	2	2	1	1	1	2	3	2	0	0	2		
Tráfico de Drogas	1	4	1	2	1	2	3	2	4	7	0	0	9		
Outros Delitos	12	1	15	5	13	4	12	14	3	18	28	2	2		
Total	36	18	70	20	34	27	24	30	23	42	76	2	409		

PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS

Delegacia do Adolescente ANO 2011

Natureza	JAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Furto	7	4	7	1	17	8	10	2	7	7	8	5	83
Roubo	2	0	3	2	4	4	1	2	0	0	0	1	
Dano	0	0	0	0	4	4	5	3	3	2	1	2	
Lesão Corporal	1	0	0	1	1	5	2	8	10	9	5	2	44
Estupro	3	1	0	3	2	1	1	0	1	6	0	2	
Atc Obsceno	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Porte de Arma de Fogo	1	0	0	0	3	0	0	0	0	2	1	0	
Porte de Arma Branca	1	0	1	0	0	2	1	0	1	3	1	1	
Tentativa de Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Homicídio	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Ameaça	0	1	0	1	2	3	2	12	8	8	12	1	108
Dirigir sem Habilitação	8	5	5	8	23	12	7	11	2	7	9	9	
Port. do Sossogo/Transc.	1	0	1	0	0	0	0	2	0	2	4	1	
Tráfico de Drogas	1	1	1	1	1	4	2	0	0	0	2	0	
Outros Delitos	3	0	1	3	7	7	6	10	5	8	9	3	
Porte de Armas	6	10	12	7	8	18	4	3	6	9	12	4	97
	34	38	31	27	73	68	41	50	43	64	64	31	562

PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS													
Delegacia do Adm. esente ANO 2012													
Natureza	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Furto	7	7	2	2	7	6	13	1	8	12	2	9	
Roubo	0	1	1	0	1	0	3	1	1	1	0	3	
Dano	0	1	0	0	1	1	2	1	1	2	1	6	
Lesão Corporal	1	1	0	6	8	3	10	6	3	9	1	10	
Estatupro	1	0	0	1	4	0	2	1	1	2	1	5	
Atos Obscenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Forte da Arma de Fogo	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	2	
Porte da Arma Branca	3	2	1	3	5	0	3	0	1	2	0	1	
Tentativa de Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ameaça	3	2	0	6	10	3	10	3	4	0	0	10	
Dirigir sem Habilitação	5	8	1	6	11	1	11	4	4	3	3	7	
Port. do Sossiego/Transq.	4	3	0	1	0	2	1	4	3	2	0	1	
Tráfico de Drogas	0	6	1	2	1	2	2	1	0	8	0	2	
Outros Delitos	16	6	3	5	11	5	0	3	8	10	8	12	
porte de drogas	12	12	4	3	5	3	13	3	4	16	5	14	
	53	43	13	36	65	26	73	54	36	69	20	83	579